

**A “MARVADA PINGA” – PRODUÇÃO DE
CACHAÇA E DESENVOLVIMENTO EM
SALINAS, NORTE DE MINAS GERAIS.**

ELIAS RODRIGUES DE OLIVEIRA

2000

ELIAS RODRIGUES DE OLIVEIRA

**A “MARVADA PINGA” – PRODUÇÃO DE CACHAÇA E
DESENVOLVIMENTO EM SALINAS, NORTE DE MINAS GERAIS.**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do curso de Mestrado em Administração Rural, área de concentração em Administração Rural e Desenvolvimento, para obtenção do título de “Mestre” .

Orientador:

Prof. Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro

**LAVRAS
MINAS GERAIS – BRASIL
2000**

**Ficha Catalográfica Preparada pela Divisão de Processos Técnicos da
Biblioteca Central da UFLA**

Oliveira, Elias Rodrigues de

**A “Marvada pinga” - produção de cachaça e desenvolvimento em Salinas, Norte de Minas Gerais / Elias Rodrigues de Oliveira. - Lavras : UFLA, 2000.
178 p.: il.**

Orientador: Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro.

Dissertação (Mestrado) – UFLA.

Bibliografia.

1. Desenvolvimento local. 2. Norte de Minas. 3. Cachaça. 4. Aguardente de cana. 5. Salinas. I. Universidade Federal de Lavras. II. Título.

CDD-663.53

ELIAS RODRIGUES DE OLIVEIRA

**A “MARVADA PINGA” – PRODUÇÃO DE CACHAÇA E
DESENVOLVIMENTO EM SALINAS, NORTE DE MINAS GERAIS.**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do curso de Mestrado em Administração Rural, área de concentração em Administração Rural e Desenvolvimento, para obtenção do título de “Mestre”.

APROVADA em 14 de março de 2000

Prof. José Flores Fernandes Filho

UFU

Prof. Marcos Affonso Ortiz Gomes

UFLA



Prof. Aureo Eduardo Magalhães Ribeiro

UFLA

(Orientador)

**LAVRAS
MINAS GERAIS – BRASIL**

Dedico,
À Emilia Cristina, minha esposa,
Émilly, Ellen Cristina e Elaine,
nossas filhas.

AGRADECIMENTOS

Obrigado, Senhor, pela vida que dela te encarregas por toda a eternidade. Que o fruto que dela colhes em cada jornada terrena, seja semente melhorada para a glória do porvir.

Como numa construção cada tijolo tem sua importância no todo, a realização deste trabalho resulta da união de vários tijolos aqui representados por todos os que direta ou indiretamente contribuíram na sua realização. A todos filio meus sinceros agradecimentos, em especial à CAPES, pela bolsa concedida e à Escola Agrotécnica Federal de Salinas, pela liberação para a realização deste trabalho. Especial também é minha gratidão aos produtores de cachaça de Salinas, principalmente os entrevistados durante a pesquisa. Nesta mesma dimensão destaco meus agradecimentos a João Costa, Rafael Daconti, Vicente Afonso, Antônio Rodrigues, Tonico, Nilton Santiago, Nikita bem como aos colegas professores da EAFSAL, especialmente Murilo, Adalcino, Soraya, Silvânia e Jáber, e a tantos outros que fazem a história de Salinas e contribuíram para a realização desta pesquisa.

Ao Professor Eduardo Ribeiro, pela orientação e pelos ensinamentos que, como boa semente lançada em solo fértil, resultaram na conclusão deste estudo e abriram outras boas perspectivas para minha vida acadêmica e profissional, minha eterna gratidão.

Ao Departamento de Administração e Economia da UFLA, por meio de seu corpo docente e administrativo, em especial ao Tadeu, meus sinceros agradecimentos pela convivência, troca de experiências e amizade.

Aos colegas do curso de mestrado, em especial a Elizete, Glória, Andréa, Rosemar, Gustavo e Antônio Borges, o prazer da convivência e da amizade.

A Flávia, pelas mensagens de otimismo; a Lilian, pela contribuição com os dados do IBGE; a Rosana e ao Hélder, pelo que contribuíram no seminário de resultado desta pesquisa. A todos vocês os meus sinceros agradecimentos.

De forma muito especial registro minha gratidão aos professores membros da banca examinadora, pelas importantes contribuições nas sugestões apresentadas.

Completo a importância desta página com o registro da magnitude da vida que, por Deus, recebi de meus pais, a quem sou muito grato. Somada à vida de Emília Cristina, minha esposa, um belo jardim floriu na forma de Émilly e Ellen, nossas filhas, que nos inspiram a alegria de viver e a força de lutar. A felicidade em realizá-lo também compartilho com minha outra filha Elaine, flor única de outro belo jardim, também extensão importante de minha vida. A vocês dedico o êxito deste estudo.

Cachaça, a bebida brasileira.

Autor: Elias Rodrigues de Oliveira

Nasci com a necessidade humana.
Dentre todas, ocupo-me do prazer
Que também envolve descoberta
Nisso ninguém se engana,
Há o princípio da dose certa
É questão de obedecer.

Descobriram-me no Oriente.
Virei com os alquimistas
Elixir da longevidade.
No ocidente, aperfeiçoaram o meu destilo
E passei para a posteridade.

Da uva, na Itália sou *Grasppa*
No México, da agave sou *Tequila*
Da cereja, na Alemanha sou o *Kirsh*
Na Rússia, do centeio, a *Vodka*
Na Escócia, da cevada sou *Whisky*
Do arroz, no Japão, o *Saquê*
Em Portugal, do bagaço da uva sou *Bagaceira*
Está faltando a brasileira
Neste prazeroso universo do BEBER.

Ah! Foi em meio ao sofrimento,
Dura lida, senzala e só tristeza
Entre açoites e saudade africana,
Que a alegria de um povo surgiu:
Destilaram-me da CANA
Como o açúcar, fiz-me também riqueza
Para o engrandecimento do BRASIL.

Avancei no tempo em meio à discriminação.
Hoje, sou da sociedade e do popular boteco.
Mais amada do que odiada. Disso tenho certeza.
Vou seguindo a caminhada sem ostentação.
No país inteiro sou produzida.
Mas, que culpa tenho se a sábia natureza,
Na terra das Minas escolheu SALINAS
Para fazer-me, dentre todas, a mais querida?

Por tudo isso e por todos,
Que me bebem e que hão de me beber,
Brindo com o meu destino
Selado com o do BRASIL ao seu nascer.
Mas, do que mais gosto é de ser,
De muitos o sustento e de outros o prazer.

Entre os dois não há primeiro
Como o ovo e a galinha,
Ou o pôr do sol e o amanhecer.
Sou do povo, da roça ou da cidade.
Sou melhor com mais idade,
É bom disso você entender.

Em qualquer clima ou estação,
No ódio ou na paixão, sou alento e coragem,
Na beleza da paisagem sou a voz do coração.
No copo ou na taça, em casa ou na praça.
Sou branca ou amarela, depende da madeira.
Tradição, amor e arte fazem-me CACHAÇA
A bebida brasileira.

SUMÁRIO

RESUMO.....	i
ABSTRACT.....	ii
INTRODUÇÃO.....	1
1 OBJETO E MÉTODO.....	4
1.1 O problema.....	4
1.2 Metodologia.....	5
1.3 Coleta de dados.....	8
2 MARCO TEÓRICO.....	13
2.1 Desenvolvimento.....	13
2.2 Marca local e marketing.....	22
3 TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO NORTE MINEIRO.....	27
3.1 Nordeste.....	27
3.2 Formação econômica e social do Norte de Minas.....	37
3.3 Aspectos recentes da economia norte mineira.....	45
3.4 História de Salinas.....	56
3.4.1 Localização e povoamento.....	56
3.4.2 O desenvolvimento de Salinas.....	62
3.4.3 A agropecuária de Salinas.....	68
3.4.4 Educação e cultura.....	90
4 CACHAÇA E SUA HISTÓRIA.....	93
4.1 Histórico.....	93
4.2 Aspectos do processo produtivo.....	102
5 A CACHAÇA DE SALINAS.....	108
5.1 Histórico.....	108
5.2 Sistemas de produção da cachaça de Salinas.....	115
5.3 Perfil sócio-econômico dos produtores de cachaça de Salinas.....	120
5.4 Comercialização da cachaça de Salinas.....	137
5.5 “Havana”: A marca símbolo da cachaça de Salinas.....	141
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	148
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	157
ANEXOS.....	164

RESUMO

OLIVEIRA, Elias Rodrigues de. A “Marvada pinga” – Produção de cachaça e desenvolvimento em Salinas, Norte de Minas Gerais. Lavras: UFLA, 2000. 175p. (Dissertação – Mestrado em Administração Rural)¹

Realizou-se este trabalho com o objetivo de analisar a trajetória da produção de cachaça em Salinas, Norte de Minas Gerais, e a sua contribuição para o desenvolvimento local, utilizando-se o método da pesquisa qualitativa e a técnica do estudo de caso. À luz de diversos estudos teóricos sobre desenvolvimento, procurou-se compreender a realidade do Norte de Minas e do município de Salinas, associando-a à trajetória histórica de ambos e seus aspectos econômicos e sociais. Como principal dinamizador do processo de desenvolvimento, o Estado agiu naquela região por meio de órgãos - como a SUDENE - deixando conseqüências como as alterações da paisagem ambiental em que predomina elevada concentração de terra e de riqueza em meio a uma crescente expansão da pobreza e da miséria. Sob enfoques teóricos pesquisados em vários autores a respeito de marca local e marketing, analisou-se a cachaça de Salinas e o que ela representa em termos de qualidade que a torna referência nacional, principalmente a marca “Havana”, coadjuvante principal da fama do município de produzir cachaça de qualidade. O negócio da cachaça de Salinas foi decomposto em seus vários sistemas de produção, e seus produtores categorizados em: intermitentes, cuja produção só ocorre em anos com disponibilidade de cana; profissionais e produtores empresariais. Essa categorização permitiu a tipificação dos produtores de acordo com a escala de produção em: a) minis; b) pequenos; c) médios; e, d) grandes produtores. A conclusão da pesquisa foi que embora na economia de Salinas a pecuária de corte possua uma considerável importância - apesar de declinante quanto ao rebanho -, assiste-se a um dinamismo do setor agroindustrial com destaque para a produção de cachaça, que encontra-se em expansão, configurando-se, portanto, como importante empregadora da mão-de-obra do campo, gerando renda, produzindo riqueza e contribuindo, portanto, no desenvolvimento do município.

¹ Orientador: Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro - UFLA

ABSTRACT

OLIVEIRA, Elias Rodrigues of. The "Marvada drips" - Production of sugar cane brandy and development in Salinas, North of Minas Gerais. Lavras: UFLA, 2000. 175p. (Dissertation - Master in Rural Administration)¹

The following work had been realized with the objective of analyzing the path of production of sugar cane brandy in Salinas, North of Minas Gerais and its contribution to the local development using the qualitative research method and technique for the case study. The beginning of several theoretical studies on development, tried to understand the reality of the north of Minas Gerais region and in particular the municipality of Salinas, associating its historical path to the both economic and social aspects. As the main dinamizador of the development process, the State acted in the area through organs such as SUDENE – which in turn left negative consequences such as the alteration of the environmental landscape with a prevailing high land concentration and also of increasing wealth amid a growing expansion of poverty. Through a theoretical focused research performed by several authors with respect to brand and marketing, Salinas sugar cane brandy was analyzed, and the local brand “HAVANA”, was considered to be, in terms of quality, as a national reference to sugar cane brandy. The Salinas sugar cane brandy business was decomposed to several production systems, and its producers classified as; intermittent (those who only produce in years when there is na abundance of sugar cane), professionals and managerial producers. This categorization allowed the typification of the producers in agreement with the production scale as: a) mini; b) small; c) medium; and, d) great producers. The conclusion of this research was that apart from the considerable economic importance that cut livestock has on the Salinas economy, in spite of the declining herd, there is a dynamism present in the agroindustrial section with prominence for the production of sugar cane brandy. Where as of now is going through expansion and configuration, leaving it as na important agriculture employer, generating and producing wealth, therefore contributing to the development of the municipal district.

¹ Adviser: Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro - UFLA

INTRODUÇÃO

Desde os anos 1980, falar em cachaça é falar em Salinas. Esta bebida, difundida e popular em todo país, encontrou neste município do Norte mineiro clima, terra e habilidades humanas combinadas para engarrafar um produto de excelente qualidade. Numa época em que os recursos naturais vão se degradando e dificultando a expansão da pecuária de corte, que foi e continua a ser o principal produto do município, a produção de cachaça surge como opção de geração de renda, emprego e tributos. Desta maneira, uma arte local pode propulsionar o desenvolvimento do município e região, desde que persista o zelo pela qualidade do produto, o respeito às marcas e métodos de produção.

Este trabalho é fruto da relação do autor com o município de Salinas, onde atua em ensino profissionalizante, na área das ciências agrárias, desde 1991. Interagindo com seus alunos, produtores rurais e extensionistas da EMATER local, o autor teve sua atenção despertada para o estudo dos problemas locais, procurando relacioná-los à produção de cachaça, dada a importância que esta bebida possui, por ser uma das principais referências do município em Minas Gerais e no país.

Parte de uma região marcada por importantes transformações ocorridas em consequência da ação do Estado, Salinas tem muitas características em comum com o Nordeste brasileiro, o que importa na compreensão da realidade econômica e social deste município como parte das políticas desenvolvimentistas implementadas no Nordeste e na área mineira da SUDENE, da qual é integrante. Deste modo, serviram de pano de fundo teórico para este estudo as diversas contribuições e estudos acerca do desenvolvimento, do desenvolvimento local e estudos das marcas e do marketing, contidas na segunda parte deste trabalho. Os conceitos, ponderações e reflexões de importantes

autores norteiam a discussão sobre a trajetória histórica da região estudada, contida na terceira parte; nesta se discute brevemente o Nordeste brasileiro em seus aspectos econômicos e sociais, a formação econômica e social do Norte de Minas e seu desempenho econômico recente; apresenta-se ainda, nesta parte, um histórico de Salinas, abordando seu povoamento, desenvolvimento, agropecuária e os aspectos educacionais e culturais.

Para compreender a dinâmica do setor da cachaça de Salinas, no que se refere às potencialidades e perspectivas da produção do município, fez-se, na quarta parte, um breve histórico dessa bebida e de seus sistemas produtivos e, na quinta parte, um histórico da cachaça de Salinas, em que são abordados pontos relevantes na trajetória produtiva desta bebida no município; apresenta-se um breve histórico, destacando-se os aspectos mais importantes desde o início de sua produção no município. Apresentam-se, também, os diversos sistemas de produção, baseados numa tipificação dos produtores que representam o setor de bebidas local; compondo esta parte, tem-se a apresentação do perfil sócio-econômico dos produtores, na qual se detecta a relação destes com outras atividades econômicas na composição das suas rendas; a comercialização da produção, a formação do preço, margens e canais de distribuição; o último ponto analisado nesta quinta parte refere-se à marca "Havana"; nela se faz um histórico da estratégia adotada pelo seu produtor, que usando estilo original, a fez singular e propulsora da fama de Salinas na produção de boa pinga. Por fim, na sexta parte, são feitas algumas considerações finais sobre o assunto, apontando alguns problemas e as possibilidades de pesquisas suscitadas pelo tema analisado neste trabalho.

Dado que a realidade é extremamente complexa, por um lado, e histórica, por outro, não se pode analisá-la senão no seu todo. Neste sentido, dentre as inúmeras variáveis analisadas, este trabalho privilegia a prospecção histórica e, no tocante aos processos de desenvolvimento, privilegia aqueles

indicadores que traduzem o dinamismo do setor agropecuário, industrial e de serviços da região Norte de Minas e microregião de Salinas. Assim sendo, deu-se ênfase às variáveis concernentes à produção e renda destes setores. Ressalte-se, porém, que no caso de Salinas, diante da falta de minuciosas informações quantitativas, optou-se por fazer um histórico econômico e social desde o povoamento do município até o ano de 1999, relacionando-a à pecuária, ainda sua principal atividade econômica.

Considera-se relevante o fato de que está crescendo a produção de cachaça no município, o que reflete positivamente na geração de renda, emprego e ocupações, enfim, no seu desenvolvimento econômico e social. Principalmente, ressalta-se o incremento na renda local e no nível de emprego, compensando o desemprego do setor agropecuário, que tem sido crescente, sobretudo após a década de 1980.

1 OBJETO E MÉTODO

1.1 O problema

O desenvolvimento tem sido estudado por diversos autores que debatem a trajetória econômica e social do país. Certamente muitos pontos são divergentes. Mas contribuem, no conjunto, para o entendimento do assunto.

Este trabalho tem o propósito de, também, contribuir para esta discussão, uma vez que seu foco de observação é um município localizado numa região de Minas Gerais que apresenta inúmeros elementos que a configuram como pouco desenvolvida. Trata-se do município de Salinas, no Norte de Minas, famoso pela produção de cachaça, nacionalmente considerada por seu elevado padrão de qualidade.

Como objetivo geral, este estudo pretende analisar a trajetória da produção de cachaça em Salinas, Norte de Minas Gerais, e a sua contribuição para o desenvolvimento local.

Como objetivos específicos, pretende-se analisar brevemente a trajetória do desenvolvimento recente do Norte de Minas e de Salinas; apresentar um histórico dos diversos sistemas de produção de cachaça; analisar o histórico, as perspectivas da produção de cachaça de Salinas e sua contribuição para o desenvolvimento. Por fim, este trabalho pretende analisar a fama da cachaça de Salinas e o processo como ela incorpora qualidade à produção.

Este estudo centra-se, portanto, na produção de aguardente de cana-de-açúcar, relacionando-a às possibilidades de crescimento econômico.¹

¹ É oportuno esclarecer que apesar da diferença conceitual e produtiva entre *aguardente* e *cachaça*, neste trabalho, além destes termos, será empregado também o termo *pinga* denominando a mesma bebida. Os nomes *Aguardente* e *Cachaça*, de acordo com Cascudo (1968), confundiram-se numa sinonímia, tornando-se popular o emprego de ambos sem se considerar a origem da bebida. Diz-se *Aguardente* se a origem for o caldo

Com base na literatura consultada, aliada ao conhecimento empírico da região Norte de Minas em que está o município de Salinas, pretende-se, com este estudo, apresentar uma visão ampla da realidade econômico-social do município, sendo o foco principal a produção de cachaça. Para tanto, foi feita uma análise da trajetória da região e deste setor.

1.2 Metodologia

A presente pesquisa inspira-se nos pressupostos expostos por Vergara (1998), para quem ciência é uma das formas de ter acesso ao conhecimento, sendo que sua atividade básica é a pesquisa. Todavia, como afirma a autora, as lentes do pesquisador, “*como as de qualquer mortal*”, estão impregnadas de crenças, paradigmas e valores, diante do que não se deve negar a inexistência da “*neutralidade científica*”. Afirma a autora:

“A ciência busca oferecer explicações acerca de um fenômeno, mas não é dogma; logo, é discutível. É a efervescência de reflexões, discussões, contradições, sistematizações e resistemizações que lhe dão vitalidade. Ciência é um processo permanente de busca da verdade, de sinalização sistemática de erros, predominantemente racional. Estando presente a intuição, sentimento e sensações” (Vergara, 1998:11-12).

de cana e Cachaça se o destilado for de mel, melado ou melaço. Assegura-se, portanto, que, por causa disso, não haverá impedimento ou dificuldade na compreensão desta dissertação.

Ciência é também uma construção que revela nossas suposições acerca do que se está construindo. A autora apresenta quatro tipos de suposições: ontológicas, epistemológicas, de natureza humana e metodológicas. As suposições ontológicas são aquelas que dizem respeito à própria essência dos fenômenos sob investigação. Suposições epistemológicas estão referidas ao conhecimento, a como ele pode ser transmitido. As suposições ontológicas, epistemológica e de natureza humana têm implicações diretas de ordem metodológica, encaminham o pesquisador na direção desta ou daquela metodologia (Vergara, 1998).

O método de pesquisa é, portanto, um caminho, uma forma, uma lógica de pensamento. Entretanto, o pesquisador não é *tabula rasa*; logo, “suas crenças, suas suposições, seus paradigmas, seus valores estão presentes no olhar que lança ao fenômeno estudado” (Vergara, 1998). Com base em sua história de vida, ele busca entender o fenômeno, perceber seu significado, tirá-lo uma radiografia, buscando compreender os significados, muitos deles ocultos. Para tanto, o método exige a leitura das principais fontes de dados: diários, biografias, relatos centrados no cotidiano, estudos de caso, observação e conteúdo de textos para análises.

A forma de obtenção de dados utilizada neste trabalho consistiu de entrevistas e questionários não estruturados, nas histórias de vida, em conteúdos de textos, na história regional, municipal e das organizações em geral. Enfim, consultou-se tudo aquilo que permitiu ao pesquisador refletir sobre processos e interações associados ao seu tema de pesquisa.

Este método permitiu entender a trajetória regional e local, permitiu conhecer pessoalmente os sujeitos pesquisados e ver como eles estão exercitando suas próprias visões do mundo. Possibilitou, ainda, explorar conceitos cujas essências seriam perdidas em outras abordagens de pesquisa.

Contribuição importante na justificativa para a utilização da pesquisa qualitativa neste estudo surgiu da leitura de Minayo (1994). Para esta autora, a pesquisa qualitativa se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado, e articula o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes. Pressupõe a compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais, ao invés de sua quantificação. Assim sendo, para a compreensão das estruturas e instituições, resultantes da ação humana, foi necessário utilizar procedimentos metodológicos que valorizem e empreguem a vivência, a experiência e o cotidiano. O espectro resultante desse processo facilita a leitura e o entendimento do fenômeno pesquisado.

Neste estudo utilizou-se o método do estudo de caso. Godoy (1995) considera que este método tem como objeto uma unidade que se analisa profundamente e que visa ao exame detalhado de um ambiente, de um simples sujeito ou de uma situação em particular, sendo seu propósito fundamental, como tipo de pesquisa, analisar intensivamente uma dada unidade social. O estudo de caso constitui-se, pois, numa importante estratégia na pesquisa, quando se procura responder às questões “como” e “por que” certos fenômenos ocorrem; quando há pouca possibilidade de controle sobre os eventos estudados e quando o foco de interesse é sobre fenômenos atuais, que só poderão ser analisados dentro de algum quadro de vida real. Esta é a situação característica dos objetivos propostos neste estudo.

Os estudos de caso podem ilustrar generalizações que foram estabelecidas e aceitas; ainda que elas sejam pouco abrangentes, as generalizações podem ganhar novos significados, sendo ilustradas em diferentes situações (Alencar, 1996). Neste sentido, considera-se a metodologia empregada neste estudo como a mais adequada. Ela permitiu compreender a realidade econômica e social do município de Salinas no conjunto dos estudos teóricos dos diversos autores consultados. Possibilitou uma conexão entre o estudo teórico

sobre desenvolvimento com o histórico da região, do município e da cachaça, em que foram realçados os aspectos econômicos e sociais.

1.3 Coleta de dados

Os dados desta pesquisa foram obtidos de variadas formas, cada uma apresentando suas vantagens e desvantagens. Deste modo, coube ao pesquisador filtrar as informações considerando as circunstâncias da realização da pesquisa. Neste estudo, os dados foram coletados por meio de:

- a) Pesquisa bibliográfica em livros, revistas especializadas, jornais, anais de congressos e simpósios, artigos científicos, Censos demográficos e agropecuários, teses e dissertações com dados pertinentes ao assunto;
- b) Pesquisa documental nos arquivos do Setor de Acervo e Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura do Município de Salinas; na Secretaria Escolar da Escola Agrotécnica Federal de Salinas; no Instituto de Patrimônio Histórico e Cultural de Minas Gerais; e em bibliotecas públicas federais, estaduais e municipais;
- c) Pesquisa de campo, com questionários semi-estruturados aplicados aos produtores de cachaça componentes da amostra. Obtiveram-se, destes, informações sócio-econômicas advindas das perguntas distribuídas nos seguintes tópicos: (1) Identificação do produtor; (2) Uso da terra; (3) Associativismo/cooperativismo; (4) Força de trabalho; (5) Aspectos gerenciais e mercadológicos; (6) Informações agronômicas sobre a cana-de-açúcar para produção de cachaça; e (7) Processos industriais e comerciais da cachaça. Entrevistaram-se, também, proprietários de supermercados, cachaçarias, pequenos “botecos”, além de alguns moradores antigos de Salinas.

O universo desta pesquisa constituiu-se dos produtores de cachaça do município de Salinas, definindo-os como sendo todos aqueles com um mínimo anual de produção mercantil - sendo ou não proprietário do alambique, possuindo ou não áreas de terra e de canaviais, sendo ou não registrado no Ministério da Fazenda, engarrafando ou não a cachaça produzida e envelhecendo-a ou não.

Na constituição da amostra, apoiou-se na definição de amostragem em pesquisa qualitativa em que, segundo Deslandes (1994), o critério numérico não garante representatividade. Segundo este critério, a vinculação mais significativa dos atores sociais com o problema a ser investigado é que deve ser levada em conta, a fim de que o problema seja abrangido nas suas diversas dimensões. Dessa forma, a amostra da pesquisa foi definida de maneira não probabilística. Para Mattar (1997), esse tipo de amostragem envolve o julgamento do pesquisador quando da seleção dos que compõem a amostra; contudo, segundo o autor, não há nenhuma chance conhecida de que um elemento qualquer da população venha a fazer parte da amostra, o que reveste o método de confiabilidade.

As razões para o uso de amostragens não probabilísticas devem-se à não existência de outra alternativa viável, por não ser possível dispor de toda a população para ser sorteada. Não que isto fosse impossível para o universo dos produtores de Salinas, mas, certamente seria de difícil operacionalização e custo, considerando-se, além do tamanho do município e a dispersão espacial dos produtores, o tempo disponível para a realização do trabalho de campo, o que tornou determinante a escolha desse método. Contudo, convém salientar que

nesta escolha levou-se em conta a tipicidade e acessibilidade dos sujeitos pesquisados.²

Assim sendo, a partir do conhecimento de que a maioria dos produtores de cachaça de Salinas, cuja produção tem significado mercantil, concentrava suas instalações nas proximidades da sede do município, num raio de vinte a trinta quilômetros, tomou-se este como sendo o primeiro critério de escolha. No segundo, considerou-se a escala produtiva, o registro ou não no Ministério da Agricultura e a regularidade da produção. Foram selecionados quatorze produtores que, acredita-se, sejam típicos da população-alvo deste estudo: produtores maiores e menores, registrados e não-registrados; produtores familiares e empresariais, fazendeiros e sitiantes, comerciantes do setor varejista e de cachaça. Entrevistaram-se, também, alguns moradores antigos, técnicos da EMATER e do IMA local, professores e o historiador local. No entanto, tem-se a consciência de que apesar da suposição de que os erros de julgamento na seleção dos produtores componentes da amostra tenderão a contrabalançar-se, pela lógica da estatística, essa suposição não é exata. Daí considerar-se como sendo um limite do método o não conhecimento do grau e direção do erro amostral, o que poderia impedir que se fizessem afirmações conclusivas sobre a população em estudo a partir dessa amostra. No entanto, as considerações conclusivas feitas neste estudo se estendem a toda a população objeto da pesquisa. Isto se deve ao fato de terem sido observados vários cuidados quando da elaboração dos critérios de julgamento e na composição da referida amostra.³

² Para Vergara (1998), a tipicidade importa na seleção, na representatividade dos atores a serem pesquisados na população-alvo da pesquisa; a acessibilidade diz respeito à facilidade de acesso, pelo pesquisador, aos elementos que constituirão a amostra.

³ Isto tem apoio na seguinte afirmação de Mattar: “(...) se os critérios de julgamento na escolha da amostra forem corretos, uma amostra intencional [ou por julgamento] deverá trazer melhores resultados para a pesquisa do que uma por conveniência” (Mattar, 1997:270).

Na pesquisa de campo, teve-se o cuidado de fazer um pré-teste do questionário. Aplicou-se este junto a três produtores que não faziam parte da amostra, operando-se os ajustes necessários a uma boa realização de coleta de dados junto aos entrevistados.

Após o pré-teste e ajustes no questionário partiu-se para sua aplicação. Antes de cada entrevista, explicou-se ao entrevistado o objetivo e a relevância da pesquisa, a importância de sua colaboração, bem como da garantia da confidencialidade. Foi entregue uma cópia do questionário para que ele acompanhasse a seqüência das perguntas, uma vez que, dado o elevado número de perguntas, optou-se por fazer a anotação das respostas ao invés do entrevistado fazê-lo. Alguns produtores permitiram a gravação da entrevista, o que trouxe uma grande contribuição, já que determinadas perguntas abertas suscitaram respostas mais longas, ou então o foram pela motivação do entrevistado em falar.

Foi dada uma atenção especial ao discurso dos entrevistados, observando-se sua expressão corporal, seus gestos, tonalidade de voz e a ênfase dada em determinadas palavras e expressões que guardavam preocupação, incerteza, frustração, alegria, esperança, raiva, expectativa, angústia, etc. Os entrevistados foram encorajados a serem detalhistas, a exprimirem suas crenças, bem como a relatarem características pessoais e experiências passadas. O objetivo desse encorajamento foi o de buscar o entendimento da lógica de cada produtor ao desenvolver sua atividade e sua relação com o ambiente interno e externo, incluindo aí os fatores materiais, humanos, financeiros de produção, além de aspectos ligados ao mercado, como concorrência, preço, qualidade, fraude, fiscalização, etc.

Como aspecto positivo nesta experiência de pesquisa destaca-se a boa vontade e o desprendimento que todos os entrevistados tiveram para com a pesquisa, tanto em responder ao questionário, como na hospitalidade em seus

estabelecimentos ou em suas residências. Aliás, diga-se de passagem, esta é uma característica do povo de Salinas.

Como dificuldade na realização desta pesquisa, apontam-se as de ordem financeira que, em algumas situações, foram limitantes. Uma outra dificuldade surgiu ligada ao fato da pesquisa ter sido feita durante o período de alambicagem. Sendo assim, algumas entrevistas ocorreram após três ou até quatro visitas ao alambique, em decorrência da ausência não programada do produtor. Talvez tenha contribuído para isso o fato de terem sido tomadas algumas precauções no sentido de não avisar antecipadamente, aos produtores da amostra, sobre a visita que seria feita em seus estabelecimentos para fins de entrevista.

Apesar da pouca disponibilidade de recursos financeiros para a realização deste estudo e dos eventuais desencontros entre o pesquisador e o pesquisado quando da realização das entrevistas, considera-se que o resultado do trabalho no seu todo não foi comprometido. O seu sucesso julgará o leitor.

2 MARCO TEÓRICO

2.1 Desenvolvimento

Mesmo com o grande volume de pesquisas disponíveis, derivadas de formulações teóricas ou de análises empíricas em torno do desenvolvimento, percebe-se ainda uma certa desconexão entre o sentido desta palavra e a ação demandada pelos diversos agentes. Nesse sentido, considera-se necessário destacar algumas conceituações dentre as várias existentes nos diversos estudos relacionados a este tema.

O desenvolvimento analisado historicamente remonta à formação do capitalismo. O capitalismo se desenvolveu, espalhou fábricas e proletários pelo mundo. Não os espalhou, porém, igualmente, daí a polêmica em torno do desenvolvimento sócio-econômico, mundo afora, revelando-nos que os frutos do capitalismo concentraram-se em algumas regiões, mais que outras.

A expansão capitalista apontou para o rumo do crescimento econômico, entendido como uma variação no tempo do volume total de produção social; o desenvolvimento é um seu componente, mas é interpretado diferentemente pelos autores.

O desenvolvimento, para Esman (1966:71), é uma série de tarefas rotineiras, para as quais os recursos materiais, sociais, psicológicos e institucionais raramente estão disponíveis em quantidade suficiente e nas combinações adequadas.

Caiden e Caravantes (1982), na tentativa de conceituação de desenvolvimento, destacam quatro momentos relevantes. No princípio, o desenvolvimento referia-se a um processo de revelação, de esclarecimento, de descoberta; no segundo momento, desenvolver significava empregar o talento e as energias do homem para melhorar a condição humana; no terceiro,

desenvolvimento era sinônimo de ocidentalização, ou seja, um conjunto de processos interdependentes; mediante ele, a sociedade tradicional, ou ainda, não ocidental, seria transformada numa sociedade moderna, em que o moderno era medido de acordo com o grau de industrialização e urbanização que determinada sociedade houvesse atingido; e no quarto momento, o desenvolvimento era um processo de mudança sustentado na realidade de um país, para benefício de todo o seu povo.

Desenvolvimento, para Sachs (1986), é suplantando os obstáculos que dificultam e/ou impedem que os homens façam uso da imaginação social concreta, que se projetem para o futuro, que se tornem humanos.

Singer (1988), analisando a relação entre população e crescimento econômico, afirma que o desenvolvimento, considerado como um componente do crescimento, é uma variação qualitativa do crescimento econômico. Pondera também que o crescimento sempre provoca alguma mudança estrutural, e os setores, agricultura, serviços e indústria, sempre expandem em ritmos diferentes. No entanto, enquanto a mudança na estrutura da economia nos países desenvolvidos resulta parcialmente do crescimento, nos países em desenvolvimento *“a mudança estrutural reflete a transferência de atividades manufatureiras e de serviços do campo à cidade e é esta transferência que induz o crescimento”*, contribuindo positivamente para o processo de acumulação de capital. Na concepção desse autor, desenvolvimento é, portanto, a transformação estrutural das economias, em que se combina independência política com dependência econômica e onde o rompimento com a divisão do trabalho tradicional é muito mais doloroso e arriscado que o rompimento dos laços políticos de dependência (Singer, 1988).

Dos estudos sobre desenvolvimento surgiram pontos explicativos para a compreensão do subdesenvolvimento, cujo nascimento tem como marca o cenário do pós-guerra, em que se destacam a expansão econômico-política

norte-americana, o keynesianismo, a ação tutelar do Estado, as diferenças de renda e produto entre nações, as revoluções socialistas e a Guerra Fria.

Assim sendo, a partir dos anos 1950, formulou-se um diagnóstico que constata uma estagnação secular da América Latina, resultante do colonialismo e da desigualdade, com uma manifesta baixa renda per capita, apresentando um extremo conservadorismo político e uma população majoritariamente excluída e rural.

Autores como Cardoso e Faletto (1975), Mello (1982), Singer (1988) e Brum (1995), analisando o processo de industrialização do Brasil, observam que o crescimento econômico depende basicamente da taxa de investimento ou de acumulação de capital. Os investimentos, por sua vez, resultaram de decisões de quatro agentes econômicos principais: as empresas privadas nacionais, as corporações multinacionais, as empresas estatais e o próprio Estado. Nesse sentido, ponderam que o processo de desenvolvimento do país, ao longo de todo o período republicano, advém da inter-relação desses agentes, e resulta do nível de investimentos e do padrão de financiamento industrial.

Os autores enfatizam o papel do Estado como desencadeador do desenvolvimento, uma vez que, além de investir diretamente na infra-estrutura e nos setores estratégicos, também apoiou o setor privado através de subsídios creditícios, incentivos fiscais e outras formas de transferência de recursos públicos.

Entretanto, este processo sofreu descontinuidade e foi entremeado com políticas desenvolvimentistas, cujo foco central foi o apoio ao capital externo. A este coube o papel de propulsor de uma industrialização dependente e vinculada diretamente aos interesses dos países estrangeiros em detrimento da indústria nacional e, por sua vez, do desenvolvimento autóctone. O resultado disso foi

uma concentração de capitais, de renda e de riqueza, inter e intra-regionais, característica marcante de todo o processo econômico histórico brasileiro.⁴

As políticas públicas são sempre objeto de inúmeros conflitos de interesse, em que se manifestam os grupos, regiões e políticos mais fortes. Por isso, entender o processo de desenvolvimento requer uma visão dos processos locais e das transformações dos sistemas agrários, que são operacionalizadas, via de regra, pelo Estado em consonância com as potencialidades e o poder de influência política locais.

Analisando estes processos, Cardoso (1998) observa a associação entre desenvolvimento, urbanização e industrialização, como responsável pela criação da dicotomia rural-urbana, refletindo-se na concentração de recursos nos centros urbanos e no esvaziamento das regiões rurais. A autora aponta as características locais ou regionais - onde operam as pequenas e médias empresas - como elemento possibilitador do dinamismo das economias locais. Mesmo onde predomina uma agricultura menos profissionalizada e com baixos níveis de rendimento, é a força das condições locais que pode operar o desenvolvimento, baseando-se em

“(...) seus aspectos e inter-relações multisetoriais, seus vínculos sociais, sua organização institucional e capacidade de reproduzir-se no tempo e sua integração com outras economias locais, nacionais e internacionais” (Saraceno, 1994:327).

Esta realidade tem como pano de fundo a divisão local e regional do trabalho e do capital, e o processo de expansão desigual do capital sobre áreas locais e regionais.

⁴ Ver principalmente Brum (1995) e Mello (1982).

No conjunto de transformações por que tem passado as áreas rurais, sobretudo em decorrência do processo de modernização da agricultura brasileira entre as décadas de 1960 e 1990, tem-se verificado a estagnação de algumas regiões e o avanço de outras, ao mesmo tempo que ocorre a criação de novos valores de uso e sua transformação em valores de troca (Delgado, 1985; Silva, 1998). Esse aspecto reveste-se de importância na medida em que se intensifica, na sociedade, a busca por alternativas para criação de emprego e geração de renda.

Dessa forma, pode-se entender que a expansão estritamente agrícola não é a única alternativa para o desenvolvimento de regiões caracteristicamente rurais, sendo possível dinamizar, por outros meios, a economia local no sentido de aumentar a criação de empregos e distribuição de renda.

De acordo com Silva (1997), Cardoso (1998) e Flores (1998), vem ganhando corpo a possibilidade de modificar o perfil do desenvolvimento local a partir de importantes mudanças, que vêm ocorrendo em vários países, como o Brasil.

Essas mudanças originam-se do fato de ter havido aumento de produtividade e redução de área plantada, em decorrência da intensificação tecnológica; além disso, cresceu o papel desempenhado pelas agroindústrias que, também dinamizadas tecnologicamente, cumprem papel importante na atividade agrícola, acentuando o processo de especialização e diferenciação econômica e social dos diversos segmentos da agropecuária. Tudo isto contribui para deprimir mais as regiões de agricultura estagnada e comprimir a renda do produtor.

Confrontando-se a isto, uma saída tem sido afirmar as potencialidades locais e regionais, que possibilitam o crescente envolvimento da população rural em atividades não agrícolas. Este fato, conforme diversos autores, principalmente Silva (1997), pode determinar um formato diferente para regiões

agrícolas brasileiras, sob um novo enfoque da relação entre o “rural” e o “urbano”. Ou seja, evidencia-se que o campo não precisa ter somente atividade agrícola como fonte de renda (Flores, 1998). Corroborando essa afirmação, Silva (1997) demonstra que, em 1990, a renda média rural proveniente de atividades não agrícolas foi 32% maior que a média da renda rural proveniente de atividades agropecuárias. De 1992 a 1995 as pessoas ocupadas em atividades não agrícolas no meio rural aumentaram em cerca de 10% ao ano, destacando-se, em 1990, a região Sudeste, em que mais de 40% da população economicamente ativa da área rural já estava ocupada em atividades não agrícolas. Do exposto, não é difícil perceber que o desenho para a relação rural X urbano se apresenta sob uma nova moldura: a da ampliação da interação campo-cidade. Para Silva (1998), essa tendência é crescente.

Dessa forma, há envolvimento de considerável parcela da população em atividades relacionadas ao setor agropecuário, não apenas na produção, mas também na transformação desta, como, por exemplo, a produção de cachaça, farinha, queijo, requeijão, doces, etc. Isto foi analisado por Fernandes Filho, Campos e Oliveira (1999). Estes autores, analisando os dados do Censo Agropecuário para os anos 1985 e 1995/96, encontraram uma substancial redução na produção de alguns produtos básicos como arroz, feijão, mandioca e milho, nesse período, na região Norte de Minas. Em termos percentuais, as respectivas variações encontradas foram: -82,76%; -2,97%; -34,63%; e -20,94%. O único alimento básico que apresentou crescimento da produção, segundo os autores, foi o leite, com 43% de variação positiva. (Tabela 1).

TABELA 1 - Variação percentual na quantidade produzida dos produtos básicos no Norte de Minas e em Minas Gerais entre 1985 e 1996.

Produto	Variação na quantidade produzida (%)	
	Norte de Minas	Minas Gerais
Arroz	-82,76	-74,24
Feijão	-2,97	-3,42
Mandioca	-34,63	-30,20
Milho	-20,94	27,31
Leite	43,77	45,79

Fonte: Fernandes Filho, Campos e Oliveira (1999). Reelaborada pelo autor.

Este cenário de retração na produção de produtos básicos, tanto no Norte de Minas como no estado, tem como pano de fundo as transformações por que tem passado a agricultura brasileira, principalmente a partir do início dos anos 90, quando se tem o acirramento do processo de abertura comercial e a integração econômica do país. Nesse processo, sobressaíram: a forte redução ou eliminação das barreiras tarifárias e não-tarifárias às importações, o que permitiu que uma enorme gama de produtos externos entrassem livremente no país ou, se muito, pagando tarifas reduzidíssimas; e a valorização do câmbio a partir do Plano Real em julho de 1994. Toda essa política tinha um só objetivo: estabilizar os preços internos sob uma inflação baixa e protegida sob o discurso governamental, “*estabilização da economia com uma moeda forte, o Real*”. As conseqüências deste processo sobre a produção agropecuária do país foram o forte impacto sobre a renda dos produtores agrícolas que, com limitações no crédito,⁵ não tiveram condições de impelir competitividade aos seus produtos

⁵ Fernandes Filho, Campos e Oliveira (1999), citando um trabalho dos primeiros autores, afirmam que o volume de crédito para custeio, no período de 1986 e 1996, cai em 77,12%, ao mesmo tempo que as taxas de juros sobem de maneira significativa. Afirmam ainda que a amplitude e os subsídios, historicamente presentes nestas políticas, foram consideravelmente reduzidos.

frente aos importados, que fizeram a alegria dos importadores ao auferirem vantagens cambiais na importação. Quanto ao mercado consumidor, foi inegável a contribuição deste processo na estabilização dos preços dos produtos. Mas, do ponto de vista do produtor, pelo que já foi apresentado, tal política resultou em retração na receita dos mesmos. Ilustrando este fato, Fernandes Filho, Campos e Oliveira (1999) apresentam os dados contidos na Tabela 2, que mostram a evolução dos preços recebidos pelos agricultores brasileiros, para alguns produtos básicos, em reais, de dezembro de 1997/unidade, no período de 1990 a 1996.

TABELA 2 - Evolução dos Preços Recebidos pelos agricultores, valores em R\$ de dezembro de 1997/Unidade.

Anos/Produtos	Arroz (Kg)	Feijão (Kg)	Milho (Kg)	Mandioca (t)	Leite (Kg)
1990	0,30	0,89	0,20	59,58	0,39
1991	0,38	0,88	0,21	71,36	0,37
1992	0,28	0,69	0,19	80,66	0,35
1993	0,28	0,86	0,20	80,04	0,36
1994	0,27	1,04	0,17	57,49	0,32
1995	0,22	0,62	0,14	81,09	0,34
1996	0,23	0,68	0,16	84,90	0,30
Varição anual entre 90-96 em %	-3,55	-3,59	-3,08	6,08	-3,52
Varição anual entre 94-96 em %	-7,19	-16,02	-2,89	21,52	-3,07

Fonte: Fernandes Filho, Campos e Oliveira (1999).

Sendo a baixa no preço dos alimentos um dos pilares do plano de estabilização monetária do Plano Real, de acordo com Ribeiro e Daniel (1999), os incrementos de produtividade agrícola neste final de década provocaram elevação da oferta de alimentos e retração nos preços médios. Isto é comprovado através da Tabela 3, que mostra a evolução da produtividade agrícola brasileira. Estes autores afirmam que enquanto a inflação entre 1994/1997 foi de 58%, os preços recebidos pelos produtores subiram apenas 9,37% no período.

TABELA 3 - Evolução global da produtividade na agropecuária brasileira.

Ano	1994	1995	1996	1997
Produtividade	6,87	5,47	13,50	8,93

Fonte: Ribeiro e Daniel (1999).

Por outro lado, Fernandes Filho, Campos e Oliveira (1999), detectaram um grande dinamismo na indústria rural na região Norte de Minas, principalmente para a produção de aguardente e queijo/requeijão, que tiveram as seguintes variações na produção: 346,44% e 169,23%. O conjunto do estado também apresentou, nestes produtos, um melhor desempenho, representado pelas variações positivas nas quantidades produzidas, quais foram, respectivamente, 206,83% e 105,13%. Os piores desempenhos na indústria rural, encontrados pelos autores, foram os relativos à fabricação de rapadura, farinha de mandioca e fubá de milho, cujas respectivas variações na produção foram: -26,64%; -39,15% e -73,91% - para o Norte de Minas -; e de -37,98%; -46,02%; e -61,50% - para o estado. A Tabela 4 mostra estas variações tanto para o Norte de Minas como para o estado.

TABELA 4 - Variação percentual na quantidade produzida dos produtos da indústria rural no Norte de Minas e em Minas Gerais entre 1985 e 1996.

Produto	Variação na quantidade produzida (%)	
	Norte de Minas	Minas Gerais
Cachaça	346,44	206,83
Queijo/Requeijão	169,23	105,13
Rapadura	-26,64	-37,98
Farinha de mandioca	-39,15	-46,02
Fubá de milho	-73,91	-61,50

Fonte: Fernandes Filho, Campos e Oliveira (1999). Reelaborada pelo autor.

Pelo exposto, fica evidente que as transformações ocorridas no Norte de Minas produziram retração na produção de alguns produtos básicos, motivada sobretudo por problemas ligados à abertura comercial e integração econômica, valorização do câmbio, entre outros de cunho macroeconômico. Este fato acentuou a redução no nível de ocupação na agricultura, que já vinha decrescendo em razão do incremento tecnológico no setor, em consequência da Revolução Verde, e passa a exigir a busca de alternativas que possibilitem um novo dinamismo nas relações entre cidade e campo. Essas alternativas, como demonstrado por Fernandes Filho, Campos e Oliveira (1999), no seio da agricultura familiar, que foi a mais atingida, vêm apontando o rumo da transformação de produtos agropecuários em escala artesanal; alguns dos quais, como a cachaça, seguem a tradição no modo de processamento, permeado com as características ambientais locais, o que lhes assegura um mercado específico.

2.2 Marca local e marketing

O consumidor tanto afeta como é afetado pelas decisões no campo da produção mercantil. Isso decorre do fato de que suas demandas são, geralmente, atendidas em conformidade com o seu perfil econômico e social. Podem ser divididas em três as características que definem o perfil dos consumidores: (1)

características demográficas, que incluem as informações de cunho pessoal, como idade, sexo, cor, instrução etc.; (2) características psicológicas, como inibição, submissão, vaidade, etc.; e (3) características de hábitos de consumo, tais como local e frequência de compra, escolha de marcas, escolha de preços, qualidade, modismo etc. (Cides, 1997). Estas características constituem o caminho a ser percorrido pelas empresas a fim de atingirem os consumidores com seus produtos. Neste processo estão inseridos os mecanismos da administração mercadológica ou do marketing.

Marketing, para Kotler (1996:25), “*é o processo social e gerencial pelo qual indivíduos e grupos obtêm o que necessitam e desejam através da criação, oferta e troca de produtos de valor com os outros*”. Este conceito compreende a relação de trocas que requer a aplicação da administração de marketing ou mercadológica no que se refere à análise, ao planejamento, à implementação e ao controle das vendas. A análise de oportunidades, pesquisa e seleção de mercados-alvo, preparação de estratégias, planejamento de programas e organização, implementação e controle do esforço de conquista de consumidores, constituem, segundo o autor, no processo de marketing.

Este processo tem como foco central o consumidor que, na decisão de consumir produtos e serviços, se deixa quase sempre influenciar pelo marketing feito em torno dos mesmos. Reside aí, portanto, a função do marketing. Este componente mercadológico vem crescendo em importância à medida que também vem aumentando a competição entre produtos. Nesse caso, destaca-se a importância das marcas que, para Martins e Furuiti (1998), funcionam como indicadores de procedência e qualidade, conferindo ao produto uma personalidade e um conjunto de valores que o identificam.

Mas, o que vem a ser uma marca? Para Kotler e Armstrong (1993), é um nome, termo, signo, símbolo ou *design*, ou a combinação destes, que tem a função de identificar os bens ou serviços de um vendedor ou grupo de

vendedores e de diferenciá-los dos concorrentes. Cabe, portanto, ao consumidor, a decisão de julgar a qualidade de um determinado produto, determinando a importância que vê traduzida na marca do mesmo. Os consumidores vêem a marca como parte integrante do produto; assim, as marcas podem agregar valor a um produto; a marca, para esses autores, tornou-se um dos principais pontos na estratégia de mercado do produto.

Por trás de uma marca pode existir uma empresa, um certo fenômeno, uma região, etc. Estes podem garantir, no mercado, um posicionamento sólido a um produto. Depois, conforme McKenna (1999), podem ganhar credibilidade e se posicionar no mercado, o que pode se dar de várias formas. As formas mais importantes, segundo o autor, são: por inferência, quando uma marca iniciante tem relações com empresas ou pessoas de boa reputação, que contribuem na construção de sua credibilidade; por referência, quando da interação de clientes com o(s) produto(s) resultar em aumento da sua credibilidade;⁶ e por evidências, quando em consolidação no mercado, a marca aumenta seus lucros e sua participação, atraindo alianças, novos investimentos e aumentando assim sua credibilidade.

Assim, podem existir, no mercado, marcas fortes, embora de menor expressão econômica e circunscritas a um território menor de distribuição, podendo, às vezes, ser uma pequena cidade. Marcas com estas características assumem a denominação de marca local. Uma marca local reveste-se de grande

⁶ Se uma pessoa teve uma boa experiência com um determinado produto, contará às outras que, por sua vez, contarão a outras, levando ao aumento da credibilidade. No entanto, o processo pode ocorrer de modo invertido. Uma regra prática, segundo McKenna (1999), é que se o consumidor tiver tido uma experiência boa, dirá a três outras pessoas, se tiver tido uma experiência ruim, dirá a outras dez. Há de se considerar, neste caso, que dependendo da situação, como, por exemplo, um caso que tenha envolvido danos graves à saúde de consumidores ou grandes prejuízos materiais, certamente a divulgação terá um alcance muito maior devido ao poder dos meios de comunicação de massa, o que poderá levar à perda total da credibilidade da marca, produto ou local de produção.

importância no aspecto econômico e social onde é produzida. Primeiramente, pela sua participação na renda do local, advinda da arrecadação de impostos e tributos que ela proporciona; em segundo lugar, pela geração de empregos diretos e indiretos que a sua produção possibilita.

Uma marca local firma-se porque diferencia e, portanto, não tem concorrentes. Queijo do Serro, só no Serro, Pinga de Salinas, só em Salinas. Não há concorrência, por isto a escala de produção pode ao mesmo tempo ser pequena, e o preço e a rentabilidade elevados. Em se tratando de produto artesanal, mais evidente é a diferenciação. É o oposto do mercado dos produtos manufaturados industriais.

A fragmentação ocorrida na maioria dos setores produtivos, na década de 1980, ao invés de consolidar apenas grandes empresas, possibilitou uma maior variedade de produtos e marcas aos consumidores. Isso pode ser bom ou ruim, pois com tantos produtos e marcas, os consumidores muitas vezes ficam confusos no momento da escolha. No entanto, segundo McKenna (1999) mesmo havendo confusão, não há indícios de que os consumidores estejam se voltando para a segurança das marcas estabelecidas. Com milhares de produtos e marcas tentando obter a atenção e a fidelidade do consumidor, este aumentou o seu poder de escolha, o que sinalizou para a possibilidade de se afirmarem marcas locais, específicas de determinadas regiões, costumes ou características étnicas e culturais, que são nichos ou segmentos de mercados.

Kotler (1996) considera segmentos de mercado como extensos grupos, idênticos dentro de um mercado, considerando que todo mercado pode ser fragmentado. Nesse processo surgem os *nichos*, que são grupos menores de consumidores, cuja característica principal é a disposição em pagar um preço especial por um produto especial.

Dentre os elementos que compõem a estratégia para o desenvolvimento da credibilidade em torno da marca de um produto, o mais importante na

concepção de McKenna (1999) é a propaganda de boca.⁷ Esta é, provavelmente, a forma mais poderosa de comunicação no mundo destes negócios. Pode tanto ferir a reputação de uma organização quanto alavancá-la no mercado. As mensagens da propaganda de boca ficam na cabeça das pessoas. Uma mensagem escrita pode conter uma informação correta, porém é muito mais provável que uma comunicação face a face conquiste o empenho, o apoio e a compreensão – provavelmente será a mais acreditada e lembrada (McKenna, 1999). Interessante observar que esse tipo de propaganda ocorre, geralmente, sem o comprometimento do interlocutor com a organização ou produto de quem faz o comentário de efeito propagandístico.

Certas denominações ou marcas locais podem alcançar grande expressão no mercado graças à propaganda de boca. Isto está associado obviamente às características intrínsecas que representam a qualidade do produto e que se traduzem na confiança que o consumidor tem em consumi-lo. Dessa maneira, isto possibilita renda adicional, processo específico de formação de preços e entrada privilegiada no mercado, o que viabiliza ou pode viabilizar processos de desenvolvimento regional, representa oportunidades de alavancar a expansão econômica, a renda e o emprego, com baixos investimentos. Tal é o caso – no setor alimentar – da carne de sol de Montes Claros, do queijo do Serro, do artesanato do Jequitinhonha e - por quê não? – da pinga de Salinas.

⁷ A propaganda de boca, segundo McKenna, “é governada pela regra do 90/10, que significa o seguinte: 90% do mundo é influenciado pelos outros 10%. Portanto, se uma empresa conseguir alcançar os 10% críticos, influenciará indiretamente os outros 90%. À medida que os 10% forem repassando a mensagem, essa crescerá como uma bola de neve rolando montanha abaixo” (McKenna, 1999:118).

3 TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO NORTE MINEIRO

3.1 Nordeste

A realidade econômica e social do Nordeste brasileiro historicamente se entrelaça com a região Norte de Minas Gerais. A região Nordeste corresponde aos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas - que estavam historicamente envolvidos com a produção açucareira - e Piauí, Ceará, Maranhão, Bahia e Sergipe.

A heterogeneidade do Nordeste brasileiro dificulta uma análise global de sua realidade quanto aos aspectos fisiográficos e históricos. Seu relevo, vegetação e recursos hidrogeológicos diferem enormemente intra-regionalmente; a população é distribuída desigualmente, os recursos econômicos são diversificados, gerando diferenciação na atividade produtiva. É uma região que compreende uma área de aproximadamente 1.600.000 Km², correspondendo a 18,8% do território nacional, num cenário em que o formato das regionalizações do seu espaço agrário tem sido delimitado em várias tentativas, na medida em que o conhecimento sobre a região vai se aprofundando.⁸

⁸ Viana (1990) cita os trabalhos clássicos sobre a tentativa de subdivisão espacial do Nordeste. Inclui-se nestes Duque (1973a), que relata sua experiência nesse sentido, já em 1949. Tomando como critérios a vegetação, o clima, o solo, a paisagem e o uso da terra, distinguia seis "regiões ecológicas": 1) Caatinga; 2) Sertão; 3) Seridó; 4) Agreste; 5) Cerrado e 6) Serras. Uma segunda tentativa deste mesmo autor deu-se em 1964, quando, com mais detalhamento, classificou em 10 as "regiões ecológicas" do Nordeste, a saber: 1) Seridó; 2) Sertão; 3) Caatinga; 4) Cariris Velhos; 5) Curimataú; 6) Carrasco; 7) Cerrados; 8) Agreste; 9) Serras e 10) Mata. Posteriormente, este autor acrescentou mais duas: 11) Bacias de Irrigação e Vales Úmidos e 12) Praias e Dunas, Duque (1973b). Melo (1971), adotando o critério das variações das formas, ou das combinações das formas de uso de recursos, identificou dez "espaços agrários" no Nordeste: 1) Áreas do Sistema Canavieiro; 2) Área do Sistema Cacaueiro; 3) Áreas Agropastoris com Combinações Agrícolas Subcosteiras; 4) Áreas do Sistema Gado-Policultura; 5) Área de Pecuária Melhorada; 6) Área do Sistema Gado-Algodão; 7) Áreas Agropastoris com Combinações Agrícolas Sertanejas; 8) Área de Gado e Policultura do Litoral e Serras do

Importa para este trabalho considerar a distinção entre o Nordeste geográfico e o Nordeste da SUDENE. Este extrapola os limites daquele, pois inclui, além do Meio Norte⁹, o Norte e parte do Nordeste de Minas Gerais (Pinto, 1977; Viana, 1990).

Durante o período da formação brasileira, a história do país foi a história do açúcar e, portanto, a do Nordeste, que do ponto de vista econômico, teve sua economia exportadora surgida na primeira metade do século XVI, centrada nas terras úmidas do litoral, derivando daí uma periferia, onde se desenvolvia a criação de animais para tração e alimentação humana (Prado Júnior, 1978).

Dessa forma, segundo o autor citado, a pecuária extensiva e a economia de subsistência encontravam-se associadas, sob forte influência da economia exportadora, numa relação cujo equilíbrio baseava-se no seguinte: se, por um lado, houvesse crescimento do pólo exportador litorâneo, a demanda de produtos provenientes da periferia expandia-se. Por outro, não havendo crescimento do setor exportador, a periferia continuava sua expansão vegetativa, autoconsumindo sua produção. Permeando esta relação, a disponibilidade de terras nos sertões contribuía para o desenvolvimento de ambas as atividades (Freyre, 1967; Prado Júnior, 1978).

Depreende-se do exposto que a economia açucareira, no seu tempo áureo, foi propulsora de uma economia de subsistência, ocupante primordialmente da zona semi-árida, cujo povoamento deu-se com base na pecuária extensiva e tinha como traços característicos a dispersão espacial e a

Norte Cearense; 9) Área Agropastoril Extrativista e 10) Áreas de Baixa Ocupação do Solo. Figueroa (1977), identificou seis "regiões naturais" na organização do espaço nordestino: 1) Cerrados; 2) Meio-Norte; 3) Manchas Fértis; 4) Agreste; 5) Litoral-Mata e 6) Semi-árido.

⁹ A zona do Meio Norte abrange as terras do Maranhão e do Piauí não-incluídas no Vazio Demográfico Relativo. Este compreende extensa faixa alongada, situada ao Noroeste, Oeste e Sul do Maranhão, Sul do Piauí e Noroeste e Oeste da Bahia. É assim chamada pelo fato de ter muito baixa densidade demográfica, menos de três habitantes por Km².

total dependência dos pequenos agricultores com respeito aos proprietários de terras. Dessa maneira, para Prado Júnior (1978), a margem de que dispunham esses lavradores para acumular riqueza era nula.

O colonizador, sabiamente, optou pelas terras nordestinas pelas circunstâncias que lhes eram extremamente favoráveis. Freyre (1967) descreve a qualidade da terra nordestina enfatizando que

“a qualidade do solo tornou possível o avanço civilizador da cana em várias outras terras do Brasil. Mas, a estabilidade de sua cultura no extremo Nordeste e no Recôncavo se explica por condições particularmente favoráveis de solo, de atmosfera, de situação geográfica”.

Embora a cana-de-açúcar tenha tido, na época colonial, como maior destaque econômico a produção de açúcar, há de se considerar que tão logo se tenha descoberto a maneira de destilação do caldo da cana, a expansão dessa cultura também carregou mais um objetivo para o seu cultivo, o de produzir cachaça. Da capitania de São Vicente, onde foi inicialmente introduzida, seguiu para o Nordeste brasileiro e outras regiões, inclusive o Norte de Minas.

O Nordeste brasileiro convive historicamente com o problema da seca¹⁰. Esta tem sido motivadora de ações, principalmente do poder público, que nunca

¹⁰ A seca no Nordeste tem sido objeto de inúmeros estudos nas mais variadas ciências. Ao afetar a vida humana pela sua perda, em muito já foi afetado todo o ambiente, conforme as colocações de Gilberto Freyre: “(...) no Nordeste, à proporção que se estenderam os latifúndios do açúcar, a área pastoril, como a do mato grosso, foi diminuindo rapidamente. O pastoreio de tal modo se reduziu, em algumas províncias, a trechos quase saarizados da região que, em algum desses trechos, tempo de seca, têm chegado a morrer – calculam alguns criadores – cerca de 90% dos bovinos” (Freyre, 1967:79). A seca consiste na estiagem prolongada, na falta de chuvas naqueles meses em que, em geral, costuma chover, ou seja, de janeiro a junho, na região Nordeste. Este fato é agravado pela baixa capacidade de armazenamento dos solos da região em função de

foram orientadas para a solução definitiva, e se por um lado têm minimizado o problema, por outro tem garantido o *status quo* da elite política nordestina.

O caráter humanitário, revestido da preocupação imediata de salvar o flagelado da seca, tem permeado ações desde a segunda metade do século XIX. De acordo com Pinto (1977), em 1877, quando da grande seca que assolou o Nordeste, D. Pedro II, revelando com grande expressividade o sentimento de comiseração pelos cearenses vítimas das secas, disse: “Darei a última jóia de minha coroa, mas não morrerá mais um cearense de fome”. No entanto, este mesmo autor afirma que entre 1877 e 1913, morreram cerca de dois milhões de nordestinos, vítimas das secas, e que somente o Ceará perdeu a metade de sua população, de um milhão de habitantes com a grande seca de 1877.

A seca e suas conseqüências ao homem e ao ambiente inegavelmente deram fundamento à política federal no Nordeste. A sua imprevisibilidade constitui-se num dos principais motivos que tornam a economia regional bastante vulnerável. Dessa forma, tem sido ela motivadora das várias tentativas de solução para este secular problema.

Pinto (1977) apresenta, em sua discussão sobre o problema das secas, o que seria o início dessas tentativas, ou seja, a ação governamental através da Comissão Imperial que foi instituída em 1877. Dentre as recomendações da Comissão Imperial, a construção de açudes era a de maior envergadura. O açude de Cedro, no Ceará, foi o primeiro projeto dessa política. Sua construção teve início em 1884 e sua conclusão ocorreu em 1906. Ainda de acordo com este autor, não havia, naquela época, um órgão responsável pelo planejamento e execução das obras públicas do Governo Federal na região. Este fato corroborou a instalação da “indústria da seca”, que perdura até os dias atuais, pela improvisação e ineficiência da ação governamental frente ao problema.

serem, em geral, rasos, o que compromete a perenização dos rios e córregos que secam na sua grande maioria.

No histórico da política de combate às secas, destaca-se o fato de que, quase sempre, políticos nordestinos ocuparem cargos públicos importantes no Governo Federal no período Republicano do país, o que, acredita-se, seria quase que suficiente para a solução do problema da seca na região.¹¹ No entanto, assiste-se, no limiar do século XXI, em consequência da seca, cenas de fome, de miséria absoluta e de vidas humanas ceifadas pelo abandono e descaso do poder público.

Muito se tem discutido sobre a problemática da seca nordestina, cujo epicentro é a região denominada *Polígono das Secas*.¹² As tentativas de solução não têm encontrado ressonância no campo da efetividade. Sobram discursos e faltam ações. Os recursos financeiros se dissipam pelas teias da burocracia sob a tutoria do Estado. Até a década de 1950, mais de meio século de combate às secas, e o problema permanecia, num desafio à ação governamental. Para Pinto (1977), as soluções foram todas parciais, atingindo apenas alguns aspectos do problema e não o problema como um todo. As estiagens são sazonais, mas a pobreza, decorrente dela pela falta de solução, era e continua definitiva, conforme afirma esse autor:

“A pobreza, sim, era permanente e geral, provocada por uma série de fatores mais importantes do que a falta de recursos

¹¹ Em 1904 foram criadas Comissões Federais Temporárias (de Açudes e Irrigação; de Estradas e Obras contra os Efeitos das Secas; e, de Perfuração de Poços). Em 1909, foi criada a Inspetoria de Obras Contra as Secas – IOCS, transformada, 10 anos depois em IFOCS (Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas). A missão da IFOCS era cuidar do planejamento e execução das obras públicas e realizar estudos e pesquisas, indispensáveis ao sucesso das mesmas. Em 1945 a IFOCS transformou-se no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Pinto, 1977).

¹² O Polígono das Secas compreende uma área do Nordeste brasileiro, Norte e Nordeste de Minas Gerais, cuja característica básica é o baixo índice pluviométrico anual. Conforme Cardoso (1996:63), o Polígono das Secas de Minas Gerais foi incorporada à área nordestina somente em 1963, através da Lei nº 4.239.

hídricos. A atenção da política econômica centrou-se na seca que mata logo e desviou-se da pobreza que mata à prestação e que limita o prazer de viver. (...). As soluções da Engenharia – açudes, estradas, poços e canais de irrigação pareceram inspiradas no determinismo geográfico em moda, na época, que superestimava o meio, em detrimento do homem. A solução da política iniciada em 1930, (...) bem assim como a solução ecológica, começaram a voltar-se para o homem e preocupar-se com o aumento de sua produtividade. Mas foram formuladas para a agricultura e não para associar os diversos setores produtivos, e, dessa forma, também limitativas” (Pinto, 1977:47).

A possível indagação que se pode fazer sobre o porquê das políticas adotadas na primeira metade do século XX pode ter, como resposta, a falta de planejamento, sobretudo com a dificuldade em prever cursos financeiros para o combate à estiagem, uma vez que sua alocação e liberação dependiam basicamente da ocorrência das secas que são imprevisíveis. Daí decorre o fato, já comentado neste trabalho, da improvisação e descontinuidade das ações terem resultado em ineficiência. Somado à falta de planejamento, Pinto (1977) aponta a escassez de recursos financeiros, embora considere que os recursos governamentais liberados para aquela região não tenham tomado a forma, em sua totalidade, de investimentos produtivos, visto que, em grande parte, destinaram-se a gastos assistenciais de socorro às vítimas.

Acrescem-se, ainda, à resposta suscitada na questão acima, as condições sociais. O senhor rural, a figura do “coronel”, simbolizava o poder econômico que criava formas de dependência, de subordinação e de desigualdades. Controlava tanto o aparelho policial como o judiciário, além de deter também o poder político. Frente a estes aspectos, Pinto (1977:49) afirma que: “*Era natural*

que as lideranças coronelistas, ao invés de se baterem por reformas, preferissem manter o status quo. Tanto as secas, como os instrumentos da política de combate às secas, lhes traziam (...) diferenciais a seu favor”.

A força das oligarquias regionais era de fato muito grande. Os grandes proprietários davam-lhes o apoio suficiente para retardarem ao máximo a adoção de medidas reformistas, ameaçadoras dos seus privilégios. Os governos representavam os interesses do latifúndio e por isso não apoiaram o esforço industrial do país. No entanto, a partir da Revolução de 1930, inicia-se nova etapa. A elite política que assume o governo em 1930 prioriza e estimula a industrialização, baseada na empresa nacional, que deveria liderar o processo de acumulação e ampliar suas atividades produtivas a partir de suas próprias forças econômicas, apoiadas pelo poder público.¹³

Somando-se a isso, tem-se um despertar da sociedade com novas demandas sociais, principalmente em decorrência do desequilíbrio entre o nível de aspirações e a realidade vigente naquela época, que aparentava estática, sem ter experimentado alguma mudança. A nova política, portanto, buscou intencionalmente transformações estruturais, assentadas sobretudo num planejamento racionalizador e abrangente, ao contrário da política anterior que manipulava instrumentos limitados e alocava grande soma de recursos em programas assistenciais, de efeitos paliativos. Nesse sentido, a década de 50 se configura muito importante pelo que agregou de esforços conjuntos envolvendo a liderança política, a igreja e os empresários, resultando em diagnósticos sobre a região e seu secular problema.

A expressão do Estado, na tentativa de romper com o imobilismo frente ao processo de industrialização, indutor de desenvolvimento, torna-se evidente

¹³ A revolução de 1930 marca o fim de um ciclo e o início de outro na economia brasileira: o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano industrial, embora a renda do setor industrial tenha superado a da agricultura somente em 1956 (Oliveira, 1988; Mello, 1982; Brum, 1995).

no fato de que na década de 50, do início até a criação da SUDENE, em 1959, foram feitas várias tentativas de implementação de novos órgãos e atividades.¹⁴ Em 1953, Rômulo Almeida elaborou um relatório que foi entregue ao então Presidente da República, Getúlio Vargas. Este relatório visava subsidiar um eficiente planejamento de ação contra as secas, bem como propiciar a organização econômica do Nordeste. Sugeria também a criação de um órgão de coordenação: “...*Afigura-se conveniente examinar a possibilidade de atribuir a um órgão colegiado, em que estejam representados os serviços federais e estaduais, a função de planejar e acompanhar periodicamente os resultados da ação governamental na área*” (Almeida, 1953 citado por Pinto, 1977:52).

A escassez relativa de terras aráveis, a deficiência pluviométrica, a elevada concentração da renda na economia açucareira frente a uma pecuária no semi-árido com caráter de subsistência - agravado pela desigualdade nos níveis de renda e nas condições de vida entre a região Nordeste e o Centro-Sul -, levaram o GTDN a traçar um plano de ação cujas diretrizes básicas foram as seguintes: a) intensificação dos investimentos industriais; b) viabilização da agroindustrialização na região; c) elevação da produtividade das áreas semi-áridas; e d) incorporação das terras úmidas do Maranhão no cenário produtivo (Souza, 1997 e Araújo, 1997).

A SUDENE, portanto, instituída para promover o desenvolvimento do Nordeste brasileiro, nasceu dessa concepção diferente do problema que atingia esta região. Seu objetivo precípuo era coordenar a ação do Governo Federal e

¹⁴ Em 1952 foi criado o BNB – Banco do Nordeste do Brasil; em 1954 foram criadas uma Comissão Coordenadora vinculada ao Ministério da Fazenda e a Comissão de Investimentos vinculada ao Ministério de Viação e Obras Públicas; em 1956 foi constituído o GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, vinculado à Presidência da República. O GTDN foi transformado, no início de 1959, em Conselho de Desenvolvimento do Nordeste – CODENO, que logo em seguida deu corpo à Operação Nordeste – OPENO e, no final daquele ano, à criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE (Pinto, 1977).

administrar os recursos transferidos para a região, que recebeu vários incentivos fiscais. Intencionava eliminar os desníveis de riqueza entre esta região e o Centro-Sul do Brasil.

No entanto, à luz das argumentações de Oliveira (1977), dois aspectos devem ser esclarecidos para a compreensão da filosofia e dos métodos do órgão. Primeiro, funcionava como uma tentativa de evitar o aprofundamento dos conflitos de classe no Nordeste; a criação de empregos, absorvendo a mão-de-obra sobrando da região, funcionaria como um freio às crises do sistema. Segundo, a SUDENE, usando incentivos e isenções fiscais, mais o estímulo do baixo preço da mão-de-obra regional, procurava não estimular a expansão das empresas da região, mas, exatamente, atrair empresas para o Nordeste. Desse modo, é indiscutível que a industrialização e modernização agrária ocorrida na região Nordeste foi, a princípio, mais uma transferência de empresas, sustentada por capital público, que criação de um dinamismo regional.

As condições sociais da maior parcela da população nordestina reforçam o caráter problemático desta região. No entanto, alguns dados apontam um dinamismo recente em sua economia. Araújo (1997) registra que a partir de 1960 ocorreram algumas mudanças no setor primário que certamente contribuíram para que, em 1970, a região fosse responsável por 3% da produção interna de frutas de mesa, além de contar com expressiva produção de cacau, abacaxi, tomate, soja, café e borracha, chegando a atingir, em 1989, 13,5% da produção nacional desses produtos.

O impacto da “Revolução Verde” sob as diretrizes desenvolvimentistas dos países industrializados é, sem dúvida, o fator explicativo para esse incremento na produção agrícola em produtos não tradicionais, que motivaram a instalação de vários projetos agroindustriais no Nordeste, associados à irrigação. O Nordeste conta com um Pólo Agroindustrial em Juazeiro-Ba e Petrolina-Pe; áreas produtoras de grãos na Bahia e no Maranhão, sob uma moderna agricultura

irrigada; Pólo de Fruticultura no Rio Grande do Norte e um Pólo de Pecuária Intensiva do Agreste, em Pernambuco (Araújo, 1997). Tem-se, assim, a inserção da região na modernização agrícola. Ainda conforme esta autora, tem havido um dinamismo acentuado na economia nordestina:

“No global, nas décadas dos 1960, 1970 e 1980, o Nordeste foi a região que apresentou a mais elevada taxa média de crescimento do PIB, no país. (...) de 1960 a 1988, a economia nordestina suplantou a taxa de crescimento médio do país em cerca de 10%; e entre 1965 e 1985, o PIB gerado no Nordeste cresceu (média de 6,3% ao ano) mais que o Japão no mesmo período (5,5% ao ano)” (Araújo, 1997).

Como resultado da modernização da agricultura, ocorreu uma grande integração do setor aos mercados modernos, respondendo, na década de 1980, pelo funcionamento de um importante parque agroindustrial. Este condiciona e é condicionado pelo funcionamento da agricultura, mobiliza grandes volumes de capital e, naturalmente, grandes interesses. Por outro lado, a tecnificação dos processos de produção tornou o funcionamento da agricultura inteiramente dependente das linhas de crédito (Oliveira, Ribeiro e Augusto, 1999).

Nesta região, como na maioria das regiões do Brasil, a política de modernização agrícola combinou ação estatal com o jogo das forças de mercado, processo que condicionou os agentes financeiros a agirem selecionando os mais aptos para acumulação de capital.

3.2 Formação econômica e social do Norte de Minas

Resultados semelhantes à ação do Estado no Nordeste brasileiro ocorreram na região Norte de Minas. Nesta, a ação da SUDENE trouxe efeitos principalmente para Montes Claros, polarizadora do desenvolvimento regional.

O Norte mineiro é articulado econômica e socialmente com o Nordeste desde o período colonial, como extensão da economia açucareira. Pertencera inicialmente às Capitânicas da Bahia e de Pernambuco, com quem negociava animais de tração e para alimentação da população litorânea. O comércio com as populações das minas deu-se posteriormente, de forma que propiciou o desenvolvimento de entrepostos comerciais que dinamizaram a agropecuária regional, polarizando focos de desenvolvimento econômico pela região.

No Norte de Minas, evidências sustentam que o seu povoamento está intimamente relacionado à expansão da pecuária que se interiorizava pelo rio São Francisco acima, e também aos bandeirantes, baianos e paulistas, que a partir dos séculos XVI e XVII, começaram a desbravar o interior do Brasil, com a finalidade de reconhecer e de se apossarem das terras descobertas, bem como de explorar suas riquezas naturais, principalmente o ouro e as pedras preciosas.¹⁵

As primeiras expedições a atingirem o Norte de Minas foram a de Francisco Bruza Spinoza, em 1552, a de Vasco Fernandes Tourinho, em 1572, e a de Antônio Dias Adorno, em 1576. Solá (1991) aponta como sendo uma das Bandeiras mais importantes a de Matias Cardoso, que era integrada por numerosos homens, 600 ao todo, dentre os quais merecem destaque o Capitão João Pires de Brito, o Capitão Antônio Gonçalves Figueira e Januário Cardoso (filho de Matias Cardoso). Esses bandeirantes criaram vários povoados e se estabeleceram na região como criadores de gado, sendo alguns exemplos desses povoados: Matias Cardoso, Barra do Rio das Velhas, posteriormente conhecido

como Guaicuí; Olhos D'água e Formigas, fundados pelo Capitão Antônio Figueira e que são conhecidos, respectivamente, como Bocaiúva e Montes Claros; além de São Romão e Porto do Salgado (hoje Januária), fundados por Januário Cardoso. Destaca-se também a Bandeira de Fernão Dias Paes que cruzou as regiões mineiras, incentivada pela Coroa Portuguesa, com a finalidade de encontrar pedras e metais preciosos.

Do ponto de vista econômico, naquela época colonial, os povoados e/ou localidades que se destacaram foram os envolvidos com o comércio do sal, produto de considerável valor econômico. Dentre eles, conforme Mata Machado (1991), estão Matias Cardoso, São Romão e Guaicuí; dentre os distribuidores de produtos agropecuários, Pedras de Maria da Cruz e Januária tiveram grande destaque. Com relação ao sal, convém destacar que, pelas características geomorfológicas, os solos da região Norte de Minas apresentam-se, na sua grande maioria, ricos em sal, o que em muito contribuiu para o destaque econômico de muitas localidades, àquela época.¹⁶

No processo de ocupação regional, a população indígena sofreu importantes baixas. Muitos índios foram escravizados e utilizados na lida, seja do engenho ou na mineração. As atividades nos engenhos requeriam, além de muitos braços, terras para os canaviais e pasto, mantimentos, utensílios, ferro, cobre, animais para tração e outras atividades. Daí, tanto o escravo negro como o indígena eram de fundamental importância (Freyre, 1967).

É consenso entre os autores, cujas investigações tratam da formação econômica do Brasil, o fato de ter sido a expansão da pecuária pelo território brasileiro primeiramente ligada às atividades canavieiras. A segmentação entre

¹⁵ Sobre história do Norte mineiro, consultar Stralen (1980); Solá (1991); Mata-Machado (1991); Cardoso (1996).

¹⁶ É o caso do povoado Santo Antônio de Salinas, hoje município de Salinas, cujo nome deve-se às importantes jazidas de sal que foram exploradas e que propiciaram o seu povoamento ladeado pela pecuária extensiva, conforme será visto mais adiante.

as atividades agrícolas e pastoris só ocorre posteriormente. Conforme Mata Machado,

“(...) A expansão pastoril atravessou três fases: a da vizinhança das lavouras de cana, a da coexistência, e a da separação entre as atividades agrícolas e pastoris. Nesta terceira fase, a pecuária alcançou o sertão, sendo beneficiado pela presença de água, pastagens naturais e terrenos salinos.” (Mata Machado, 1991:29).

Ainda no que se refere ao povoamento da região, Mata Machado (1991) confere importância ao fato das sesmarias concedidas às famílias de Garcia de Ávila (conhecida como Casa da Torre) e de Antônio Guedes de Brito (conhecida como Casa da Ponte), serem localizadas, respectivamente, nas margens esquerda e direita do rio São Francisco. Segundo esse autor, a Casa da Torre possuía 260 léguas pelo rio São Francisco acima, e a Casa da Ponte, 160 léguas desde o Morro do Chapéu até a barra do rio das Velhas. A especialidade destes sesmeiros era a criação de gado. De acordo com Cardoso (1996:17),

“Nestas sesmarias, a atividade principal era a pecuária extensiva, a qual se expandia muito rapidamente através da prática do arrendamento de terras praticada por seus proprietários bem como pela concessão de parte das crias aos vaqueiros, os quais, (...) muitas vezes formavam seus próprios currais”.

Andrade (1982) relata que estes vaqueiros tinham sua remuneração em produto, ou seja, para cada quatro crias nascidas tinham direito a uma. Além disso, podiam utilizar o leite produzido e explorar pequenas lavouras de subsistência. Dessa forma, garantia-se a expansão dos currais, já que cada vaqueiro tinha a possibilidade de montar o seu próprio.

É inegável, portanto, o fato de ter o povoamento norte-mineiro estreita relação com a pecuária extensiva e com a cultura de subsistência, demandando grandes espaços territoriais e pouca utilização de mão-de-obra, o que contribuiu para a característica rarefeita desse povoamento. A pecuária bovina, além de sua importância alimentar, destacava-se também como importante produtora de uma matéria-prima fundamental na época, o couro. Mata Machado assim evidencia esta importância:

“De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos, de couro eram todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforge para levar comida, a maca para guardar roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de faca, as broacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os banguês para curtume ou para apurar sal, para os açudes, o material de aterro era levado em couros puxados por juntas de bois(..)”. (Mata Machado, 1991:31).

É patente, então, a importância da pecuária no cenário econômico da região Norte de Minas. Ademais, o seu papel, desempenhado no povoamento desta região, a torna atividade ancilar, uma vez que era desenvolvida especialmente com o propósito de dar sustentação às atividades econômicas

principais da colônia: a cana-de-açúcar, e posteriormente a mineração (Cardoso, 1996).

É oportuno destacar a atividade açucareira como “pano de fundo” das demais atividades. Nesse sentido, Cardoso (1996:26) chama a atenção para a diferença entre a dinâmica da atividade mineradora e a açucareira. Segundo ele, o ambiente econômico em que se assentou a atividade mineradora era bem mais estruturado do que o das atividades açucareiras,

“Pois, enquanto as atividades açucareiras tiveram início num vazio econômico, no qual a pecuária foi concomitantemente desenvolvida, na fase mineradora a atividade pastoril já pré-existia. Este fato foi bastante benéfico à mineração pois, quando esta se intensificou na primeira metade do século XVIII, a região norte-mineira já se encontrava relativamente povoada e com uma certa estrutura produtiva, baseada na pecuária extensiva e na agricultura de subsistência. Este fato, associado à sua estratégica localização geográfica, fez com que a referida região se tornasse ponto de passagem obrigatória de diversos recursos que rumavam para as minas”

Como resultante disso, tem-se o incremento da produção regional, em que as pequenas lavouras intensificaram-se, principalmente no entorno da atual Montes Claros, uma vez que dispunha de condições favoráveis e fácil acesso às zonas de mineração, principalmente aquelas situadas na Serra do Espinhaço: Grão Mogol, Salinas, Diamantina, Felisberto Caldeira, etc. (Stralen, 1980). Permeando estas atividades, a produção de cachaça também teve o seu destaque, seja para atender o consumo próprio de quem a produzia ou para ser comercializada entre os trabalhadores das minas.

Contudo, a intensificação da atividade mineradora foi precursora do isolamento econômico imposto ao Norte de Minas pelo Poder Real em consequência da constante sonegação de tributos. Decorrente disso, ocorreram vários conflitos entre os poderes locais. Um destes foi a Guerra dos Emboabas, a Sedição de 1736 ou Conjuração do São Francisco, que, para Mata Machado (1991), constitui um mesmo foco de análise: *“a luta dos potentados do sertão contra as proibições impostas e o controle fiscal e tributário exercidos pela Coroa”*. Essas proibições e taxações também incluíam a cachaça que era produzida na região.

Esse isolamento, segundo esse autor, constava de sérias restrições econômicas propiciadas por um imposto mais abrangente que o anterior, uma vez que, além dos mineradores, ele atingia também os criadores de gado, comerciantes e artesãos. Este fato levou, na concepção de Mata Machado, a região a voltar-se para si própria, buscando condições autônomas para satisfazer suas necessidades, além de estabelecer relações comerciais, mais fortes, com regiões do Nordeste e de Goiás. Corroborando este entendimento, Cardoso assim reflete:

“Ao voltar-se para si própria a região passou a explorar mais efetivamente seus recursos vegetais, animais e minerais. Mas, apesar desta exploração mais efetiva e da emergência de uma perspectiva mais mercantil, persistiu um caráter de subsistência nas atividades desenvolvidas no Norte de Minas. Quanto às transações comerciais, é oportuno lembrar que estas não raramente eram praticadas através da troca (escambo), ou por intermédio de mercadorias, que funcionavam de forma semelhantes às mercadorias-moeda”. (Cardoso,1996:32).

Durante o período de isolamento a que foi submetido o Norte de Minas, assiste-se à decadência das atividades mineradoras, com reflexos importantes para a economia regional. Por outro lado, tem-se a Revolução Industrial induzindo profundas alterações no sistema produtivo mundial, com mecanização do processo manufatureiro, sobretudo da indústria têxtil e substituição, nessa indústria, da lã pelo algodão, cuja produção, podia se expandir facilmente (Freyre, 1967). Neste processo, o Norte de Minas experimentou um enorme crescimento no cultivo do algodão. Entretanto, Cardoso (1996) registra que houve, depois, retração no cultivo desta malvácea, ficando, no caso do Norte de Minas, a cotonicultura restrita aos municípios de Porteirinha, Monte Azul, Mato Verde e Espinoza.

Stralen (1980) e AMANS (1993) apontam Montes Claros como destaque na cotonicultura, tendo sido contemplada com a instalação de uma indústria têxtil, ainda em 1880. No entanto, há de se considerar que outras localidades também tiveram seu envolvimento com o algodão. Mata Machado (1991) destaca que 20 estabelecimentos têxteis se implantaram em Minas Gerais, entre 1872 e 1899, sendo os mais importantes localizadas nos municípios de Montes Claros, Curvelo, Sete Lagoas e Santa Luzia, sendo todos abastecidos com algodão proveniente do Norte de Minas.

Esta região também possui, no seu histórico econômico, a borracha, que foi bastante explorada. A extração do látex, ocorrida no Vale do São Francisco, por volta de 1885, foi concentrada basicamente nos municípios de Januária e Remanso. Januária centralizava a produção regional, pois além de produzir, coletava e também comercializava o látex produzido em outras localidades, tendo sido, inclusive, exportador deste produto para outros países. Conforme Mata Machado (1991:119):

“Em 1911 Januária exportou 8.000 toneladas para o Rio de Janeiro e 4.000 toneladas para a Bahia, ou seja, 12.000 toneladas, sendo a maior parte procedente do estado de Goiás.(...) Januária chegou a comercializar um quarto da produção brasileira.”

Este autor elucida, portanto, a importância de Januária, não apenas pelo fato demonstrado, mas também por ter sido um município que, entre o século XVIII e início do século XX, além de agricultor por excelência, possuía uma forte vocação mercantil. Produtos como algodão, rapadura e cachaça têm peso nas análises sobre sua economia. Entretanto, Mata Machado apresenta a redução da influência econômica deste município. Ela acontece no mesmo momento em que outras localidades ganham destaque, como Pirapora e Montes Claros.

Montes Claros apresenta-se como um dos grandes destaques na economia regional. Sua condição geográfica contribuiu para que mantivesse as relações comerciais com toda a região, bem como com o Nordeste e demais regiões do estado, o que lhe conferiu desde cedo, antes mesmo da chegada da ferrovia em 1926, a condição de importante entreposto comercial.

Além disso, Montes Claros também se destaca na agropecuária, com a pecuária bovina sendo a base de sua economia. Este fato guarda estreita relação com a origem deste município, conforme já visto anteriormente. Contudo, convém ressaltar que a chegada da via férrea em 1926 veio consolidar o comércio de gado na região, pela facilidade de transporte. Conforme AMANS (1993), apesar de mesmo antes da via férrea já ser um importante entreposto comercial, sua posição geográfica tomou-a um ponto de confluência de vias e rotas para a Bahia, zonas de mineração, Nordeste e Noroeste de Minas. Esta foi a condição preponderante para justificar a expansão da linha férrea até a localidade (Stralen, 1980; Cardoso, 1996).

Dentre as ponderações acerca da dinâmica das transformações espaciais na região Norte de Minas Gerais, Cardoso expõe a evolução da influência de Montes Claros no aspecto econômico, em que tornou-se hegemônica. Entretanto, o autor destaca que, apesar disso, esta cidade sofreu uma certa retração nas suas relações econômicas, o que favoreceu outros municípios que, beneficiados por uma maior agilidade do setor de transportes; passaram a adquirir um certo destaque econômico no cenário regional, conforme pode-se perceber na sua argumentação:

“É interessante notar ainda que, além da expansão ferroviária, também a expansão da rede rodoviária contribuiu muito para outras localidades, das quais são exemplo Capitão Enéas e Janaúba, passassem a desfrutar de uma vida econômica menos dependente de Montes Claros, apesar desta última nunca ter deixado de exercer influência sobre as demais. Na verdade, o transporte rodoviário foi, no decorrer do tempo, substituindo paulatinamente o transporte ferroviário” (Cardoso, 1996:47).

3.3 Aspectos recentes da economia norte mineira

Por ser uma região incrustada no Polígono das Secas, uma área de transição para o semi-árido nordestino, o Norte mineiro requeria ações no sentido de pelo menos minorar grande parte dos problemas. No entanto, seguindo o curso das ações implementadas no Nordeste brasileiro, via SUDENE, o Estado fez na região a opção pelas políticas de incentivo, subsídios e altos investimentos. Foram implantados grandes perímetros irrigados para produção de frutas para exportação; grandes projetos agropecuários subsidiados (área média de 4.000 ha); as florestas homogêneas – enormes áreas com a

monocultura do eucalipto – para produção de carvão visando o abastecimento do pólo siderúrgico do estado; e as monoculturas agrícolas subsidiadas (Cameiro, 1997). O processo de “modernização” implantado no Norte mineiro a partir dos anos 60 trouxe como resultado um quadro de exclusão e de miséria, com muitas famílias marginalizadas e expulsas da terra.

O quadro regional desfigurou-se completamente após a chegada das grandes empresas. As imagens tradicionais da região, ambiental e sócio-culturalmente foram alteradas:

“(…) A nova imagem implantada possui faces bastante contraditórias. A face da produtividade e dos grandes empreendimentos por um lado, e a face da carência, da pobreza e da exclusão econômica, social e cultural, por outro” (Cameiro, 1997:17).

Localizado, segundo a SEPLAN (1984), entre as coordenadas 14°30' e 18° latitude sul e entre 41° e 46° longitude oeste, o Norte de Minas compreende a região à direita do rio das Velhas, a Oeste do rio Jequitinhonha, à esquerda do rio Paracatu, polarizada por Montes Claros, quase toda incluída na área mineira da SUDENE.¹⁷ Sua área mede aproximadamente 120.701 Km² de extensão, correspondendo a cerca de 20,5% da área total do estado.

¹⁷-A incorporação formal do Norte de Minas ao Nordeste brasileiro aconteceu em 1965. Dessa época até o início dos anos 90, 42 municípios dos 44 existentes na região passaram a fazer parte da área do Polígono da Seca sob a jurisdição da SUDENE. Com as emancipações de vários distritos e alguns povoados ocorridas na década de 90, dos 93 municípios que agora compõem a região Norte de Minas, apenas 3 não integram a Região Mineira da Sudene, que a partir da Lei 9.690 de 15 de Julho de 1998, inclui também a região do Vale do Jequitinhonha. No Anexo A, consta a relação de todos os municípios mineiros integrantes da área de abrangência da SUDENE.

Sendo a VIII¹⁸ região de Planejamento do estado, o Norte de Minas, seguindo a tendência das demais regiões, a partir dos anos 1970, apresenta um processo progressivo de urbanização. A crescente urbanização contribui no processo de acumulação, uma vez que, conforme Oliveira (1988), as cidades são, por definição, a sede da economia industrial e de serviços. Em suas palavras, o crescimento urbano é *“a contrapartida da desruralização do produto, e, neste sentido, quanto menor a ponderação das atividades agrícolas no produto, tanto maior a taxa de urbanização”*.

A economia desta região em muito se assemelha à do Nordeste, principalmente no tocante à diversificação da estrutura produtiva, com ênfase na industrialização de alguns municípios e na instalação de grandes projetos agropecuários, a partir dos incentivos estatais via SUDENE. De acordo com Reis (1997), *“foram forjados alguns pré-requisitos necessários em determinados municípios à pretendida modernização da indústria e da agropecuária”*.

Nesse sentido - como no Nordeste brasileiro -, a análise do Produto Interno Bruto, segundo os setores de atividade, agropecuária, indústria e serviços, por região de planejamento do estado, mostra que o Norte de Minas apresentou elevado crescimento dentro do PIB total do estado, entre 1985 e 1995. A taxa de crescimento do PIB no Norte de Minas neste período superou a taxa de crescimento do estado e do país, cujas respectivas taxas foram 3,70%; 2,40% e 2,28%. O maior incremento no PIB total do Norte de Minas, naquele período, adveio do setor industrial, cujo PIB teve um crescimento de 6,4%, secundado pelo PIB do setor de serviços (3,1%) e pelo do agropecuário (1,0%). O PIB industrial da região teve a segunda maior taxa de crescimento, frente às demais regiões, conforme as Tabelas 5, 6 e 7.

¹⁸ As regiões de Planejamento do estado são: I - Central; II - Mata; III - Sul de Minas; IV - Triângulo; V - Alto Paranaíba; VI - Centro-Oeste de Minas; VII - Noroeste de Minas; VIII - Norte de Minas; IX - Jequitinhonha/Mucuri; e X - Rio Doce (Fundação João Pinheiro, 1996).

TABELA 5 - PIB segundo setores de atividade (R\$ 1.000) e PIB/habitante (R\$ 1,00). Brasil, Minas Gerais, Norte de Minas e Microregião de Salinas, 1985.

Região	1985				PIB/habitante
	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total	
Microregião de Salinas	32.021	12.540	37.130	81.691	480,00
Norte de Minas	362.989	416.953	664.136	1.444.078	1.180,00
Minas Gerais	4.812.483	12.684.503	20.008.214	37.505.201	2.613,98
Brasil	47.893.903	182.116.752	200.826.587	430.837.243	3.264,45

Fonte: FJP – Produto Interno Bruto de Minas Gerais – Municípios e Regiões – 1996. Elaboração do autor. Valores em reais de 1996.

TABELA 6 - PIB segundo setores de atividade (R\$ 1.000) e PIB/habitante (R\$ 1,00). Brasil, Minas Gerais, Norte de Minas e Microregião de Salinas, 1995.

Região	1995				PIB/habitante
	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total	
Microregião de Salinas	39.735	19.533	56.787	116.056	604,00
Norte de Minas	401.686	774.043	902.575	2.078.304	1.447,00
Minas Gerais	5.120.431	17.003.783	25.635.061	47.759.275	2.893,57
Brasil	66.475.103	172.549.809	301.010.087	540.035.000	3.465,71

Fonte: FJP – Produto Interno Bruto de Minas Gerais – Municípios e Regiões – 1996. Elaboração do autor. Valores em reais de 1996.

TABELA 7 - Taxa de crescimento do PIB segundo os setores de atividades. Brasil, Minas Gerais, Norte de Minas e Microregião de Salinas, (1985-1995), em porcentagem.

Região	Taxa de crescimento do PIB				PIB/habitante
	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total	
Norte de Minas	1,00	6,40	3,10	3,70	2,10
Microregião de Salinas	2,20	4,50	4,30	3,60	2,30
Minas Gerais	0,62	2,97	2,51	2,40	1,02
Brasil	3,33	-0,54	4,13	2,28	0,60

Fonte: Tabelas 5 e 6.

O incremento no PIB industrial da região veio basicamente dos municípios de Bocaiúva, Capitão Enéas, Montes Claros, Pirapora e Várzea da Palma, que são os mais industrializados do Norte de Minas. Estes municípios apresentaram as seguintes taxas de crescimento médio anual do PIB entre 1985 e 95, 11,0%; 15,0%; 3,9%; 2,0%; e 0,2%, respectivamente (Reis,1997). De acordo com este autor, Montes Claros apresentou em 1995 o maior PIB da região, seguido por Bocaiúva, Pirapora e Várzea da Palma, sendo estes os respectivos valores: R\$712.452.000,00; R\$276.822.000,00; R\$189.483.000,00; e R\$104.171.000,00.

Embora a taxa de crescimento do setor agropecuário da região Norte de Minas tenha sido inferior ao dos setores industrial e de serviços, ele foi maior do que a taxa do estado que teve uma taxa de crescimento, entre 1985 e 1995, de 0,62% contra 1,0% verificado para a região. Além disso, é importante destacar que esta região, em termos de ocupação de pessoal na agricultura, se apresenta como detentora de expressiva importância no cenário econômico e social do estado, uma vez que, segundo os dados dos Censos Agropecuários, o setor agropecuário é um importante ocupador de mão-de-obra, haja visto que 45,26% da população norte mineira residem na zona rural, segundo o Censo Demográfico da FIBGE (1991).

No que diz respeito à utilização das terras, as Tabelas 8 e 9 apresentam, respectivamente, para o Norte de Minas e para o estado, a variação em termos de área utilizada para lavouras, pastagens, matas e florestas, nos anos 1985 e 1996. A análise destas tabelas permite algumas afirmações: comparativamente ao estado, no Norte de Minas a instalação de vários projetos de fruticultura irrigada, principalmente nos municípios de Jaíba, Janaúba e Pirapora, certamente explicam a expansão de 10,67% na área utilizada com lavouras permanentes na região, ao contrário do que ocorreu no estado, que apresentou variação negativa neste segmento. Nas lavouras temporárias houve retração tanto na região como

no estado, respectivamente de -27,34% e -26,34%, o que representa sinais de decadência nesse segmento da agricultura ao nível estadual e regional, o que é reforçado pela variação positiva no grupo das lavouras temporárias em descanso, respectivamente em 76,72 e 27,00%. O aumento da tecnificação ocorrido na região e no estado, conforme demonstrado em Oliveira, Ribeiro e Augusto (1999)¹⁹ e Ribeiro e Daniel (1999), explicam a retração de área utilizada com pastagens naturais e a expansão na área com pastagens plantadas ocorridas. A redução de área com florestas plantadas foi maior na região; isto se deve ao fim dos incentivos aos reflorestamentos e às questões que envolvem a queda do preço do carvão vegetal utilizado no setor siderúrgico do estado, segundo Oliveira, Ribeiro e Augusto (1999). O lado positivo disso é o aumento na área de matas naturais, que foi mais expressivo na região, justificado pela rápida recuperação daquelas áreas desmatadas para produção de carvão, graças à elevada capacidade de rebrota da vegetação do cerrado.

¹⁹ A redução de área com pastagens naturais apontada por estes autores segue a tendência estadual de incremento de uma pecuária mais tecnificada, com melhoria genética do rebanho bem como nos processos de manejo e de gestão, em detrimento da pecuária mais rústica.

TABELA 8 - Utilização das terras no Norte de Minas Gerais em 1985 e 1995/96.

Utilização das terras	1985		1995/96		Variação percentual
	Área (há)	Área (%)	Área (ha)	Área (%)	
LAVOURAS					
Permanentes	28.524	5,15	31.567	5,67	10,67
Temporárias	387.666	69,97	281.679	50,59	-27,34
Temporárias em descanso	137.819	24,88	243.561	43,74	76,72
Total	554.009	100,00	556.797	100,00	0,50
PASTAGENS					
Naturais	2.057.238	53,64	1.779.019	47,17	-13,52
Plantadas	1.778.260	46,36	1.992.201	52,83	12,03
Total	3.835.498	100,00	3.771.220	100,00	-1,68
MATAS E FLORESTAS					
Naturais	1.581.726	70,56	1.832.688	76,31	15,87
Plantadas	659.805	29,44	568.856	23,69	-13,78
Total	2.241.531	100,00	2.401.544	100,00	7,14
Produtivas não utilizadas	415.473	5,90	457.778	6,37	10,18
TOTAL GERAL	7.046.513	100,00	7.187.339	100,00	2,00

Fonte: FIBGE, Censo Agropecuário de 1985 e 1995/96

TABELA 9 - Utilização das terras em Minas Gerais - 1985 e 1996.

Utilização das terras	1985		1995/96		Variação percentual
	Área (há)	Área (%)	Área (ha)	Área (%)	
LAVOURAS					
Permanentes	1.288.913	21,74	1.188.053	24,14	-7,83
Temporárias	4.051.194	68,32	2.984.082	60,64	-26,34
Temporárias em descanso	589.647	9,94	748.827	15,22	27,00
Total	5.929.754	100,00	4.920.962	100,00	-17,01
PASTAGENS					
Naturais	20.624.736	71,33	13.654.416	53,87	-33,80
Plantadas	8.290.439	28,67	11.694.188	46,13	41,06
Total	28.915.175	100,00	25.348.604	100,00	-12,33
MATAS E FLORESTAS					
Naturais	5.478.550	75,60	5.670.306	76,85	3,50
Plantadas	1.767.858	24,40	1.707.782	23,15	-3,40
Total	7.246.408	100,00	7.378.088	100,00	1,82
Produtivas não utilizadas	1.137.105	2,63	1.015.748	2,63	-10,67
TOTAL GERAL	43.228.442	100,00	38.663.402	100,00	-10,56

Fonte: FIBGE, Censo Agropecuário de 1985 e 1995/96.

Compondo ainda este cenário de mudanças na agropecuária regional, tem-se uma redução no nível de ocupação rural, conforme se percebe na Tabela 10. Esta redução, tem como motivadores, além da redução da renda agrícola e da terra, a intensificação da tecnificação que refletiu expressivamente na produtividade.

TABELA 10 - Pessoal ocupado na agricultura no Norte de Minas, em Minas Gerais e no Brasil (1985 – 1995/96).

Ano	Norte de Minas		Minas Gerais		Brasil	
	População Total	Pessoal ocupado na agricultura	População Total	Pessoal ocupado na agricultura	Populaã Total	Pessoal ocupado na agricultura
1985	1.223.792	431.888	14.405.799	2.660.130	131.978.400	23.394.881
1995	1.436.706	306.455	16.673.088	2.000.046	155.822.400	17.930.890
Varição %	+17,39%	-29,04%	+15,74%	-24,81%	+18,06%	-23,35%

Fonte: Fernandes Filho, Campos e Oliveira (1999).

Como demonstrado na tabela acima, o Norte de Minas, apesar de ter tido uma variação percentual na população total superior à verificada no estado, teve naquele período uma maior redução na ocupação de pessoal na agricultura do que a ocorrida no estado e no país. Certamente, do pessoal que deixou essa atividade, uma parte considerável deve ter incrementado a participação de pessoal na agroindústria rural, e outra parte deve ter migrado para as atividades urbanas de serviço ou indústria que, conforme já foi visto, tiveram melhor desempenho do que o setor agropecuário. Ribeiro e Daniel (1999) demonstram que um atrativo para a migração rural é o salário urbano, principalmente para os trabalhadores permanentes e temporários cujos salários rurais estão entre os menores do mercado de trabalho, exceto em situações de *“contratos por safras, bem localizados no tempo e no espaço”*.

Seguindo-se o quadro econômico da região, revelado pela análise do PIB, através da Tabela 7, já citada, tem-se que a microregião de Salinas teve, entre 1985 e 95, a mesma ordem da região quanto à taxa de crescimento do seu PIB total. Ou seja, os setores que mais cresceram foram o industrial e o de serviços, ficando o agropecuário em última posição, conforme as respectivas taxas de crescimento do PIB, 4,50%; 4,30% e 2,20%. Verifica-se também, que estas taxas também superaram as suas correspondentes com relação ao estado. Comparativamente ao país, a citada microregião foi superada apenas pela taxa de 3,33% de crescimento do PIB agropecuário que este apresentou naquele período. Já com relação ao Norte de Minas, a microregião de Salinas só foi superada pelo setor industrial, ou seja, enquanto que para o Norte de Minas o PIB industrial teve uma taxa de 6,4% de crescimento, para a microregião esse PIB teve 4,50% de crescimento, naquele período.

Comparando-se em percentual a microregião de Salinas com o Norte de Minas e com o estado, quanto ao desempenho do PIB, tem-se que em 1995, a microregião de Salinas apresentou um PIB total de R\$ 116.056.000,00, correspondendo, portanto, a 5,58% do PIB norte mineiro e a 0,24% do PIB estadual. Já microregionalmente, Salinas apresentou, em 1995, o maior PIB, cujo valor foi de R\$ 46.420.000,00. Na segunda e terceira posição ficaram, respectivamente, Rio Pardo de Minas com um PIB de R\$ 22.867.000,00 e Águas Vermelhas, cujo PIB foi de R\$ 14.920.000,00. Esse PIB de Salinas representou 40,00% do PIB da microrregião, 2,2% do PIB do Norte de Minas e apenas 0,10% do PIB do estado. O município que apresentou o menor PIB naquele ano foi Montezuma, cujo PIB foi de R\$ 753.000,00. No entanto, este município apresentou a maior taxa de crescimento do PIB entre 1985 e 95, que foi de 9,9%. Na segunda e terceira posição, quanto à taxa de crescimento do PIB, ficaram, respectivamente, Salinas com uma taxa de 6,1% e Rio Pardo de Minas, cuja taxa foi de 5,1%. Dois dos sete municípios que a compõem apresentaram taxas

negativas de crescimento do PIB, entre 1985 e 95. São eles: Águas Vermelhas com -2,2% e Rubelita com -0,5%, conforme as Tabelas 11 e 12.

TABELA 11 - PIB Total a preços constantes de 1995, por municípios da Microregião de Salinas – Minas Gerais (1985/1990/1994-1995).

Município	PIB Total a preços constantes de 1995 (R\$ 1.000)			
	1985	1990	1994	1995
Águas Vermelhas	18.6586	20.411	14.193	14.920
Montezuma	292	363	720	753
Rio Pardo de Minas	13.907	18.805	22.943	22.867
Rubelita	5.168	3.851	4.736	4.893
Salinas	22.558	36.230	42.091	46.420
São João do Paraíso	7.152	13.558	9.009	9.420
Taiobeiras	10.956	13.277	15.588	16.784
Microregião	81.691	106.496	109.278	116.056
Norte de Minas	1.444.078	1.806.670	1.975.837	2.078.304
Minas Gerais	37.505.202	41.115.255	46.501.720	47.759.275

Fonte: FJP – Produto Interno Bruto de Minas Gerais – Municípios e Regiões – 1996. Elaboração do autor.

TABELA 12 - Taxas de crescimento médio anual do PIB Total, por municípios da Microregião de Salinas – Minas Gerais (1985/1990/1994-1995).

Município	Taxas de crescimento médio anual do PIB Total (%)			
	1985/1990	1990/1995	1994/1995	1985/1995
Águas Vermelhas	1,8	-6,1	5,1	-2,2
Montezuma	4,5	15,7	4,5	9,9
Rio Pardo de Minas	6,2	4,0	-0,3	5,1
Rubelita	-5,7	4,9	3,3	-0,5
Salinas	7,2	5,1	10,3	6,1
São João do Paraíso	13,6	-7,0	4,6	2,8
Taiobeiras	3,9	4,8	7,7	4,4
Microregião	5,4	1,7	6,2	3,6
Norte de Minas	4,6	2,8	5,2	3,7
Minas Gerais	1,9	3,0	2,7	2,4

Fonte: FJP – Produto Interno Bruto de Minas Gerais – Municípios e Regiões – 1996. Elaboração do autor.

Ao se analisar o comportamento do PIB do Norte de Minas, no período de 1985 a 1995, percebe-se que as disparidades econômicas, no que diz respeito à industrialização regional, refletem a política de concessões e de incentivos, fiscais e financeiros adotados pelo Estado através da SUDENE. Esta política beneficiou inúmeras empresas que se instalaram na região, sobretudo naqueles

municípios citados como os mais industrializados da região. Segundo Reis (1997), “em muitos casos, a participação da SUDENE chegava a 75% do capital investido, além da isenção do Imposto de Renda por vários anos”. Isto demonstra a grande sensibilidade da economia norte mineira frente aos incentivos do Estado. Principalmente aqueles municípios cuja economia é mais dinâmica, pois foram eles os maiores recebedores dos recursos da SUDENE destinados para a região.

Como consequência dessa política do Estado, tem-se o Norte de Minas apresentando enorme concentração econômica. Reis (1997) demonstra essa concentração afirmando que, dos 94 projetos industriais e agropecuários beneficiados pelo Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR), na região, 70 ou cerca de 75% deles, estão localizados em Montes Claros, Pirapora e Várzea da Palma. E ainda, 86% dos projetos beneficiados pelo mesmo Fundo e em implantação, situam-se nestes três municípios.

3.4 História de Salinas

3.4.1 Localização e povoamento

O município de Salinas está situado na zona de Itacambira numa altitude de 915 metros, na sede, cujas coordenadas geográficas são 16°10'19" de latitude sul e 42°17'30" de longitude W. Gr. Sua área é de 1.891,33 Km² (FIBGE, 1996). Dista da capital do estado 638 quilômetros e seu maior centro de intercâmbio comercial e cultural é Montes Claros, distante 220 Km.

O município apresenta baixo índice de pluviosidade, com uma média anual em torno de 700 mm de chuvas. O solo, em geral, é bastante acidificado e de alta fertilidade. O subsolo é rico em minérios e pedras preciosas, sendo ainda muito explorado, principalmente na extração de *turmalinas*, *rubelitas*, *diamantes* e *crístais*. Entretanto, é uma atividade pouco expressiva na economia local pelo

que pôde ser levantado junto aos produtores locais que, além de cachaça desenvolvem outras atividades econômicas como pecuária, agricultura, comércio e outras, exceto a mineração.

Acumulador de considerável importância econômica e social para o Norte de Minas, o município de Salinas tem, em sua origem, a mesma marca dos demais municípios que integram aquela região: na busca de riquezas, bandeirantes oriundos da Bahia desbravaram-na, deparando-se na região deste município com abundantes jazidas de sal-gema, produto escasso naquela época e, por isso mesmo, de elevado preço. Tal descoberta contribuiu, sobremaneira, para o povoamento daquela região onde hoje se ergue a cidade de Salinas.

Apesar de o município de Salinas ter sido desbravado em época ignorada, utiliza-se, neste trabalho, como referencial temporal, o que Moreira Sobrinho (1973) apresenta como sendo os desbravadores da região que contém o atual município de Salinas. Trata-se dos três viajantes, que afiguram-se como os pioneiros no desbravamento daquelas terras. Em sua sucinta apresentação, pode-se creditar à descrição do percurso feito pela expedição de Francisco Bruza Espinoza, em 1553, constante da carta do padre Navarro, como prova do pioneirismo deste bandeirante no desbravamento do Norte de Minas. Ainda segundo o mesmo autor, duas décadas depois de Espinoza – 1572 – Vasco Fernandes Tourinho entra pelo Jequitinhonha, passa por Itacambira e atinge o vale do rio Doce. Já pelos idos de 1576, Antônio Dias Adorno, entrando por Caravelas, chega a Itacambira – Serra Resplandecente e Lagoa Vapabuçu. Assim resume Moreira Sobrinho,

“Estes foram os três pioneiros da zona de Itacambira, partindo do Recôncavo Baiano. Embora tenha Fernão Dias fundado o arraial de Itacambira, no século XVII, cremos não haver atingido a região onde se ergue o município de Salinas, visto estarem os

entradistas baianos atuando naquela região” (Moreira Sobrinho, 1973: 619).

Séculos depois, por volta de 1788, segundo Lisboa (1992), seguindo a exploração das matas da região do rio Pardo, onde havia se instalado vindo da Bahia, o bandeirante João Luiz dos Passos descobriu casualmente “*nas margens de um rio pouco caudaloso, algumas minas de sal-gema, precioso achado que naqueles tempos tinha grande importância pela sua escassez e grande dificuldade de aquisição*” (Lisboa, 1992:232). Este fato motivou o nome Salinas a este rio e, posteriormente, à localidade.

Os primeiros moradores de Salinas vieram de Rio Pardo logo após a descoberta do sal-gema no município, por volta de 1790.²⁰ O território do distrito da cidade de Salinas foi dividido, naquela ocasião, em seis fazendas: a do Bananal, a do Ribeirão, a de Gramas, Tabocas, Matrona e Canela d’Ema (Lisboa, 1992:232).

A rentabilidade das *Salinas* e as perspectivas de formação de boa criação atraíram pecuaristas baianos para a região que, em pouco tempo, transformou-se em *Arraial das Salinas*. Com o crescimento deste, vieram as necessidades. Uma delas, e de grande importância, era a necessidade de um espaço para a profissão da fé religiosa. Nesse sentido, destaca-se a figura de uma latifundiária do lugar, que fez a doação de um terreno para a construção de uma capela sob o patronato de Santo Antônio. Em torno desta capela foram erguidas as construções dos habitantes do arraial.

Agora denominado arraial de Santo Antônio de Salinas, em homenagem ao padroeiro e em referência às jazidas de sal encontradas na região, pertencente

²⁰ Abdênago Lisboa apresenta a lista dessas pessoas: Dona Faustina Fernandes Pessoa – proprietária da fazenda bananal, José Cardoso de Araújo, Padre Bernardino, e algumas beatas (Lisboa, 1992).

ao município Rio Pardo de Minas, emancipou-se deste em 1880, ocorrendo a instalação do novo município três anos mais tarde. Contudo, somente em 1887 a sede municipal recebeu foro de cidade (Ferreira, 1959).

De acordo com esse autor, eram as seguintes as principais aglomerações urbanas situadas na área do município em 1950: a sede e as vilas de Águas Vermelhas, Rubelita, Santa Cruz de Salinas e Taiobeiras, sendo que, a partir de 1953, em seqüência à emancipação do distrito de Taiobeiras, emanciparam-se Rubelita e Águas Vermelhas.

Na década de 1970, alguns de seus povoados, como Novorizonte e Fruta de Leite, tornaram-se distritos que, juntamente com o distrito de Santa Cruz de Salinas, alcançaram a emancipação em 1995. Desse modo, a partir de 1996, Salinas conta apenas com dois distritos o de Nova Matrona e o de Ferreirópolis, além de três povoados considerados como sendo os maiores com relação ao número de habitantes: Curralinho com 750, Nova Fátima com 349 e Montes Clarinhos com 300 habitantes (FIBGE, 1996).

Com as emancipações dos distritos citados, a população do município sofreu significativa redução, atingindo, em 1996, 34.561 habitantes, sendo de 20.692 a população urbana (59,87%) e 13.869 a rural (40,13%). Segundo os dados do Recenseamento de 1950, conforme a Tabela 13, era de 63.696 habitantes a população do município, em 1950, sendo 57.244 (89,87%) a população rural e, 6.452 (10,13%) a urbana. Entretanto, segundo estimativas do Departamento Estadual de Estatística de Minas Gerais, conforme Ferreira (1959), sua população em 1955 era de 59.820 habitantes. A redução é explicada pela emancipação de Taiobeiras, ocorrida em 1953.

TABELA 13 - Distribuição da população de Salinas entre rural e urbana entre homens e mulheres nos anos de 1950 e 1996.

Ano	Urbana		Rural		Homens		Mulheres		Total Geral
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	
1950	6.452	10,13	57.244	89,87	31.235	49,04	32.461	50,96	63.696
1996	20.692	59,87	13.869	40,13	17.058	49,36	17.503	50,64	34.561

Fonte: Ferreira (1959) e FIBGE 1996. Adaptado pelo autor.

De acordo com FIBGE (1996), a população total de Salinas, em 1996, era de 34.561 habitantes,²¹ Desse total, 59,87% representam a população urbana, e 40,13%, a rural. Comparativamente às taxas de 10,13% e 89,87%, para as populações urbana e rural, verificadas em 1950, observa-se uma elevada taxa de urbanização. Entretanto, os 40,13% de população rural em 1996 indicam de que o município ainda tem fortes características rurais.

Uma outra observação importante que os dados apresentados na tabela citada, sobre a população de Salinas, fornecem é que a distribuição da população entre homens e mulheres praticamente manteve-se inalterada, em termos percentuais, entre 1950 e 1996. Enquanto em 1950 o número de homens representava 49,04% da população do município e o de mulheres, 50,96%, em 1996, era de 49,36% e 50,64%, respectivamente, para homens e mulheres. Curiosamente, a população feminina foi sempre superior à masculina nos anos analisados, embora esteja havendo uma redução na diferença, pois enquanto em 1950 a diferença percentual era de 1,92%, em 1996 essa diferença passou para apenas 1,28%. Certamente isso também está relacionado com o fenômeno da migração, pois como ocorre no Norte de Minas, em geral, também em Salinas vão-se os homens e ficam as mulheres.

²¹ Esse total exclui a população, de 15.578 pessoas, cedida para os distritos emancipados, sendo 4.388 para o novo município de Santa Cruz de Salinas, 4.015 para Novorizonte e 7.175 para Fruta de Leite (FIBGE, 1996).

Se considerarmos a população de Salinas, em 1955, de 59.820 habitantes, após a emancipação de Taiobeiras, e a de 1996, de 50.139 habitantes, desconsiderando-se as recentes emancipações que reduziram a população em 15.578 habitantes, percebe-se que houve uma redução populacional no município, certamente explicada pela intensa migração, freqüente na região e intensificada sobretudo a partir dos 1970.

Um fato que reforça esse aspecto da migração é a presença de milhares de salinenses residentes em outras cidades, principalmente Belo Horizonte, São Paulo e Brasília, que marcam sua presença, uma vez por ano, na maior festa do município, que é a que comemora o aniversário da cidade.²² Trata-se de uma festa popular que já se tornou tradicional e consta do calendário de festividades do município. Seu crescimento vem ocorrendo sobretudo nesta década de 1990. São várias dezenas de ônibus fretados pelos “salinenses ausentes”,²³ com destino a esta cidade por ocasião de seu aniversário. Esses salinenses ausentes, na sua grande maioria, são organizados em associações que têm o objetivo de angariar fundos para custear as despesas com afretamento de ônibus para o transporte dos associados para Salinas por ocasião da referida festa. Segundo informações dos organizadores desta comemoração, estima-se que em 1999, em torno de 10.000 pessoas “de fora” estiveram presentes na “festa da cidade”, como ela é denominada. Isso não quer dizer que todos sejam migrantes. Pelo fato de ser Salinas conhecida pela boa cachaça que produz, alguns dos participantes da festa certamente vão à cidade pela fama de sua cachaça.

²² Comemora-se em 4 de outubro a data em que a sede municipal ganhou foro de cidade.

²³ Conforme se auto denominam os que migraram de Salinas para outras cidades, principalmente Belo Horizonte, São Paulo e Brasília, e que fazem parte de alguma associação que os congreguem.

3.4.2 O desenvolvimento de Salinas

A importância econômica adquirida por Salinas com o comércio do sal, a recria de escravos e, principalmente, com a pecuária - no comércio de couro e fornecimento de carne para outras regiões, sobretudo o Nordeste, com quem o comércio era mais intenso - deu corpo a uma sociedade cuja elite econômica e política era formada por coronéis.²⁴

Uma demonstração desse poder político de Salinas e que remonta aos seus primórdios é dada por um fato que ocorreu na eleição para Presidente da República em 1890. Naquela eleição, o resultado motivou um artigo ofensivo ao povo de Salinas, publicado em jornal pelo então candidato derrotado Rui Barbosa. Segundo João Costa,

“Na eleição de 1890 para presidente da República, em que disputavam Hermes da Fonseca e Rui Barbosa, nós fomos objeto de uma crônica de Rui Barbosa pelo resultado da eleição. É que dos 602 eleitores que votaram em Salinas, apenas um, o coronel Castro, votou em Rui Barbosa. Então ele, enfurecido com este resultado, escreveu um artigo amargo num jornal, acabando com a gente; chamou o povo de Salinas de índio e de antropófago”.
(João Costa, entrevista em Salinas - novembro/99).

²⁴ Em 1969, Abdenego Lisboa comentava sobre Salinas: *“Terra, sobretudo, da política coronelista, que tem eleito deputados estaduais e federais, sob influência de notáveis chefes políticos (...)”*. Dentre os coronéis que marcaram época em Salinas, destaca-se Idalino Ribeiro. Nascido em Salinas, no ano de 1879, era descendente de família que fundara a cidade com raízes em Rio Pardo. Ainda jovem, foi nomeado fiscal de imposto pelo Estado, tornando-se, com o tempo, importante fazendeiro, comerciante e chefe político. Exerceu a presidência da Câmara de Vereadores de Salinas entre 1918 e 1930. Influenciou bastante a política local e regional durante sua trajetória, fato que garantiu-lhe evidência até sua morte em 1973 (Lisboa, 1992).

A projeção política do município foi se acumulando ao longo do tempo, motivando disputas pelo mando local, intrigas, desavenças, mortes, mas também progresso. Este, motivado pelas potencialidades locais e o interesse dos mandatários em não perderem a posição que ostentavam, tornou-se dinamizador, ao mesmo tempo que era dinamizado. Os interesses levaram à abertura de estradas de rodagens e estas contribuíram com o comércio na região.

O latifúndio era a medida, como o era o número de cabeças de gado. Entre a riqueza e o poder do mando fluía toda a comunicação e o comércio através de tropas. Nesse aspecto, assim comenta o Sr. João Costa:

“(...) quanto às estradas [de rodagem], sem dúvida nenhuma, (...) já naquela época, falava-se da necessidade de estradas para facilitar a comunicação. Naquela época era tudo feito através de tropas. Quando surgiu então o governador, que acenava com a possibilidade de estradas. Entretanto, faltava dinheiro. Neste aspecto, eu destaco a figura do coronel Idalino Ribeiro, que financiou uma parte da estrada com recursos próprios. Ele tinha muita influência na política. Destaco também a figura de Domingos Português. Era um português arrojado. Quando o governo falou que iria construir estradas no Norte de Minas, ele então pegou um fordeco e partiu. Primeiramente ele distribuiu gasolina em pontos estratégicos pelo percurso, com a finalidade de abastecer o veículo; percorreu esses municípios vizinhos todos. Quando ele chegou em Salinas foi a maior festa. A Câmara Municipal o presenteou com um conto de réis. Foi a Taiobeiras, Pedra Azul e foi até Jequitinhonha. Nestas cidades todas foi a primeira vez que viram um carro. Durante a viagem ele atravessava os rios com a ajuda do povo que prontamente

cedia juntas de bois e participava também na travessia do veículo nos pontos difíceis. Isto ocorreu em 1927” (Entrevista em 06/11/1999).²⁵

O depoimento de João Costa corrobora a afirmação de Lisboa sobre a construção da estrada de rodagem entre o Brejo das Almas - atual Francisco Sá - e Salinas, tendo sido inaugurada em 1929 e reformada entre 1931 e 1933 (Lisboa, 1992).

Salinas desfruta de um certo destaque no cenário político regional, estadual e até federal. O poder econômico e político dos coronéis encontrou nas potencialidades locais uma possibilidade de desenvolvimento, sempre mediada pela satisfação dos interesses locais. A abertura de estradas de rodagem teve alguma importância para a economia local e regional, pois a duração das viagens foi encurtada; alguns bens de consumo puderam ser introduzidos com maior facilidade no comércio, a comunicação e integração regional ficou facilitada. Em relatório de prestação de contas encaminhado ao governo do estado pelo Prefeito de Salinas, o coronel Mendo Correia, em 1933, tem-se uma demonstração do que representou a construção da estrada entre Salinas e Montes Claros. Neste relatório consta:

“Com a inauguração [em 1933] da estrada de rodagem estadual que liga esta cidade a de Montes Claros (...) com o percurso de 278 quilômetros, entramos numa fase de intensos melhoramentos e apreciável progresso. Sem ela, bem longe estaríamos de ter, dada a dificuldade de transporte de material, a construção dos palacetes dos coronéis – Idalino Ribeiro e Procópio Cardoso, ora em andamento, e que ficariam aproximadamente em

²⁵ Lisboa (1992) apresenta controvérsia quanto a esta data, situando-a entre 1925 e 1926.

350:000\$000; a do grupo local, assim como a introdução em nossa cidade de telhas do tipo francês, portas de ferro, pianos etc.” (Estado de Minas Gerais, 1933).

A trajetória de Salinas na política teve continuidade com os herdeiros políticos dos coronéis. Nesse percurso, as relações foram marcadas quase sempre por conflitos em torno de interesses próprios ou de grupos que se alternavam no poder local ou na representação política. Na conjugação desses interesses, o município acumulou ora ganhos, ora prejuízos. Os ganhos se traduziram nas obras realizadas, que trouxeram benefícios à população local, tais como estradas, energia elétrica, água encanada, escolas, hospitais, rede de esgotos, serviços de telefonia, televisão etc. Os prejuízos são demarcados como tudo aquilo que também beneficiaria a população local e ao meio ambiente e que deveria ter sido feito pelos que, imbuídos de oportunidades em fazer, não o fizeram. Se o que foi feito representa um certo patamar na escala de desenvolvimento, o que deixou de ser feito representa os degraus, acima, que poderia ter alcançado o desenvolvimento local.

Um indicador de progresso na região é a construção de estradas. No entanto, há de se considerar que este processo estava inserido numa perspectiva maior de desenvolvimento que incluía toda a região. Desde a inauguração da estrada de ferro em Montes Claros, a região experimentou novos ares. Daí em diante, como já vinha ocorrendo, coube às lideranças locais fazerem valer seu prestígio, sob a tutela das potencialidades locais, e incrementarem o desenvolvimento local.

Importante ressaltar que o Estado foi o patrocinador de importantes mudanças no âmbito regional. Sob a premissa de resolver o problema da seca na região, o Estado preparou o ambiente regional para atrair investimentos. Através do DNOCS, executou a construção de diversos açudes na região no início dos

anos 60. Esta necessidade premente provocou mudanças importantes no cenário regional.

Outro fator, a energia elétrica implantada em Salinas, dinamizou o cenário econômico e social do município, possibilitou a modernização das pequenas indústrias instaladas no município, como padarias, sorveterias, confecções, doces, laticínios e fábricas de cachaça. Além disso, viabilizou novos investimentos industriais, tais como: duas cerâmicas, a fábrica de mosquitoireiro, a indústria de fécula de mandioca, algumas indústrias de móveis, fábrica de colchões, dentre outras. Na zona rural, sua utilização encontra-se ainda em expansão. No entanto, analisando-se o conjunto dos produtores de cachaça do município, pode-se afirmar que a maioria dispõe de energia na propriedade. O abastecimento d'água para a população de Salinas foi resolvido conforme João Costa apresenta:

“(...) por volta de 1880 havia uma lagoa de onde derivavam algumas bicas que levavam água para as casas. Inclusive ocorriam alguns conflitos, pelo fato da bica atravessar alguns quintais. A transformação de fato ocorreu no governo de Clemente Medrado, através de seu sogro, que era o coronel Idalino Ribeiro, que comprou uma sucata de canos que foram substituídos na cidade de BH. Isso em 1930. Foi uma grande dificuldade para trazer esse material para Salinas. Por incrível que pareça, alguns desses canos ainda estão sendo utilizados. Mas, apesar disso, a água é de boa qualidade” (João Costa, entrevista em Salinas - novembro/99).

Na trajetória sócio-econômica de Salinas, o saneamento básico tem sido o “calcanhar de Aquiles”. Informalmente, credita-se ao seu subsolo rochoso a

dificuldade técnica em se construir uma rede de esgoto compatível com as necessidades atuais e futuras da cidade.

A degradação ambiental pode ser observada no depoimento de um produtor rural, que vivenciou uma parte do período em que as condições ambientais de Salinas, relativas ao solo e sua fertilidade, propiciaram o desenvolvimento de grandes áreas com pastagens de colonião que, até o início da década de 1970, abundava na região. Afirma ele:

(...) em 1968, 69 e 70, havia um grande comércio de semente de capim colonião aqui em Salinas. Essa casa minha eu comprei com dinheiro de semente de capim. Foi quando eu ganhei um dinheirinho, por fora de minhas atividades de professor e dentista. Eu então saía com meu sogro vendendo a semente de capim antes de colher. A gente contava com uma chuva em março, conhecida como a chuva da semente. Então a gente saía em fevereiro, íamos para São Paulo, durante uma semana ou dez dias, íamos para Ribeirão Preto e Sul de Minas, vender semente de capim. Havia outras pessoas além de mim e meu sogro que também faziam esse comércio de semente de colonião. Toneladas e mais toneladas, todas do município de Salinas. Hoje em dia a gente não acha um pé de colonião. A seca foi então castigando, ano após ano. O comércio de semente de capim acabou. Agora é o contrário, compramos sementes de fora”.

O quadro atual do rio Salinas é triste, melancólico e sem vida. Principalmente no trecho que corta a cidade, o rio parece um verdadeiro esgoto a céu aberto, uma vez que a precária rede de esgoto local lança em seu leito todos

os dejetos da cidade, que se misturam ao lixo da maioria das construções localizadas às suas margens.

A análise da trajetória de Salinas realça a importância do meio ambiente em todo o seu processo de utilização. No início do desbravamento da região, que deu corpo ao município e, durante algumas décadas, agia-se sobre a natureza como se seus recursos fossem inesgotáveis. No entanto, esse prisma de inesgotabilidade dos recursos ambientais contrasta com a realidade atual, que expõe vários sinais de esgotamento ambiental, resultantes daquela exploração que, apesar do resultado, atendia à lógica de construção e acumulação de riquezas da época.

3.4.3 A agropecuária de Salinas

A história econômica de Salinas apoia-se em grande parte na pecuária. Os desbravadores encontraram, na região do município, um grande potencial para o desenvolvimento de suas atividades, seja na lavoura de mantimentos, seja na pecuária.

De modo semelhante ao ocorrido no baixo Jequitinhonha, a pecuária de Salinas é associada aos migrantes baianos, que partiram principalmente da região baiana onde se localizam os municípios de Condeúba e de Caculé. A memória de Vicente Afonso ilustra este fato:

“Meu avô, Balduino Afonso, chegou em Salinas por volta de 1880, o ano eu não me lembro. Ele veio juntamente com um grupo de pessoas, lá de Condeúba, na Bahia. Nesse grupo tinha muitos parentes. Trouxeram animais de sela, gado, escravos e as tralhas de casa. Meu pai foi nascido em Condeúba e casou-se com minha mãe, que era de Caculé. (...) eu, desde pequeno,

aprendi a mexer com gado. Em 1933 eu comecei a trabalhar para mim mesmo, na compra e venda de gado, e só parêi em 1989. Comprei muito gado para os homens ricos da época, (...). Aqui tinha os “zebueiros”, que eram os compradores de gado zebu, que traziam esse gado de Uberaba e vendiam pela região. (...) sempre mexi com gado, mas, mesmo analfabeto, já fui delegado e juiz de paz aqui em Salinas...” (Vicente Afonso em entrevista – Salinas, fevereiro/1999).

No estudo de Ribeiro (1998), nota-se que nessa região do município de Salinas, como em boa parte do Nordeste mineiro, a pecuária desenvolveu-se sob uma forma de uso da terra em que a posse ou seu uso transitório fazia parte da lógica do lavrador intinerante, assentada numa prática comum, na época, de abertura da mata e seu “amansamento” com lavoura de mantimento e posterior empastamento. Quando as terras empobreceram, esgotadas pelo uso, o mercado valorizou-as no preço, e um dos pilares de sustentação daquele sistema, o agrego, desapareceu. A elevada fertilidade natural dos solos e a abundância de terras parecia não limitar o horizonte da cobiça daqueles aventureiros, que não anteviam um fim para os benefícios da natureza. A ação predatória sobre os recursos naturais era marcada pela crença da inesgotabilidade destes recursos, conforme afirma Ribeiro,

“Criação usou predatoriamente recursos naturais. Mas, face à predação praticada nas roças e visto pela lógica que movia o posseante pioneiro e o fazendeiro de gado, não havia desperdício porque eram recursos tão livres, fartos, acessíveis, redundantes, que seria impossível poupá-los naquele momento. Abria-se a mata para moldar humanamente a paisagem rural, garantir

sustento e até construir patrimônio familiar; era – acreditava-se – uma benfeitoria” (Ribeiro, 1998:128).

A pecuária de Salinas, embora não presente, em fins do século XX, a pujança que a marcou até a primeira metade deste século, ainda se destaca no cenário econômico do município. Como aconteceu no Nordeste mineiro, em Salinas aconteceram algumas mudanças importantes que vieram sobremaneira incrementar essa atividade no município. Essas mudanças, conforme Ribeiro (1998), iniciam com a substituição progressiva dos pastos nativos pelo capim denominado “provisório” – também chamado jaraguá – *Hiparrhenia rufa*. Ainda no tocante às pastagens, o autor aponta, como sendo a segunda importante transformação, a introdução, a partir de 1910, do capim-colômbio – *Panicum maximum gongyloides*. Segundo o autor,

“As características agronômicas dessa gramínea como elevada produção de massa verde; resistência a pragas, doenças, fogo e seca; boa palatabilidade e suporte a pisoteio, além de sua propagação por sementes, contribuíram para a sua disseminação pela região” (Ribeiro, 1998).

Sua elevada capacidade de suporte fez a alegria de muitos fazendeiros, que maior felicidade tiveram quando da introdução do gado zebu na região por volta de 1920²⁶. João Costa conta que um dos coronéis de Salinas foi, numa

²⁶ De acordo com Ribeiro (1998), o zebu é um gado rústico, precoce, pesado, ao contrário do gado curraleiro que predominava na região. De origem indiana, divide-se em gir, nelore, guzerá e indubrasil. Começou a ser introduzido no Brasil em 1875. O Triângulo Mineiro foi o centro irradiador desta raça cujo apogeu se deu entre 1910 e 1920. A partir daí foi dominando com suas características todos os rebanhos curraleiros e depois de 1940 já era expressivo o melhoramento dos rebanhos mineiros com o sangue zebu.

ocasião, a Patos de Minas e comprou cerca de mil vacas, todas Zebu. Dentre esses animais, havia um boi reprodutor denominado “Pachá”, que custou dois contos de réis e cuja prole era inconfundível, ambicionada pelos produtores locais. Esses animais marcaram época na pecuária de Salinas. Este coronel, segundo o Sr. João Costa, juntamente com os irmãos Almeida, de Fortaleza (Pedra Azul), foram os introdutores do boi Zebu no vale do Jequitinhonha.

Um dos maiores criatórios da região Norte de Minas até a década de 1960, o rebanho bovino de Salinas somava cerca de 150.000 cabeças em 1955, conforme Ferreira (1959). Entretanto, percebe-se um acentuado declínio através dos dados na Tabela 14: passou de 104.328 cabeças em 1985 para 64.818 em 1996, e 43.858 cabeças em 1999. Portanto, uma redução de 57,96% entre 1985 e 1999.

TABELA 14 - População bovina do município de Salinas em 1985, 1996 e 1998.

Mês/ano	1985	1996	1998	1999
Número de cabeças	104.328	64.818	50.031	43.858

Fonte: Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA, escritório regional de Salinas.

A expressiva redução no rebanho bovino entre os anos 1955 e 1999, pode ser creditada, em parte, ao desmembramento do município com as emancipações, em número de seis, ocorridas no período, o que determinou uma nova configuração geográfica, política e econômica, uma vez que os municípios limítrofes de Salinas foram acrescidos dos antigos distritos que emanciparam-se, ou seja, Taiobeiras, Águas Vermelhas, Rubelita, Santa Cruz de Salinas, Novorizonte e Fruta de Leite. Embora no rebanho contabilizado pelo IMA estejam incluído os rebanhos destes dois últimos municípios.

Também contribuíram para este quadro de retração da atividade pecuária as condições ambientais, que não se apresentam como antes em termos de fertilidade, e outras características desejáveis do solo.

Esta realidade favorece ponderações sobre a diferença entre o gerenciamento em meio a abundância de recursos naturais e de mão-de-obra e na falta comprometedoras destes. É sabido que a natureza leva um tempo considerável na formação ou até mesmo na reconstituição de determinadas características ambientais, como a fertilidade natural e algumas propriedades físicas do solo, como a permeabilidade. A pesquisa científica tem possibilitado ao homem algumas técnicas e meios de melhor manejar o solo, no sentido de reduzir o impacto de sua ação sobre este. Entretanto, essa lógica de produção assentada nestes princípios, apresenta algumas dificuldades na sua aceitação e execução de imediato. Principalmente para aqueles produtores adaptados num sistema produtivo em que a lógica não contemplava reposição de nutrientes ao solo, nem cuidados com a erosão, mas que era racional na concepção da época (Boserup, 1987). Diante do quadro de degradação ambiental, as dificuldades de ordem financeira realçam um sentimento de frustração que parece ter tomado conta de grande parte dos pecuaristas de Salinas. Principalmente daqueles que achavam que a natureza não tinha limites e que, por isso, não importava poupá-la.

Naquela época, o capim colônia abundava naturalmente. Tanto que nos anos 1960, até meados da década de 1970, havia um importante comércio de sementes desse capim no município. Semanalmente saíam vários caminhões carregados de sementes para serem vendidas em algumas cidades paulistas e também do Sul de Minas. A coleta de sementes ocupava muita mão-de-obra e era uma importante fonte de renda para os trabalhadores rurais e pequenos agricultores familiares. O superpastoreio, a compactação excessiva do solo, bem como a falta de adubação e de cuidados com a erosão, são responsáveis, em

grande parte, pela atual conjuntura de baixa no rebanho bovino do município de Salinas, tanto em termos qualitativos como em termos quantitativos. Esse aspecto é muito bem retratado por um produtor rural entrevistado durante a pesquisa:

“Antigamente essa era uma região exclusivamente agropecuária. A referência de riqueza era dada pelos fazendeiros. Fulano de tal tem 5000 bois, ou sicrano tem 4000 bois, etc (...) As pessoas foram então diversificando as fontes de renda. Alguns passaram então a recriar gado. O nosso rebanho bovino praticamente acabou. Quem tinha 900 cabeças naquele tempo hoje tem apenas 300, numa terra totalmente desgastada e exaurida. Quem tinha 5000 cabeças de gado passou a ter 500, 700. Ninguém tem mais dinheiro para consertar uma cerca, quanto mais para reformar pastos. O retorno da atividade é quase zero. (...) É evidente a mudança, senão todo mundo ainda era fazendeiro aqui. Aqui e na região ser fazendeiro era o chique. Era um status. Com o advento do Banco do Nordeste aqui houve muito negócio com terras, com fazenda. Hoje em dia é o contrário. Dá dó ver alguns fazendeiros”.

Um fato importante que convém ser destacado no quadro da pecuária de Salinas é a relação entre o tamanho do rebanho e o número de criadores. Conforme a Tabela 15, 61% dos criadores de Salinas tinham, em 1996, rebanhos inferiores a 20 cabeças, e representavam 17,40% do rebanho total. Se tomarmos o limite de 50 cabeças, verifica-se que naquele ano, 83,7% do total de criadores possuíam rebanhos inferiores a 50 cabeças e representavam cerca de 38,13% no rebanho total; para rebanhos entre 50 e 200 cabeças, o número de

criadores correspondia a 13,75% do total de criadores e seus rebanhos representavam 36,27% do rebanho total; os rebanhos maiores que 200 cabeças totalizavam 25,60% do rebanho total e pertenciam a apenas 2,56% do total de criadores. Seguindo a análise da tabela citada, tomando-se o limite de 200 cabeças, percebe-se que no estrato acima deste limite o rebanho médio é de 361 cabeças por criador, enquanto abaixo deste limite o rebanho médio é de 28 cabeças. Isto permite afirmar que a pecuária de Salinas é concentrada. Por outro lado, esta tabela revela a importância dos pequenos criadores no quadro econômico e social do município, uma vez que, aproximadamente, 98% dos criadores de Salinas possuem um rebanho médio de 28 cabeças e seus rebanhos representam, no rebanho total, aproximadamente 75%.

TABELA 15 - Número de criadores e rebanho bovino de Salinas, por estrato de número de cabeças, em 1996.

Rebanho (n° de cabeças)	Número de criadores		Número de cabeças	
	Quantidade	%	Quantidade	%
0-20	1.096	61,00	11.276	17,40
21-50	408	22,70	13.438	20,73
51-100	172	9,57	12.248	18,89
101-200	75	4,17	11.264	17,38
Acima de 200	46	2,56	16.592	25,60
Total	1.797	100,00	64.818	100,00

Fonte: IMA, Escritório de Salinas, 1999.

De acordo com o escritório local do IMA, o número total de bezerras nascidas em 1996 foi de 14.260 para um total de 25.345 matrizes. Isto representa uma taxa de 56,26% de natalidade. A taxa de desfrute do município é

de aproximadamente 29%, enquanto a taxa de abate é da ordem de 12%²⁷ (Secretaria Municipal de Agricultura, 2000). Em 1996, o número de animais comercializados para fora do município foi de 11.019, o que representa, em termos percentuais, aproximadamente 17% do rebanho total (Sindicato dos Produtores Rurais de Salinas, 2000). Naquele ano foram abatidos 7.778 animais no município ou 12% do rebanho total (Secretaria Municipal de Agricultura, 2000).

Um fato importante a destacar na pecuária de Salinas é que vem ganhando corpo a inserção de tradicionais pecuaristas de gado de corte na pecuária leiteira, sobretudo a partir de meados da década de 1990. O rebanho leiteiro conta aproximadamente com 3.500 vacas, quase que na totalidade resultantes de financiamento bancário. De acordo com informações da agência local do Banco do Nordeste, em 1999 foram financiadas por este banco cerca de 800 vacas no município. Embora estes animais sejam de elevado padrão genético, a produtividade média de leite situa-se bem abaixo do potencial de tal rebanho. Entretanto, existem alguns poucos casos de produtores com rebanho em torno de 40 vacas com produção anual de 4.200 litros de leite por vaca, para um período, aproximado, de 280 dias de lactação, o que dá uma produtividade média em torno de 15 litros/cabeça/dia. No geral, a produtividade do rebanho leiteiro de Salinas situa-se entre 5 e 7 litros/vaca/dia. Um ponto a se destacar neste processo de mudança é o fato de ser a atividade leiteira geradora, em potencial, de maior número de ocupações que a pecuária de corte. As atividades em torno da produção de leite são mais concentradas no espaço e no tempo. A dinâmica produtiva é diferenciada desde o manejo até a comercialização do

²⁷ Neste índice zootécnico foi utilizado o preconizado pela Emater e Acarpa, citado por Canziani, Reis e Dossa (1998) que estabelece como desfrute a relação percentual entre o número de animais vendidos e o número de animais do rebanho, enquanto que a taxa de abate é a relação percentual entre o número de animais abatidos e o número total de animais do rebanho.

produto final, requerendo, portanto, maior envolvimento do elemento humano e sua maior especialização.

A trajetória da agropecuária de Salinas, marcada como foi pela exploração predatória do meio ambiente e de recursos, pode ser melhor interpretada através de dados que informam a dinâmica do uso da terra. Nesse sentido, as Tabelas 16 e 17 revelam, respectivamente, a distribuição dos estabelecimentos agropecuários em números absolutos e em termos percentuais para o número de estabelecimentos e suas respectivas áreas médias, para os estratos abaixo e acima de 100 hectares nos anos de 1920 a 1996. Tomando-se os extremos entre os anos analisados percebe-se que no estrato de área inferior a 100 hectares, apesar do número de estabelecimentos ter aumentado em 223,87%, a área total manteve-se praticamente inalterada crescendo apenas 1,01%, ao passo que a área média sofreu retração de 68,80%; no estrato de área acima de 100 hectares, houve retração de 38,35% no número de estabelecimentos e de 21,75% na área total, tendo aumentado em 12,97% a área média. Quando se analisa os anos 1985 e 1996 verifica-se que houve expansão de 49,90% no número de estabelecimentos, de 10,97% na área total e redução de 25,97% a área média dos estabelecimentos do estrato inferior a 100 hectares, ao contrário do que ocorreu no estrato acima de 100 hectares, em que ocorreu retração nessas três categorias, respectivamente de 19,90%, 20,10% e 0,86%.

Esses dados permitem algumas inferências importantes: inicialmente tem-se um aumento progressivo do número de estabelecimentos com área inferior a 100 hectares ao longo daquele período, intercalado por apenas dois índices de redução de área, um em 1950 e outro em 1970. Movimento oposto ocorreu com o estrato de área acima de 100 hectares, em que houve uma redução progressiva no número de estabelecimentos, mas com dois pontos de redução, também naqueles anos citados. Importante observar que enquanto a área média decresceu no primeiro estrato analisado, no segundo aumentou. Isto

se deve, por um lado, às divisões de áreas por herança, e por outro, à tendência de concentração de terras, que no município tem sido de menor intensidade do que na região, conforme pode-se observar nas Tabelas 18 e 19 que trazem a distribuição de área total e da área média em estratos diferentes, nos anos 1985 e 1996, respectivamente para Salinas e para a região Norte de Minas. Tomando-se para análise o estrato de área acima de 1.000 hectares, observa-se que enquanto para Salinas, em termos percentuais, houve uma redução no número de estabelecimentos e de área total, respectivamente, de 48,24% e 7,05%, e expansão na área média de 17,12%, para o Norte de Minas a redução, também em percentual, no número de estabelecimentos e de área total, foi sensivelmente menor, respectivamente de 34,17 e 0,32%. A área média, neste caso, expandiu-se em 17,55%. Conclui-se, portanto, que a terra foi muito mais concentrada no Norte do que em Salinas neste período.

TABELA 16 - Distribuição dos estabelecimentos agropecuários em número e área segundo estratos de área – Anos 1920, 1940, 1950, 1960, 1970, 1985 e 1995/96 (Salinas - MG).

Estratos	1920		1940		1950		1960		1970		1985		1995/96	
	Estab	Área												
Menos de 100 há	1.177	79.273	2.136	98.285	1.590	81.492	3.725	128.077	3.163	120.648	2.543	72.160	3.812	80.075
Mais de 100 há	790	209.698	818	225.008	842	261.953	652	225.779	1.116	337.580	608	182.791	487	146.042
Total	1.967	288.971	2.954	323.293	2.432	343.445	4.377	353.856	4.279	458.228	3.151	254.951	4.299	226.117

Fonte: Ribeiro (1993) – de 1920 a 1970; FIBGE – Censo Agropecuário de 1985 e 1995/96. Reelaborado pelo autor.

TABELA 17 - Distribuição dos estabelecimentos agropecuários em percentual de estabelecimentos e área média segundo estratos de área – Anos 1920, 1940, 1950, 1960, 1970, 1985 e 1995/96 (Salinas - MG).

Estratos	1920		1940		1950		1960		1970		1985		1995/96	
	Estab (%)	Área média	Estab (%)	Área média	Estab (%)	Área média	Estab (%)	Área média	Estab (%)	Área média	Estab (%)	Área média	Estab (%)	Área média
Menos de 100 ha	59,8	67,35	72,3	46,01	65,4	51,25	85,1	34,38	73,9	38,14	76,0	28,38	88,67	21,01
Mais de 100 ha	40,2	265,44	27,7	275,07	34,6	311,11	14,9	346,29	26,1	302,49	24,0	300,64	11,33	299,88
Total	100,0	146,91	100,0	109,44	100,0	141,22	100,0	80,84	100,0	107,09	100,0	80,91	100,0	52,60

Fonte: Ribeiro (1993) – de 1920 a 1970; FIBGE – Censo Agropecuário de 1985 e 1995/96. Reelaborado pelo autor.

TABELA 18 - Distribuição da área total e da área média e distribuição percentual do número de estabelecimentos agropecuários e da área total segundo estratos de área – Anos 1985 e 1995/96 (Salinas - MG).

Estratos	Estab. (%)	1985			1995/96			
		Área total (ha)	Área total (%)	Área média (ha)	Estab. (%)	Área total (ha)	Área total (%)	Área média (ha)
Menor que 50 ha	64,68	37.792	14,82	18,54	76,85	45.691	20,21	13,83
De 50 a 200 ha	26,44	77.481	30,39	93,01	18,03	70.000	30,96	90,32
De 200 a 1.000 ha	8,03	97.349	38,18	384,78	4,68	75.540	33,41	375,82
Acima de 1.000 ha	0,85	42.329	16,60	1.567,74	0,44	34.886	15,43	1.836,11
Total Geral	100,0	254.951	100,0	80,91	100,0	226.117	100,0	52,60

Fonte: FIBGE – Censo Agropecuário 1985 e 1995/96.

79

TABELA 19 - Distribuição da área total e da área média e distribuição percentual do número de estabelecimentos agropecuários e da área total segundo estratos de área – 1985 e 1995/96 (Norte de Minas Gerais).

Estratos	Estab. (%)	1985			1995/96			
		Área total (ha)	Área total (%)	Área média (ha)	Estab. (%)	Área total (ha)	Área total (%)	Área média (ha)
Menor que 50 ha	70,06	703.460	9,12	17,17	75,85	758.771	9,85	13,34
De 50 a 200 ha	19,21	1.097.799	14,23	97,71	16,38	1.166.370	15,14	95,00
De 200 a 1.000 ha	8,33	2.017.853	26,15	414,17	6,19	1.900.262	24,67	409,19
Acima de 1.000 ha	2,40	3.897.441	50,50	2.781,90	1,58	3.878.417	50,34	3.270,17
Total Geral	100,0	7.716.553	100,0	131,95	100,0	7.703.820	100,0	102,75

Fonte: FIBGE – Censo Agropecuário 1985 e 1995/96

A degradação do ambiente, somada às políticas públicas adotadas na região ao longo de sua trajetória histórica, com agravamento da crise financeira do país desde meados da década de 1980, deu origem ao quadro apresentado na Tabela 20 em que se apresenta a utilização das terras no município nos anos 1985 e 1996. Esta tabela revela que em 1985 a pecuária ocupava aproximadamente 71% da área total dos estabelecimentos enquanto que a agricultura, na segunda posição, ocupava 23%; a área de exploração florestal era a terceira maior com 3%. Em 1996, tanto a agricultura como a pecuária e a exploração florestal tiveram redução de área, permanecendo a pecuária na primeira posição com cerca de 58% da área total. Um segmento que se destacou, em termos de área utilizada, foi a exploração mista que de 2,5% da área total, explorada em 1985, passou para aproximadamente 22% em 1996, ocupando assim a segunda posição.

Isso demonstra que a agricultura familiar, que é predominante em Salinas, tem na diversificação um dinamismo que a faz persistente em termos de cumprir sua principal função, a de produzir alimentos para o sustento próprio dos produtores e de suas famílias, permitindo ainda a comercialização do excedente a fim de atender outras demandas dos envolvidos no processo produtivo. Um exemplo dessa diversificação tem-se no segmento horticultura, que em termos percentuais foi o mais expressivo naquele período, ou seja, expandiu em 1.285,42%, passando de apenas 48 hectares cultivados em 1985 para 665 hectares em 1996. A cultura do tomate é a mais expressiva, cuja produção é comercializada principalmente em Vitória da Conquista, na Bahia, e Montes Claros, Minas Gerais.

TABELA 20 - Utilização das terras no município de Salinas-MG, segundo a classe de atividade econômica nos anos 1985 e 1995/96.

Classe de atividade econômica	1985		1995/96		Variação percentual Área
	Área (%)	Área (há)	Área (%)	Área (ha)	
Agricultura	23,13	58.984	18,16	41.068	-30,37
Pecuária	70,69	180.217	57,77	130.626	-27,52
Agropecuária	2,45	6.241	21,57	48.771	681,46
Horticultura	0,02	48	0,30	665	1.285,42
Silvicultura e exploração florestal	3,30	8.415	1,57	3.554	-57,77
Outros	0,41	1.046	0,63	1.431	36,81
Total	100,00	254.951	100,00	226.117	-11,31

Fonte: FIBGE – Censo Agropecuário de 1985 e 1995/96.

A paisagem rural de Salinas quanto à utilização das terras, entre 1985 e 1996,²⁸ pode ser também observada através da Tabela 21. As terras ocupadas com lavoura tiveram uma redução de área da ordem de 27,30%, sendo bastante expressiva quando comparada com o estado, cuja retração de área nesse grupo de atividade foi de 17,01% e no Norte de Minas que apresentou uma ligeira expansão da ordem de 0,50%. As lavouras temporárias – de mantimento – em Salinas, tiveram a maior redução de área cultivada, seguido das lavouras permanentes, cujos percentuais foram, respectivamente, de 31,05% e 22,86%.

Quanto às áreas de pastagens, no total houve uma retração de área em 13,85%, destacando-se os pastos plantados, que tiveram redução de área em 44,10%, o que refletiu expressivamente na utilização de pastos naturais cuja área expandiu em 48,94%. Isso bastou para que a área de pastagem plantada, que em 1985 ocupava a primeira posição com 67,49% da área total de pastagens, passasse para o segundo plano em 1996, ocupando apenas 43,80% desta área. Isto de certa forma demonstra o que já foi apresentado neste estudo sobre a redução da atividade pecuária no município. Além disso, quando

²⁸ Incluindo-se as áreas partilhadas com os municípios emancipados em 1995.

comparado ao Norte de Minas - em que a área de pasto plantado expandiu-se em 12,03%, passando a ocupar a primeira posição com 52,83% da área total de pastagens em 1996, ao contrário da de pasto natural que retraiu-se em 13,52% -, verifica-se que no município essa atividade reduziu-se consideravelmente e não experimentou o mesmo incremento tecnológico e melhoria nos processos de gestão apontados para a região norte mineira.

Também, de modo diferente ao ocorrido no Norte de Minas naquele período, a área de matas e florestas do município destacou-se pelo expressivo aumento, em termos percentuais, na utilização de matas plantadas, que em 1985 ocupavam 1.392 hectares - 5,69% da área total de matas -, passou a ocupar 2.185 hectares, 8,44% da área de matas, em 1996. Isso certamente se deve ao fato de terem sido instaladas duas unidades de carvoejamento no município, no período analisado, acrescido de áreas plantadas com objetivos de atender à demanda por lenha das duas indústrias cerâmicas da cidade.

TABELA 21 - Utilização das terras em Salinas – MG em 1985 e 1996.

Utilização das terras	1985		1995/96		Variação percentual
	Área (ha)	Área (%)	Área (ha)	Área (%)	
LAVOURAS					
Permanentes	2.060	10,60	1.589	11,24	-22,86
Temporárias	14.175	72,92	9.774	69,16	-31,05
Temporárias em descanso	3.204	16,48	2.770	19,60	-13,55
Total	19.439	100,00	14.133	100,00	-27,30
PASTAGENS					
Naturais	58.236	32,51	86.737	56,20	48,94
Plantadas	120.901	67,49	67.589	43,80	-44,10
Total	179.137	100,00	154.326	100,00	-13,85
MATAS E FLORESTAS					
Naturais	23.079	94,31	23.714	91,56	2,75
Plantadas	1.392	5,69	2.185	8,44	56,97
Total	24.471	100,00	25.899	100,00	5,84
Produtivas não utilizadas	13.849	5,85	20.854	9,69	50,58
TOTAL GERAL	236.896	100,00	215.212	100,00	-9,15

Fonte: FIBGE, Censo Agropecuário de 1985 e 1995/96.

Esta situação de retração do setor agropecuário em que, no geral, de acordo com a tabela acima, houve uma redução de área da ordem de 9,15%, ao contrário do que ocorreu no Norte de Minas, explica a diversificação de atividades adotada por alguns fazendeiros. Uns estão diminuindo o rebanho de gado de corte e iniciando uma criação voltada para a produção de leite. O leite começa a ter movimento no município. Recentemente, a Nestlé encerrou as atividades que mantinha junto a um posto de recepção de leite; o principal motivo alegado é que o posto estava sendo deficitário; foi, então, vendido para um grupo de produtores rurais organizados numa cooperativa. Há um clima de otimismo por parte de alguns dos envolvidos no negócio e de incerteza por parte de outros. Segundo estimativa de um técnico do escritório local da EMATER, Salinas conta com aproximadamente 3.500 vacas leiteiras, cuja produtividade encontra-se em expansão. Outros produtores têm procurado alternativas de renda no comércio. Venderam parte do rebanho e abriram um negócio na cidade. Alguns encontraram na agroindústria artesanal mais uma alternativa de renda. A Tabela 22 mostra a produção dos principais produtos da indústria rural de Salinas em 1985 e 1996, e sua relação com a produção da região e do estado, segundo a FIBGE. Dentre esses produtos, o de maior destaque em termos de quantidade produzida é a cachaça, que teve expansão na produção no município, na região e no estado respectivamente em 214,71%, 346,44% e 206,83%. Em Salinas passou de 204.000 litros em 1985 para 642.000 em 1996.

Este fato enquadra-se na tendência, em curso no Brasil, apontada por autores como Silva (1997) e Flores (1998). Para estes autores, o cenário agrícola brasileiro comporta uma dinâmica diferente em que atividades não agrícolas no meio rural vêm se destacando na expansão da ocupação de mão-de-obra, incrementando a renda dos trabalhadores e produtores. Um grande elenco de atividades não agrícolas vêm se disponibilizando como uma alternativa de renda para a população desempregada do setor agropecuário. No setor agroalimentar,

conforme já discutido neste trabalho, os produtos artesanais vêm se destacando. O valor destes produtos, como no caso da cachaça, se dá mais pelo modo como são produzidos, onde são aplicados, além do jeito próprio, herdado pelas gerações, o toque especial que os distinguem e os fazem desejados num nicho que prioriza qualidade, antes do preço. Isto implica em aumento na produção, na rentabilidade e nas possibilidades de atendimento da demanda por bens de consumo e serviços por parte dos envolvidos no processo produtivo, possibilitando dessa forma o desenvolvimento local.

TABELA 22 - Quantidade produzida dos produtos da indústria rural para Salinas, Norte de Minas e Minas Gerais em 1985 e 1995/96.

Ano	Aguardente (mil litros)			Queijo/Requeijão (t)			Rapadura (t)			Farinha de mandioca (t)			Fubá de milho (t)		
	Salinas	Norte de Minas	Minas Gerais	Salinas	Norte de Minas	Minas Gerais	Salinas	Norte de Minas	Minas Gerais	Salinas	Norte de Minas	Minas Gerais	Salinas	Norte de Minas	Minas Gerais
	1985	204	1.992	14.557	133	2.103	35.394	171	5.132	27.416	917	21.492	49.800	52	414
1996	642	8.893	44.665	426	5.662	72.604	137	3.765	17.004	328	13.078	26.882	-	108	39.213
▲ %	214,71	346,44	206,83	220,30	169,23	105,13	-19,88	-26,64	-37,98	-64,23	-39,15	-46,02	-	-73,91	-61,50

Fonte: FIBGE – Censo Agropecuário de 1985 e 1995/96; e Fernandes Filho et al. (1999).

Estas transformações se refletem no nível de ocupação e de emprego do setor agropecuário, dando um novo formato aos setores rural e urbano de Salinas. A Tabela 23 revela uma variação negativa de 15,13% no número de pessoas ocupadas residentes nos estabelecimentos entre 1985 e 1995 e um aumento expressivo no número de estabelecimentos sem pessoal contratado, da ordem de 112,34%. Ou seja, cresceu o número de estabelecimentos familiares.

TABELA 23 - Pessoal ocupado residente nos estabelecimentos e número de estabelecimentos sem pessoal contratado em Salinas – MG nos anos 1985 e 1995/96.

	1985	1995	Varição percentual
Pessoal ocupado residente nos estabelecimentos	13.461	11.424	-15,13
Estabelecimentos sem pessoal contratado	1.734	3.682	112,34

Fonte: FIBGE – Censo Agropecuário de 1985 e 1995/96.

Desde que as condições ambientais do setor rural de Salinas, sob o peso da degradação a que foi submetido durante boa parte de sua história, até pelos idos de 1960, alteraram a potencialidade agropecuária local Salinas intensificou seu processo migratório. Em busca de oportunidades de renda, grande parte da população migrou para as áreas onde havia atrativo de mão-de-obra pela industrialização que crescia. Este fato contribuiu para que a população total do município permanecesse quase inalterada em termos numéricos, entre 1985 e 1995, conforme a Tabela 24. Neste período, enquanto a população total do Norte de Minas, do estado e do país cresceu, respectivamente, em 17,39%, 15,74% e 18,06%, a de Salinas cresceu apenas 0,01%. Com a população quase não crescendo nesse período, o município teve a maior redução, percentualmente, no número de pessoal ocupado na agricultura, em comparação com a região, com o estado e com o país.

TABELA 24 - Pessoal ocupado na agricultura em Salinas, Norte de Minas, Minas Gerais e Brasil nos anos de 1985 e 1995/96.

Ano	Salinas		Norte de Minas		Minas Gerais		Brasil	
	População total	Pessoal ocupado na agricultura						
1985	49.760	18.334	1.223.792	431.888	14.405.799	2.660.130	131.978.400	23.394.881
1995	50.139*	12.905	1.436.706	306.455	16.673.088	2.000.046	155.822.400	17.930.890
Variação percentual	+0,01	-29,61	+17,39	-29,04	+15,74	-24,81	+18,06	-23,35

∞

Fonte: FIBGE, 1996; Censo Agropecuário 1985 e 1995/96; Fernandes Filho et al. (1999).

*Inclui a população cedida para os municípios emancipados em 1995, num total de 15.578 habitantes

Categorizando-se o pessoal ocupado no setor agropecuário de Salinas entre 1985 e 95, tem-se, conforme a Tabela 25, que em todas as categorias definidas pela FIBGE através do Censo Agropecuário, houve retração no pessoal ocupado. No total, a retração foi de 29,61%, sendo que o número de empregados temporários é o que sofreu a maior redução percentual, que foi de 93,43%. Entretanto, percebe-se que na maioria dos estabelecimentos em que predomina a agricultura familiar - entendendo-se aqui sua representação pela categoria de Responsável e Membros Não Remunerados da Família, RMNRF, segundo a FIBGE define - mesmo tendo havido redução de pessoal ocupado nesta categoria (apenas 0,63%), esta redução foi inexpressiva frente às demais categorias.

TABELA 25 - Pessoal ocupado no setor agropecuário de Salinas, distribuído por categoria e sexo nos anos de 1985 e 1996.

Categorias	SALINAS						
	Total	1985 Homem	Mulher	Total	1996 Homem	Mulher	Varição Percentual
RMNRF*	11.443	6.500	4.943	11.371	6.314	5.057	-0,63
Empregado permanente	790	598	192	735	537	198	-6,96
Empregado temporário	3.166	2.857	309	208	202	6	-93,43
Parceiro (empregado)	1.038	706	332	241	184	57	-76,78
Outra condição	1.897	1.028	869	350	191	159	-81,55
TOTAL	18.334	11.689	6.645	12.905	7.428	5.477	-29,61

Fonte: FIBGE - Censo Agropecuário de 1985 e 1995/96.

* Responsável e Membros Não Remunerados da Família.

Comparando-se os dados sobre ocupação de pessoal em Salinas com os da região, constantes na Tabela 26, pode-se afirmar que o município experimentou nesse período maior desemprego rural que a região. Em Salinas, o

trabalho rural feminino, ao contrário do masculino, expandiu-se nas categorias de RMNRF e de empregados permanentes, o que demonstra a importância crescente do envolvimento da mulher também em atividades agrícolas.

TABELA 26 - Pessoal ocupado no setor agropecuário do Norte de Minas Gerais, distribuído por categoria e sexo nos anos de 1985 e 1996.

Categorias	NORTE DE MINAS						Variação Percentual
	Total	1985 Homem	Mulher	Total	1995/96 Homem	Mulher	
RMNRF*	233.269	-	-	241.923	-	-	3,71
Empregado permanente	26.928	21.381	5.547	21.482	17.442	4.040	-20,22
Empregado temporário	67.036	59.497	7.539	32.168	29.343	2.825	-52,01
Parceiro (empregado)	5.305	4.207	1.098	2.196	1.905	291	-58,61
Outra condição	11.514	6.848	4.666	6.553	3.611	2.942	-43,09
TOTAL	344.052	-	-	304.322	-	-	-11,55

Fonte: FIBGE – Censo Agropecuário de 1985 e 1995/96.

No caso de Salinas, agrega-se a isto o fato de o processo migratório envolver predominantemente o homem, permanecendo as mulheres, que além das funções do lar, têm o comando das unidades de produção. E como já visto anteriormente, na população de Salinas o sexo feminino é ligeiramente superior ao masculino, o que contribui para a realidade apresentada acima.

3.4.4 Educação e cultura

No desenvolvimento de Salinas, considerando-se sua abrangência microregional que a fazem cidade pólo, educacional e culturalmente, alguns pontos merecem ser destacados. Em 1887, a cidade contava com uma grande casa de ensino e arte, o Liceu. Entre 1927 e 28, foi inaugurado o Ginásio

Municipal, cuja construção foi precedida de um fato político, conforme relato do já citado historiador local, Sr. João Costa:

“(...) o sonho do professor Juventino Nunes era construir uma escola. Através dele em 1927-28, Salinas tinha um ginásio municipal. Na sua construção aconteceram algumas injunções políticas. Uma delas foi quando o chefe político de Montes Claros, Simeão Ribeiro Pires, chamou o coronel Idalino Ribeiro, um dos mandatários da política salinense, e disse: “Idalino, você abra o olho com esse negócio de construir ginásio lá em Salinas. Eu caí na bobagem de construir uma escola normal aqui em Montes Claros e esses meninos acabaram comigo. Eles saíram tudo com a cabeça virada. Me derrubaram. Você abra o olho”.

Ainda no que se refere à educação, existe o Instituto de Educação Nossa Senhora Aparecida. Este colégio, idealizado e construído pelas irmãs Clarissas,²⁹ cuja inauguração ocorreu em 1959, desempenhou um papel na educação de jovens de toda a região norte mineira, principalmente dos municípios circunvizinhos. Atualmente está integrado à rede estadual de ensino. Salinas conta com uma Escola Agrotécnica Federal, cuja importância para o município e seu entorno é mensurável através do desempenho profissional de seus egressos que, em grande parte, vêm atuando como extensionistas junto aos escritórios locais e regionais da EMATER, ou então à frente de empreendimentos próprios.

Com relação à cultura, de acordo com João Costa, Salinas já viveu um esplendor. Segundo ele,

²⁹ Um ramo da Ordem dos Frades Franciscanos.

“Salinas no início do século tinha mais destaque que agora. Em 1916, foi inaugurado o teatro municipal de Salinas, com mōstras e apresentações importantes. Um determinado coronel resolveu desmanchá-lo porque só havia 200 lugares, para, segundo ele, construir um maior. Por problemas políticos não foi construído até hoje. No local do teatro foi construído a casa do primeiro deputado de Salinas, o Dr. João Porfírio. O teatro foi então destruído”.

Ocorrem manifestações culturais sob a coordenação do centro cultural da cidade que, eventualmente, organiza exposições retratando a cultura e a arte local, além de desenvolver ações no sentido de preservar o folclore do município, expresso na “Dança da Fita” na “Folia de Reis” e no “Boi de Janeiro”.

4 CACHAÇA E SUA HISTÓRIA

4.1 Histórico

Sendo a cachaça uma bebida que envolve a destilação no processo de fabricação, é necessário que se apresente neste estudo um breve histórico do processo de destilação³⁰, pelo qual várias bebidas alcóolicas³¹ são produzidas pelo mundo afora.

Inicialmente, tem-se o registro de que o povo egípcio, na antigüidade, inalava vapor de líquidos aromatizados e fermentados, absorvido diretamente do bico de uma chaleira, num ambiente fechado, com o intuito de curar algumas moléstias. Em seguida, os gregos registram o processo de obtenção da *ácqua ardens*, a água que pega fogo – *água ardente* - cujo processo aparece nos registros do “Tratado da Ciência” escrito por Plínio, o velho, que viveu entre os anos 23 e 79 DC. Ele conta que apanha o vapor da resina de cedro, do bico de uma chaleira, com um pedaço de lã. Torcendo o tecido, obtém-se o *Al kuhu*. A *água ardente* vai para as mãos dos alquimistas, que atribuem a ela propriedades

³⁰ Destilação é uma operação que consiste em separar e selecionar os produtos, contidos numa mistura, de acordo com as temperaturas de ebulição ou de mudança de fase do componente separado (Sales, 1998).

³¹ De acordo com a legislação vigente, as bebidas alcóolicas fermento-destiladas são classificadas em: 1 – Destilados alcóolicos simples com grau alcóolico de 55° a 80°GL (Gay Lussac); compreendendo produtos feitos a partir de cana-de-açúcar, melão, cereais, vinho, bagaço de uva, frutas, tubérculos e outras partes vegetais não se destinam a consumo direto; 2 – Bebidas destiladas com 38° a 54°GL, que compreendem aguardente de cana (ou caninha, cachaça, pinga ou outro sinônimo de uso popular), rum, uísque, conhaque, grape ou bagaceira, aguardente de frutas, tequila e tiquira; e 3 – Destilo-retificadas com 38° a 54°, que compreendem vodca, genebra, steinhager, e aquavit. O destilado alcóolico com graduação alcóolica acima de 80°GL é denominado álcool etílico potável (Yokoya, 1995). Internacionalmente já não se usa mais o °GL, como medida da graduação alcóolica das bebidas. Em seu lugar usa-se %vol. (porcentagem em volume) que quer dizer a mesma coisa, ou seja, refere-se à porcentagem de álcool contida em determinado volume (Dias, 1997).

místico-medicinais e se transforma em água da vida, que é receitada como elixir da longevidade. A *aguardente* vai então para a Europa e para o Oriente Médio, pela força da expansão do Império Romano. São os árabes que descobrem os equipamentos para a destilação, semelhantes aos que conhecemos hoje. Eles não usam a palavra *Al kuhu* e sim *Al raga*, originando o nome da mais popular aguardente da Península Sul da Ásia: *Arak*. Uma aguardente misturada com licores de anis e degustada com água. A tecnologia de produção espalha-se pelo velho e novo mundo. Na Itália, o destilado de uva fica conhecido como *grappa*. Em terras germânicas se destila, a partir da cereja, o *kirsch*. Na Escócia, fica popular o *whisky*, destilado da cevada sacarificada. No Extremo Oriente, a aguardente serve para esquentar o frio das populações. Na Rússia, a *vodka*, de centeio. Na China e Japão, o *sakê*, de arroz. Portugal também absorve a tecnologia dos árabes e destila a partir do bagaço de uva, a *bagaceira* (Almeida, 1999).

Assim sendo, convém, neste ponto, definir aguardente que, de acordo com Lima (1999), é uma bebida alcóolica com concentração de álcool de 38% a 54%, expressa em volume. Para a legislação brasileira, aguardente de cana, cana, caninha, ou cachaça, é o produto obtido pela fermentação do caldo de cana-de-açúcar e sua posterior destilação, comum e popularmente identificado por pinga e por inúmeras denominações (Lima,1999), sendo mais de 150 registradas nos dicionários de língua portuguesa. Embora o dicionário de vocábulos brasileiros, datado de 1889, faça a diferenciação entre cachaça e aguardente, sendo cachaça o destilado do mel ou borras do melaço e aguardente de cana o destilado do caldo da cana, o certo é que os nomes de *Aguardente* e *Cachaça* confundiram-se numa sinonímia e ninguém mais se preocupou quanto à origem da bebida. A bem da verdade, melhor seria se não tivesse havido aquela distinção, pois na

prática inexistente.³² Se *cachaça* ficou sendo designação popular, não figurou nos textos impressos ao correr dos dois primeiros séculos de sua existência. Mantinha-se a denominação portuguesa de “*aguardente*” (Cascudo, 1968:17).

Após o descobrimento do Brasil, os portugueses introduziram a cultura da cana-de-açúcar, que foi responsável pelo segundo ciclo econômico do país, o do açúcar. De acordo com Lima, este ciclo começou pela Capitania de São Vicente, a primeira a receber plantas de cana-de-açúcar e a industrializá-la na fabricação de açúcar. Segundo ele, ainda existem as ruínas do engenho “São Jorge dos Erasmos”, preservadas em Santos, SP, pela Universidade de São Paulo. Construído em 1533, a mando de Martim Afonso de Souza, ficou conhecido como “Engenho de São Jorge”, do Trato, ou do Senhor Governador. Movido a água, nele se produzia açúcar e derivados. Tal engenho funcionou até o século XVIII. Em 1540 ele foi adquirido pelo nobre Erasmo Schetz, holandês de origem e passou a denominar-se “São Jorge dos Erasmos” (Lima, 1999).

Embora não haja uma informação precisa sobre se foi este o primeiro engenho a produzir açúcar, o certo é que este autor afirma que desde as primeiras décadas a partir do descobrimento fabricava-se *aguardente* no Brasil. Conhecimento sobre o processo de destilação eles possuíam, pois tinham a experiência na produção da *bagaceira*, lá em Portugal, conforme exposto acima.

Quanto à destilação do caldo da cana, tudo começou pela astúcia e curiosidade de alguns senhores de engenho ao observarem a preferência dos

³² É provável que a distinção tenha surgido em função da origem da bebida que Antonil, citado por Cascudo (1968), assim registra: “a *cachaça* era então essas escumas caídas num tanque raso, regalo dos animais de tração, porcos e outros animais, e que os negros pegavam para beber”. Daí em diante passou-se a destilar mel ou borras de melaço chamando-se de *cachaça* e somente a partir do momento em que passaram a destilar o fermentado direto do caldo de cana, denominando *aguardente* ao destilado é que começaram a fazer a distinção. Desse modo cabe enfatizar que são poucos os casos de *cachaça* produzida que não seja da destilação direta do caldo de cana, o que permite desconsiderar tal distinção neste estudo.

escravos em beber a garapa azeda da cana. Na verdade, o azedamento era a fermentação que, depois de ocorrida, resultava numa mistura contendo álcool. Os escravos, ao beberem esta bebida, tinham o comportamento alterado. Ficavam mais alegres, menos saudosos da terra natal e mais dispostos para o trabalho, fato que agradava aos senhores de engenho, uma vez que a produtividade do engenho era aumentada, num clima de descontração.

Junto com o engenho e a arte de produzir açúcar, espalhou-se, Brasil a fora, principalmente para o Nordeste açucareiro, o jeito simples de se produzir a bebida genuinamente nacional. Não havia, evidentemente, pelos séculos XVI e XVII, bebida com o nome de *cachaça*, com base alcóolica (Cascudo, 1968).

De acordo com este autor, o primeiro estrangeiro a registrar essa bebida em texto foi o príncipe de Wied-Neuwied, em sua viagem pelo interior do Brasil em 1816. Nela escreveu,

“Encontra-se no Rio Taípe um engenho de açúcar e várias engenhocas, onde se fabrica aguardente. A qualidade mais comum no Brasil é a chamada ‘aguardente-de-cana’, a que é um pouco mais destilada se chama ‘aguardente-de-mel’, e a melhor de todas, vindo da Bahia, ‘Cachaza’.

Ainda conforme Câmara Cascudo, o segundo estrangeiro teria sido o também viajante pelo interior do Brasil, Von Martius, em 1818. Este viajante deixou, em sua obra “Viagem pelo Brasil”, a seguinte referência a essa bebida: “(...) Quanto à cachassa são exportadas de 10.000 a 11.000 pipas, cada uma regulando umas 500 garrafas” (Cascudo, 1968:38).

Outros viajantes, aventureiros pelo interior do Brasil, na segunda metade do século XIX, também fizeram alguma referência à cachaça,

abordando aspectos de seu processo produtivo e também do largo consumo pela população, sobretudo os escravos.

Descoberto o sentido econômico desta bebida pelos colonizadores, embora fosse ela relegada a um plano inferior nas suas preferências, pois consumiam as lusitanas bagaceira e vinho do Porto, logo a produção passou a valorizar-se. Não em preço, mas sim em quantidade, pois o seu valor, comparado ao de outras bebidas, era muitas vezes menor e com isso um mercado foi surgindo em concorrência direta com as bebidas do Reino. De meados do Século XVI até metade do Século XVII, as "*casas de cozer méis*", como está registrado, se multiplicaram nos engenhos. A cachaça então tornou-se moeda corrente para compra de escravos na África, o que levou alguns engenhos a dividir a atenção entre o açúcar e a cachaça (Casculo, 1968).

Diante da redução do comércio dos vinhos de Portugal, que sofreram as conseqüências da predileção popular, a Coroa portuguesa resolveu proibir a fabricação de cachaça no Brasil em 1649 (Casculo, 1968). Entretanto, segundo o autor, de nada adiantou. A bebida, mesmo proibida, estava em todas as partes. A produção local, oculta e teimosa, continuou atendendo aos pedidos habituais, "*com a visível solidariedade administrativa*" conforme expõe:

"O governador do Rio de Janeiro, D. Luis de Almeida Portugal, não cumpre, praticamente, as determinações do Rei já português, D. João IV, o Restaurador. Responde aos argumentos econômicos e teológicos do Conselho: 'Se os escravos furtam para beber aguardente, furtarão também para beber vinho' (Casculo, 1968:27).

Diante disso, e sob forte pressão da Colônia, em 1661 o Rei suprimiu a proibição que, segundo Câmara Casculo, foi inoperante, ineficaz, desastrosa.

Visava o predomínio das aguardentes do Reino, mas acabou por impelir a clandestinidade e o contrabando da cachaça. Realidade que a seguiu, por muito tempo, ora motivada por proibição na sua fabricação, ora por elevadas taxações, como a que se deu nas últimas décadas do séc. XVII: naquela época intensificou-se o comércio de escravos, e com isso aumentaram as vendas de aguardente, sobretudo para exportação, para ser utilizada como moeda na compra dos africanos. As “Minas Gerais”, através do ouro, ameaçavam a soberania financeira do açúcar. Estes fatos motivaram o aumento de impostos e taxas por parte da Coroa, para quem produzia e comercializava cachaça (Casculo, 1968). Isto, de certa forma, já denuncia a grande importância que essa bebida estava assumindo na economia do país.

Outro ponto que destaca tal importância se dá quando o rei de Portugal, em 1690, proíbe o envio de cachaça para Angola. Isto desencadeou o contrabando, e a produção, ao invés de diminuir, aumentava, com importantes consequências sociais e econômicas, conforme pode-se depreender nas colocações de Câmara Casculo: “(...) *Onde mói um engenho, destila um alambique. Alguns engenhos dispensam o açúcar. Aguardente sustenta casa e família*”.

Sintetizando o exposto, foram várias proibições impostas pela Metrópole à produção, comercialização e, algumas vezes, até ao consumo da cachaça na Colônia. Como não obtinha resultados, a Coroa optou pela taxação do destilado nacional. Tanto foi assim que segundo Câmara Casculo, em 1756, a cachaça foi um dos gêneros que mais contribuíram com impostos voltados para a reconstrução de Lisboa, que foi quase totalmente destruída por um grande terremoto em 1755. Além desses impostos, o autor afirma que existiam outros, cobrados na comercialização da cachaça, conhecidos como subsídios - como o literário, que era destinado a manter as faculdades da Corte. Mas apesar de tudo isso, o seu consumo só aumentava, o que corrobora a afirmação do autor de que

é “difícil não compreender a expansão de coisas produzidas pelo povo nas áreas da própria predileção”.

Genuinamente nacional, a cachaça tem na sua história a mesma identidade da história brasileira. Como símbolo dos ideais de liberdade, a cachaça se fez presente junto aos Inconfidentes e da população que apoiava a “Conjuração Mineira”. A aguardente da terra se transformou no símbolo de resistência à dominação portuguesa, representada nas seguintes colocações de Câmara Cascudo:

“Creio ainda que a cachaça conquistou ascensão aos níveis, antes indevassáveis, nos surtos da eloquência nacionalizante, precursora e conseqüente ao período da Independência, quando era patriotismo não beber produto das vinhas portuguesas. Na revolução pernambucana de 1817, o padre João Ribeiro, mentor tão legítimo que se suicidou na derrota, recusou o cálix de vinho francês que lhe oferecia Tollenare, e pediu, para o brinde, aguardente. Como todos sabem, o boycott terminou nas festas da coroação do Imperador D. Pedro I, 1º de dezembro de 1822”
(Cascudo, 1968:37).

Atravessando séculos, essa bebida chegou ao limiar do século XXI com substancial melhoria nas técnicas de produção. O seu caráter artesanal no processo de fabricação, adotado nas unidades de produção de porte pequeno, garante qualidade e assegura sua importância sob o ponto de vista econômico e social do país. E, de modo muito particular, do estado de Minas Gerais que, através de seus órgãos públicos vem desenvolvendo, em parceria com diversas entidades e empresas, um esforço no sentido de tornar essa bebida mais conhecida, representada pela denominação da origem, “Cachaça de Minas” -

Brasil. Como acontece com outras bebidas destiladas de outros países, como a vodka na Rússia, o whisky na Escócia, a tequila no México, o conhaque na França.

Nesse aspecto, tem-se verificado um certo dinamismo em torno das marcas de cachaça produzida artesanalmente, que contam com uma preferência no mercado, embora em termos quantitativos a cachaça industrial seja mais consumida. Neste caso, essa relação é ditada pelo menor preço desta com relação àquela. Esse dinamismo envolve uma preocupação, por parte dos empresários deste setor, tanto com a qualidade como com a quantidade de cachaça produzida em seus alambiques, visando atender à demanda que vem se verificando para este produto.

Os produtores mineiros que empregam o processo artesanal na produção de cachaça têm procurado adequar seus sistemas produtivos ao padrão exigido pelos consumidores, centrado principalmente na qualidade. Assim sendo, estratégias de marketing vêm sendo implementadas com vistas a tornar essa bebida mais difundida entre os consumidores em todo o país.

Essas estratégias contam com um fator importante: as potencialidades regionais para o fabrico desta bebida. Potencialidades estas que têm sido fundamentais para manutenção do emprego e expansão da produção em várias localidades do estado, em especial no Norte de Minas, onde as condições climáticas e a secular tradição no processo produtivo têm sido preponderantes no conceito da cachaça produzida.

Minas Gerais conta com uma tradição histórica para o agroartesanato, termo aplicado à atividade produtiva em que se utilizam técnicas artesanais na produção de bens de origem rural, onde a qualidade seja imperativo e resultante da virtude do local e das condições tradicionais de produção, transmitidas de geração a geração. Inclui-se neste conceito boa parte da culinária mineira, os seus queijos, pão-de-queijo, doces e a cachaça, além de outras especiarias, levam

sempre a marca do estado; “*cachaça de minas*”, “*lingüiça mineira*”, “*queijo de minas*”, “*requeijão de minas*”, etc.

Quanto à cachaça, percebe-se uma considerável redução na sua discriminação. Dada a sua origem na senzala e por questões de preconceito, sempre foi considerada uma bebida inferior. Tanto no período colonial como no imperial e também no início da República, ela exerceu uma concorrência com as importadas, sobretudo a bagaceira e o vinho. Um fato que também ressalta esse aspecto de discriminação é que instala-se no século passado, com a economia cafeeira, a abolição da escravatura e o início da República, um grande e largo preconceito a tudo que fosse relativo ao Brasil. A moda era importada da Europa. A sociedade ditava que o que era bom era estrangeiro e, principalmente, europeu. Mas apesar disso, a “*marvada pinga*” continuava sendo muito apreciada por todas as classes sociais, principalmente pelas classes populares, tanto em banquetes palacianos como nas festas religiosas.

Atualmente percebe-se que a cachaça produzida artesanalmente vem se destacando como bebida de classes mais abastadas, o que é indicativo de que os preconceitos quanto a ela estão se reduzindo. Várias marcas de alta qualidade, com escala reduzida de produção, figuram no comércio nacional e internacional³³ e estão presentes em bons restaurantes e adegas residenciais, pelo Brasil e pelo mundo, principalmente as de Salinas, que se encontram entre as melhores do país. Entretanto, a clandestinidade na sua produção ainda é muito elevada. Estima-se que em todo o país, cerca de 90% da cachaça produzida artesanalmente seja clandestina, isto é, não possui registro no Ministério da Agricultura. Percebe-se que boa parte dos produtores clandestinos comporta-se

³³ Esse tipo de bebida ainda é muito pouco exportada, daí ser raro encontrá-la em alguns países. A razão maior para a sua exportação ser ainda baixa deve-se ao volume de produção que, para diversas marcas, não atinge a quantidade suficiente para atender à regularidade de remessas para os países importadores.

como sendo seguidores de uma cultura dos antepassados que, diante da “perseguição” tributarista do Estado, atuavam na clandestinidade.

O consumo de cachaça é crescente. Segundo os dados do Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais – INDI, através de Ribeiro (1997), o estado de Minas Gerais possuía, em 1982, cerca de 1.500 alambiques de produção artesanal, e em 1996 esse número girava em torno dos 8.000. A produção do estado, que foi cerca de 45 milhões de litros naquele ano, segundo o autor citado, passou para algo em torno de 140 milhões de litros em 1999. O consumo estadual, que era de aproximadamente 90 milhões de litros por ano em 1982, estima-se que em 1999 tenha atingido aproximadamente 200 milhões de litros/ano. Assim sendo, conclui-se que o estado importa cerca de 60 milhões de litros de cachaça por ano para atender o consumo interno de pinga. Este fato aponta para a necessidade de ampliação da produção de cachaça artesanal no estado, sem contudo comprometer a qualidade do produto.

4.2 Aspectos do processo produtivo

É necessário, neste estudo, o detalhamento do processo produtivo da cachaça, a fim de facilitar a compreensão daqueles aspectos relacionados ao processo artesanal.

A matéria-prima da cachaça é a cana-de-açúcar, Gramineae da classe das Monocotiledôneas e gênero *Saccharum*, cuja espécie é *Saccharum spp.*

Introduzida no Brasil na capitania de São Vicente, em 1532, por Martim Afonso de Souza, a cana avançou rumo ao Nordeste brasileiro onde, nos séculos XVI e XVII, a produção de açúcar tornou-se a maior expressão econômica e social do país. Atualmente, sua expressão econômica reside, além da produção de açúcar, na produção de álcool, aguardente e forragem.

Segundo Câmara Cascudo na sua obra já citada, a *Cana Criola*, vinda da ilha da Madeira, foi a que deu sustento à indústria açucareira no Brasil, no ciclo econômico do açúcar. A partir de 1810, a *Cana-Caiana* a substituiu, dadas as suas características de resistir mais à falta de chuvas e adaptar-se aos terrenos secos. Entretanto, conforme o autor, tanto a “*Caiana*” como as outras variedades introduzidas posteriormente, tais como: “*Preta*”, “*Roxa*”, “*Bambu*”, ou “*Salangor*”, “*Cavangire*”, “*Imperial*”, etc. foram quase totalmente substituídas, a partir de 1930, pelas variedades javanesas e outras canas híbridas que, além de mais produtivas, eram resistentes ou tolerantes ao “mosaico” (Cascudo, 1968).

Atualmente a cana java parece ser cultivada apenas no Norte de Minas, especialmente no município de Salinas. A pesquisa científica já desenvolveu muitas variedades de cana superiores a esta em produtividade e outras características positivas, como, por exemplo, aquelas relacionadas ao ciclo de maturação. Já se dispõe de variedades de ciclo precoce, médio e tardio, o que, aliado a outros fatores, tem dinamizado consideravelmente o setor produtivo sucro-alcooleiro, incluindo o da cachaça artesanal.

Seguindo as diversas operações requeridas no manejo da cultura desde o plantio até a colheita, tem-se a moagem da cana para a extração do caldo. As moendas utilizadas nesta operação tiveram substancial aperfeiçoamento desde a antiguidade, quando os chineses desenvolveram-nas, até os dias atuais. Inicialmente eram de madeira ou de pedra, de dois cilindros verticais, com baixíssima eficiência extrativa, entre 10 e 15% (Lima, 1999). As atuais têm mais cilindros, predominam as de três cilindros, e funcionam na horizontal, embora ainda exista alguns poucos alambiques que possuem o modelo antigo.

O caldo extraído e devidamente coado, denominado mosto, deve ser preparado para a fermentação³⁴, etapa que requer cuidados especiais com a higiene, seja do ambiente, equipamentos, dornas de fermentação, até a limpeza pessoal dos manipuladores. O resultado do processo fermentativo é uma mistura líquida denominada *vinho*. Neste, além de água e do etanol - o álcool principal das aguardentes - existem também alguns produtos secundários que contribuem para o sabor e aroma final da cachaça, sendo os principais: glicerol, ácido acético, ácido succínico, acetoína, 2,3-butanodiol e acetaldeído (Schwan e Castro, 1998). Para Lima (1999), no vinho a ser destilado, a água representa 80 a 90% e o álcool etílico 6 a 10%. Os outros constituintes líquidos, tais como os álcoois amílico, iso-amílico, propílico, iso-propílico, butílico e iso-butílico, aldeídos, furfural, glicerina e ésteres, constituem de 1 a 3% e têm grande efeito na qualidade organoléptica dos destilados. As matérias sólidas, em torno de 1%, são compostas, segundo o autor, pelos sais minerais e açúcares infermentados dissolvidos e pelas células de leveduras, de bactérias, terra e outras impurezas mecânicas em suspensão no vinho.

Tendo completado o processo fermentativo, segue-se a destilação do vinho, cujos componentes classificam-se em voláteis e não voláteis.³⁵

Os primeiros alambiques eram feitos de barro. Em seguida foi empregado o cobre, que permanece até os dias atuais como material utilizado na confecção da maioria dos alambiques que empregam o processo artesanal de fabricação de cachaça. Existem também alambiques feitos de aço inoxidável.

³⁴ Fermentação alcoólica é um fenômeno através do qual os açúcares, como os contidos no caldo de cana, são transformados em álcool e gás carbônico, por ação de leveduras (Lima, 1999:89).

³⁵ Segundo Lima (1999), pela destilação a parte mais volátil de um sólido ou de um líquido é transformada em vapor e, em seguida, condensada, resfriada e separada sob forma líquida, das outras substâncias às quais estava misturada. Por esta operação, ainda segundo esse autor, o álcool etílico contido no vinho é separado da maior parte dos materiais que o acompanham e recolhido, em maior ou menor concentração, dependendo da maneira como é conduzida a destilação quanto à temperatura.

Na etapa da destilação residem alguns fatores que são de extrema importância, tanto na produtividade do alambique como na qualidade da pinga. Trata-se, portanto, de uma operação que requer experiência e sobretudo responsabilidade do alambiqueiro que, como todo bom profissional, tem o merecido valor.

O processo de destilação atual é o mesmo conhecido desde a antiguidade. Entretanto, com a evolução da ciência em todas as áreas da vida humana e, em particular, na química e biológica, no que diz respeito aos alimentos e bebidas em geral, muitos procedimentos que no passado não eram executados, hoje o são. O principal motivo é o conhecimento que hoje se tem dos malefícios causados à saúde humana quando são consumidos alimentos ou bebidas produzidos sem a adoção de tais procedimentos. E, no caso da cachaça, já se sabe que alguns componentes químicos, se estiverem presentes numa quantidade superior à especificada na legislação, provocarão danos à saúde dos consumidores, podendo até ocorrer a morte. É o caso do metanol que, de acordo com Miranda, Dantas e Del Corral (1992), é empregado como desnaturante de álcool etílico não potável e é o mais tóxico de todos os álcoois; metabolizado no organismo, transforma-se em ácido fórmico e aldéico fórmico. Este último lesa as células retinianas provocando cegueira e, em doses elevadas, pode levar à morte³⁶. As intoxicações agudas ocorrem quase sempre em indivíduos que ingerem aperitivos e licores falsificados contendo proporção elevada de metanol.

Do mesmo modo, quando determinados componentes estiverem presentes em quantidades inferiores a determinados limites, ou mesmo se estiverem ausentes, algumas características organolépticas, que expressam

³⁶ Alguns casos têm acontecido e sido divulgados, como o noticiado pelo jornal "Hoje em Dia" de 18/12/94 que envolveu a morte de 36 pessoas, na cidade do México, por terem consumido aguardente adulterada com metanol (México, 1994). Mais recentemente aqui no Brasil, conforme González (1997), 11 pessoas, na cidade de

qualidade, deixarão de existir. Daí ser fundamental esse conhecimento, juntamente com a técnica e a arte, para que seja produzida uma boa pinga. Dentre os cuidados preconizados quando da destilação do vinho, na fabricação de uma boa cachaça, um deles consiste em se fazer a separação do destilado em três partes durante este processo:³⁷

- a) Fração denominada “Cabeça”, é a primeira fração destilada, com maior teor alcóolico, mais concentrada em aldeídos, ésteres e contém a maior parte do metanol. Corresponde a cerca de 10% do destilado total;
- b) A segunda fração denomina-se “Coração”, tem menor graduação alcóolica que a anterior, tem melhor cheiro e melhor gosto, é a aguardente propriamente dita. Corresponde a mais ou menos 80%; e,
- c) “Cauda” ou “Água fraca”, é a terceira fração. Ela tem o menor teor alcóolico e o pior odor e sabor. Corresponde a mais ou menos 10% do destilado total. Nela está presente a maior parte dos componentes menos voláteis.

Um outro cuidado requerido na destilação é quanto ao aquecimento do alambique. Segundo Lima (1999), esse aquecimento deve ser feito lentamente, até o vinho entrar em ebulição, para evitar que o alambique “vomite”, isto é, que juntamente com o álcool não sejam também arrastados pela evaporação outros componentes do *vinho* que tenham ponto de ebulição mais elevado que o álcool. Além disso, quanto mais lenta for a destilação, maior será o rendimento e melhor o produto obtido, ou seja, a cachaça terá melhor aroma e um “gosto mais fino”.

Serrinha no estado da Bahia, podem ter morrido por terem consumido cachaça contendo excesso de metanol.

³⁷ Mais detalhes podem ser vistos em Sales (1998) e Lima (1999).

Considera-se terminada a destilação quando o destilado recolhido no recipiente apropriado acusar uma graduação alcóolica próxima a 50% em volume. Neste caso, a cachaça produzida deve ser levada para um depósito e armazenada para posterior comercialização. Este armazenamento pode ser feito em diversos tipos de recipientes. No entanto, os de madeira são os mais utilizados. A madeira é o material mais antigo e tradicional; além de armazenar, ela transmite ao destilado qualidades especiais, principalmente quando o armazenamento nestes recipientes de madeira for prolongado, o que, neste caso, causa o envelhecimento da cachaça; dentro de limites razoáveis, quanto mais longo for o período de seu armazenamento, melhores qualidades aromáticas e degustativas ela terá (Lima, 1999).

5 A CACHAÇA DE SALINAS

5.1 Histórico

Quando numa região ou país ocorrem determinadas condições ambientais, referentes a solo, clima, altitude, radiação solar e luminosidade, que sobressaem quanto aos efeitos positivos, e a elas se juntem o talento e a técnica dos fabricantes de produtos agroalimentares, estes acabam incorporando características peculiares de qualidade que, normalmente, são suficientes para distingui-los dos demais similares produzidos em outras regiões ou países. Desse modo, algumas marcas desses produtos se consolidam tão fortemente no mercado ao ponto de se transformarem em referência geral. No caso das bebidas alcóolicas, são exemplos o uísque escocês, o conhaque francês, a grapa italiana, a vodca russa, a tequila mexicana, etc. Em algumas situações, o nome da região denomina o próprio produto que lá tem origem. É o caso do conhaque, que deve seu nome à cidade francesa de Cognac. Caso semelhante tem-se com a champanhe, um vinho espumante produzido na região francesa de Champagne.

No Brasil, no que se refere às aguardentes de cana, produzidas artesanalmente, algumas marcas foram ou são referências de uma determinada região. É o caso da cidade de Paraty, localizada no litoral do Rio de Janeiro. Ela, conforme Câmara Cascudo, já chegou a abrigar cerca de 250 engenhos no final do século XVIII, e por mais de um século foi sinônimo de cachaça de boa qualidade. Salinas, localizada no Norte de Minas Gerais, é atualmente uma referência nacional em termos de cachaça de qualidade. Este município tem o sinônimo de cachaça boa traduzido numa marca consolidada, a “Havana”, que, no universo de marcas de cachaça artesanal, pode ser considerada como referência no mercado para esse produto. Trata-se de uma cachaça de elevado

padrão de qualidade, pouco disponível no mercado devido à pequena escala de produção, e preço bastante elevado.

Assim sendo, a denominação de origem de um produto aparece como elemento capaz de diferenciar um produto agroindustrial num determinado mercado.

No entanto, há de se considerar que a produção de cachaça em Minas Gerais tem experimentado um dinamismo regional diferenciado no que tange à continuidade das marcas na sua expressão de qualidade. Ou seja, tem ocorrido de uma região produtora ter perdido ou comprometido a característica que a identificava como região produtora de aguardente de qualidade. Esta identidade expressava uma liderança na produção da região ou município. Já houve época que em que a liderança da produção esteve na cidade de Ponte Nova, que a perdeu para a cidade de Curvelo, que tempos depois foi substituída por Januária (Campelo, 1998). Este município teve tanto destaque com a cachaça lá produzida, que seu nome passou a ser incluído nos dicionários como sinônimo de cachaça. Entretanto, resta apenas o alerta para que outras regiões, que sejam referência de qualidade para os seus produtos, não repitam os procedimentos adotados naqueles locais. Isto não significa afirmar que nestes locais não sejam produzidas boas pingas. O fato é que tais marcas atuais já não têm a mesma força das de outrora. Campelo expõe as razões que levaram à redução da importância de tais municípios no cenário que envolve a produção de cachaça de qualidade. Segundo ele,

“Esses pólos de produção sucumbiram por causa da ganância dos produtores, principalmente os maiores. Abusando do poder das marcas, passaram a operar como engarrafadores de cachaças compradas aqui e ali, sem o mínimo padrão de qualidade. O artifício não foi capaz de enganar por muito tempo

o mercado, mesmo porque a qualidade dos produtos só piorava. Em nenhum desses momentos buscou-se compreender a importância da identidade e da qualidade da bebida como fatores decisivos para a valorização da cachaça mineira. Atualmente a referência é Salinas” (Campelo, 1998).

O setor produtivo de cachaça de Salinas reúne cerca de 150 produtores, sendo, na sua grande maioria, com produção anual reduzida, sendo expressivos os casos de produção não mercantil. Este estudo identificou que todos os produtores têm em comum o processo artesanal de fabricação, do plantio da cana à destilação do caldo³⁸.

A cachaça começou a ser produzida em Salinas com a vinda dos primeiros fazendeiros para a região. Ela seguiu os rastros da pecuária, cujos primeiros rebanhos bovinos vieram da Bahia quando do povoamento da região em que se localiza o atual município. Alguns destes fazendeiros possuíam escravos que, além da lida com gado, também tinham experiência na produção de cachaça. É o caso de Balduino Afonso, que entre 1880 e 1890, chegou com

³⁸ A cachaça produzida industrialmente, além da escala de produção, que é muitas vezes maior que a da produção artesanal, inclui no seu processo de fabricação equipamentos e procedimentos próprios para este tipo de produção. A cana utilizada advém de grandes plantações que incluem, no seu manejo, adubação química, uso de defensivos químicos, herbicidas, fitormônios e queima da palha na colheita. Estas operações em grande parte são realizadas mecanicamente. Além disso, a fermentação do mosto não emprega fermento natural como no processo artesanal e ainda utiliza produtos químicos de origem mineral para induzir ou acelerar o processo fermentativo. Outra diferença importante entre a cachaça industrial e a artesanal é que nesta a cana deve ser moída no prazo máximo de 24 horas depois de cortada, ao contrário daquela, que neste ponto não obedece tanto rigor. Dentre as normas que compõem a proposta de regulamento do Programa de Qualidade para a cachaça de Minas, Campelo (1998) cita a que estabelece como cachaça artesanal aquela cuja produção seja limitada a 3.000 litros/dia por alambique com capacidade máxima de 2.000 litros de vinho. Além disso a cachaça deve ser obtida da destilação do mosto fermentado da cana-de-açúcar, ou reconstituído a partir da rapadura ou do melado, seguindo os princípios tradicionais de produção vindos dos escravos.

sua família e um grupo de outros fazendeiros, vindo de Condeúba e de Caculé, estado da Bahia, conforme afirmou Vicente Afonso³⁹, neto de Balduino, em entrevista. Segundo ele, seu avô instalou-se numa fazenda onde hoje é o distrito da Matrona. Possuidor de algumas cabeças de gado e escravos, passou a desbravar a região, com a sensação de ter encontrado o lugar de seus sonhos, pois “o clima era bom e as terras muito boas” (Vicente Afonso, entrevistado em Salinas - fevereiro/99).

Seguindo a tradição, Balduino e os demais baianos reservavam sempre uma área do terreno para o plantio de cana, que tinha várias utilidades. Conforme Vicente Afonso:

“A cana plantada aqui veio da Bahia. Meu avô e os outros fazendeiros que vieram com ele da Bahia pra cá, fazia uso dela pra tudo, servia para o gado, para os meninos chuparem, para se moer para tirar o caldo para beber, e, principalmente, para a fabricação de rapadura, de melado e de cachaça”.

Certamente, o avô de Vicente Afonso não foi o único que fabricava cachaça naquela época. Entretanto, durante a pesquisa, interagindo com os moradores mais antigos, entrevistando-os e consultando documentos históricos do local, nenhuma outra referência foi encontrada, o que permite afirmar que Balduino Afonso possivelmente foi um dos iniciadores da produção de cachaça no município.

Os fatos acontecidos desde o início do povoamento local, como os que envolvem a família de Vicente Afonso, são confirmadores do que, em tese, tem-

³⁹ Vicente Afonso, nascido em Salinas em 1906, acompanhou uma parte da trajetória econômica de seu avô e evidentemente, de seu pai Josino Afonso, que nasceu na Bahia e migrou junto com os pais.

se afirmado quanto aos aspectos econômicos de Salinas serem assentados principalmente na pecuária, tendo a produção de cachaça como uma atividade muito importante na complementação da renda local. Reveste-se de importância também o fato de ser esta uma atividade que envolve a ocupação de bastante mão-de-obra, o que se traduz, de certa forma, em outra oportunidade de renda dos trabalhadores envolvidos neste setor, considerando-se o período pós-escravista do país, dado o caráter sazonal de produção.⁴⁰

Segundo Vicente Afonso, o seu pai, Josino Afonso, juntamente com os demais irmãos, ajudava nas atividades da fazenda e na fabricação de cachaça, cuja produção era pequena e só dava para o consumo da família e dos agregados. Com a morte de Balduino Afonso, Josino Afonso passou a também fabricar vinho, cuja produção era distribuída no comércio local e nos municípios vizinhos. Vicente Afonso afirma que, muitas vezes, foi fazer entrega de vinho em Águas Vermelhas e outros municípios, a mando de seu pai. No entanto, com a morte de Josino Afonso, acabou também a produção de vinho da família e de Salinas, já que ele foi o único a produzir tal bebida; ao contrário, é a cachaça que tem um dos bisnetos de Josino Afonso e neto de Vicente Afonso como produtor da bebida em outro município, vizinho de Salinas, Coronel Murta.

Seguindo a tradição quanto ao processo de fabricação, alguns produtores conseguiram se destacar pela qualidade da cachaça que produziam, muito embora esta atividade fosse complementar à atividade pecuária. Mas desde o início do século XX, havia algum comércio de cachaça em Salinas e região. Naquela época, alguns produtores obtinham uma renda extra com a venda da cachaça produzida, vendendo diretamente para o consumo ou então para os

⁴⁰ A produção de cachaça de Salinas envolve o período que vai de julho ao início das chuvas, que normalmente ocorre no início de novembro. Neste período, dadas as peculiaridades do clima árido da região, as atividades na agricultura local são muito reduzidas, exceto nos caso em que se utiliza irrigação.

comerciantes, na sua grande maioria tropeiros que faziam a distribuição de produtos e mercadorias pelas cidades e povoados. Os tropeiros traziam os produtos manufaturados e voltavam levando produtos da terra, entre eles a cachaça. Havia tropeiros que só trabalhavam com a cachaça, isto é, compravam e revendiam a bebida. Outros migrantes que chegaram em Salinas no final do século XIX e início do século XX também produziram cachaça e geralmente sem uma marca que a identificasse.

As boas perspectivas para a cachaça de Salinas tiveram início a partir das décadas de 1940 e 1950. Foi naquela época que algumas marcas de cachaça começaram a ser produzidas em Salinas, tais como a Piragybana, de Ney Corrêa, e a Havana, fabricada por Anísio Santiago. Estas marcas foram precursoras de outras que, anos depois, vieram a ser produzidas. Dentre essas marcas, destacam-se as seguintes: Indaiazinha, Selecta, Lua Cheia, Asa Branca e Canarinha. Evidentemente, outras marcas, mais recentes, também têm padrão de qualidade, guardando estreita relação com o fato de Salinas ser referência nacional de cachaça de qualidade.⁴¹

A cachaça produzida em Salinas segue todas as etapas do modo artesanal de produção. O que pode ser entendido como “resistência à mudança” nada mais é que uma peça importante na sua lógica de produção. A maioria dos produtores acredita a isto, juntamente com o capricho que cada um sabe a dosagem, a reputação e o reconhecimento do padrão de qualidade da cachaça por eles produzida.

Analisando-se a Tabela 27 percebe-se que o setor agro-industrial de aguardente do município de Salinas, exhibe expansão na produção entre 1985 e 1999. Neste período, o número de marcas registradas ampliou-se,

⁴¹ Esta notoriedade da cachaça de Salinas apoia-se também no fato de que várias dessas marcas foram vencedoras em diversos concursos nacionais de qualidade em que participaram. Uma dessas marcas, a mais famosa, é considerada “*hors concurs*” pelos diversos organizadores de concurso de qualidade de cachaça do país.

consideravelmente, sobretudo nos anos 1990: em 1992, existiam nove marcas registradas no município, enquanto em 1999 esse número passou para 27⁴². Isto, certamente, é parte das estratégias utilizadas pelos produtores para enfrentarem a competição do mercado, pois há casos de produtores que possuem mais de uma marca. Um fato importante a destacar é que a expansão na produção, conforme demonstrado na tabela citada, coincide com o lançamento do Programa Mineiro de Incentivo à Produção de Aguardente (PROCACHAÇA) pelo governo do estado em 1992.

TABELA 27 - Produção de aguardente de cana-de-açúcar em Salinas-MG entre 1985 e 1999.

Ano	1985	1995	1999
Produção (litros)	216.000	642.000	1.000.000*
Número de produtores	73	82	150**

Fonte: FIBGE - Censo Agropecuário, 1985, 1995/96.

*Estimativa feita pelo Presidente da Associação dos Produtores de Cachaça de Qualidade de Salinas - ASPAQ, em entrevista em novembro/99. ** Deste total estimado de produtores apenas cerca de 50 têm produção mercantil.

Do ponto de vista qualitativo, tem havido uma maior preocupação por parte dos produtores em melhorar a qualidade da cachaça, adequando-a à legislação brasileira no que diz respeito, principalmente, à acidez, ao teor de cobre e ao teor alcóolico. Tem havido uma intensificação na procura por cursos de qualificação profissional voltados para o setor cachaceiro e para o agropecuário em geral. Estes cursos vêm sendo ministrados, na grande maioria, pela Escola Agrícola de Salinas em parceria com outras instituições.

⁴² Marcas registradas de cachaça produzida em Salinas: Amizade; Asa Branca; Beija Flor; Boazinha; Brinco de Ouro; Brinco de Prata; Canarina; Contendas; Diabinha; Erva Doce; Furadinha; Havana; Indaiazinha; Jacurutubana; Lua Cheia; Lua Nova; Meia Lua;

5.2 Sistemas de produção da cachaça de Salinas

A caracterização dos sistemas de produção de cachaça do município de Salinas, permitirá uma visualização deste segmento da economia local.

Neste estudo, define-se produtor de cachaça como aquele que produz em alambique próprio, arrendado ou cedido, utilizando mão-de-obra familiar e/ou contratada, sendo ou não proprietário de terra, possuindo ou não marca registrada, e que comercializa a cachaça engarrafada ou a granel, com um mínimo de produção mercantil.

Nesse sentido, o setor produtivo de cachaça do município tem a tipificação dos produtores assentada numa diferenciação orientada pelas perspectivas da produção, levando-se em conta, basicamente, o caráter econômico e social da atividade. Assim sendo, considerou-se o tamanho e a orientação da produção, o tipo de mão-de-obra utilizada, os aspectos ligados à qualidade, registro da atividade e à comercialização da produção.

Com base nesses critérios, os produtores foram tipificados conforme a Tabela 28:

Paladar, Peladinha; Piragybana; Pirraça; Preciosa; Salicana; Salinas; Salineira; Seleta;

TABELA 28 - Tipificação dos produtores de cachaça de Salinas.

Categoria	Tipo	Características
Produtores intermitentes	A	Produção intermitente de acordo com a disponibilidade de cana; a produção é inferior a 4.000 litros por ano; utilizam mão-de-obra familiar; comercializam a cachaça a granel no mercado local, em botecos; não possuem registro e as perspectivas são de complementação de renda.
Produtores profissionais	B ₁	Produzem regularmente; contratam mão-de-obra mas também utilizam o trabalho familiar; a produção varia entre 4.000 e 15.000 litros/ano; comercializam a cachaça a granel junto a engarrafadores e pequenos comerciantes locais e regional (botecos); têm alguma preocupação com a qualidade; não possuem registro e suas perspectivas de crescimento são muito tímidas.
	B ₂	Produzem regularmente; a mão-de-obra é contratada; a produção varia entre 4.000 e 30.000 litros/ano; possuem uma marca e zelam por ela; comercializam a cachaça engarrafada, no comércio local e regional; demonstram uma certa preocupação com a qualidade; são registrados; contam com uma perspectiva de crescimento e não fazem promoção do produto.
Produtores empresariais	C ₁	Produção em nível empresarial, variando entre 30.000 e 100.000 litros/ano; com perspectivas de expansão da produção incorporando preocupação com a qualidade e defesa da marca; comercializam a cachaça engarrafada, no mercado local, regional e em outros estados; são registrados; contratam mão-de-obra e fazem alguma promoção do produto através de feiras, festivais e outros eventos culturais, de forma esporádica.
	C ₂	Produção acima de 100.000 litros/ano, em nível empresarial estrutura agressiva, com perspectivas de expansão da produção acompanhada de muita preocupação com a qualidade e defesa da marca; comercializam a cachaça engarrafada, no mercado local regional e em outros estados; são registrados; contratam mão-de-obra; buscam tecnologias e frequentemente fazem promoção do produto através de feiras, festivais e outros eventos culturais.

Essa tipificação contempla a seguinte classificação dos produtores:⁴³

- a) mini-produtor – aquele cuja produção anual seja menor que 4.000 litros de cachaça. O perfil desse tipo de produtor é o do tipo “A”, caracterizado acima;

Só Luar.

⁴³ Essa tipificação apresenta uma certa dificuldade em enquadrar o produtor da Havana. Pela sua produção anual, ele seria enquadrado no tipo B₂; no entanto, seu profissionalismo diante desta marca o faz enquadrar-se no tipo C₁.

- b) pequeno produtor – aquele cuja produção anual de cachaça situa-se entre 4.000 e 15.000 litros, podendo ser tanto do tipo B₁ como do tipo B₂ descritos acima;
- c) médio produtor – quem produz entre 15.000 e 30.000 litros por ano. São todos do tipo B₂; e,
- d) grande produtor – aquele cuja produção anual de cachaça ultrapassa 30.000 litros, podendo ser tanto do tipo C₁ como C₂.

Permeando estas categorias e tipos de produtores de cachaça, há uma lógica própria a eles, a produção artesanal, que requer compreensão prévia, antes de se emitir juízo comparativo em termos de eficiência produtiva, produtividade e outros aspectos técnicos que envolvem cada unidade de produção e que permitiram enquadrá-lo nesse ou naquele sistema de produção. Ademais, o setor produtivo de cachaça, ora estudado, tem como característica o envolvimento do produtor em atividades rurais, seja na agricultura com algumas lavouras, inclusive a cana-de-açúcar, matéria-prima da cachaça, seja na pecuária, ou em ambas, sendo raro o caso de produtor de cachaça que não tenha um envolvimento direto com estas atividades.⁴⁴

Isso posto, as lógicas e dinâmicas que prevalecem ou que deveriam prevalecer, segundo o postulado da racionalidade das decisões do produtor, e que conduzem à implementação de sistemas de produção específicos, não podem, geralmente, ser caracterizadas sem fazer referência a um sistema mais amplo que engloba outras atividades, além da produção agropecuária do agricultor e da sua família.

⁴⁴ Como será visto mais adiante, há apenas um caso de produtor que não pratica agricultura, nem mesmo a cultura da cana, e nem lida com a pecuária. A posse de uma pequena área de terra, neste caso, cumpre apenas uma das exigências do Ministério da Agricultura para fins de registro da atividade. Sua produção de cachaça envolve cana produzida por alguns agricultores que a fornecem mediante contrato de parceria.

Dos aproximadamente 150 produtores de cachaça de Salinas, cerca de dois terços não têm produção mercantil. Os demais se distribuem, conforme a Tabela 29, quanto ao tipo e o respectivo número de produtores, bem como a produção de cachaça, média e total, por unidade de produção. Esta tabela revela que 69,27% da produção de cachaça do município advêm dos grandes produtores e 17,26%, 10,02% e 3,45%, respectivamente, advêm dos médios, pequenos e mini produtores. Este detalhamento é importante porque pode direcionar políticas públicas e/ou privadas para o setor bem como facilitar a adoção de estratégias que possibilitem a dinamização do setor, quer no seu todo ou nos seus sistemas de produção, tomados um a um.

TABELA 29 - Produção média e total de cachaça por tipo de produtor, em Salinas no ano de 1999.

Tipo de produtor	Número de produtores	Produção anual média por produtor (litro)*	Produção anual total	
			Quantidade (mil litros)*	(%)*
Míni	18	2.000	36	3,45
Pequeno	11	9.500	104	10,02
Médio	8	22.500	180	17,26
Grande	13	55.562	722,8	69,27
Total	50	-	1.042,8	100,00

* Estimativa feita pelo autor com base na pesquisa de campo.

Os maiores produtores de cachaça produzem acima de 30.000 litros/ano, são todos registrados e comercializam o produto envasado em garrafa. 50% deles exploram áreas de terra que variam de 50 a 500 hectares. Os outros 50% têm estabelecimentos com área acima de 500 hectares.

Considerados como médios produtores, encontram-se aqueles cuja produção está entre 15.000 e 30.000 litros/ano. Neste grupo existem produtores

com e sem registro, sendo menor o número dos que não possuem registro e vendem a produção a granel. Os que são registrados realizam o envelhecimento da pinga e vendem-na envasada em garrafas. A área dos estabelecimentos desse grupo de produtores tem a seguinte distribuição: 20% dos estabelecimentos têm área inferior a 100 ha; 40% entre 100 e 500 ha; 20% entre 500 e 1.000 ha; e 20% acima de 1.000 ha.

Os pequenos produtores têm a produção entre 4.000 e 15.000 litros/ano e seus estabelecimentos medem, 50% menos que 50 ha e os outros 50%, entre 100 e 500 ha. Entre os pequenos produtores existem aqueles que não possuem registro que são em maior número, dentre os quais, alguns envelhecem a pinga e a comercializam na forma granel. Dentre os que são registrados estão aqueles cujas marcas são consolidadas e de maior valor comercial. Fazem o envelhecimento da pinga e só comercializam-na envasada em garrafas.

Integrando o grupo dos mini-produtores estão aqueles cuja produção anual é menor que 4.000 litros. Os estabelecimentos desse grupo, com relação ao tamanho, assim se distribuem: 17% medindo menos que 50 ha; 67% com área entre 50 e 100 ha; e, 16% com área entre 100 e 200 ha. Os mini-produtores formam o grupo mais numeroso. Nesse grupo, é bastante reduzido o número de produtores com registro e que envelhecem e engarrafam a pinga. A imensa maioria de produtores que compõem esse grupo não possuem registro.

O setor produtivo de cachaça de Salinas assume características rurais e urbanas. A produção propriamente dita (alambicagem) acontece no meio rural. Já o engarrafamento é, em grande parte, realizado na cidade e ocorre durante todo o ano.

5.3 Perfil sócio-econômico dos produtores de cachaça de Salinas

O negócio da cachaça em Salinas é tradicionalmente familiar. Como foi visto anteriormente, algumas famílias vêm dando seqüência a esta atividade. Procurou-se, no trabalho de campo, detectar o perfil sócio-econômico dos produtores através da aplicação de um questionário (conforme o Anexo B) cujas respostas, em parte, serão apresentadas e analisadas nesse item.

O produtor de cachaça, mais até que a maioria da população rural brasileira, é uma pessoa idosa. No que se refere à idade, conforme os dados da Tabela 30, levantados nesta pesquisa, 82,4% dos produtores entrevistados têm idade acima de 50 anos, enquanto os 17,6% restantes têm menos de 50 anos.

TABELA 30 - Distribuição percentual da idade dos produtores de cachaça de Salinas.

Abaixo de 50 anos	Entre 50 e 60 anos	Entre 60 e 70 anos	Acima de 70 anos
17,6%	29,4%	41,2%	11,8%

Fonte: Pesquisa de campo, 1999.

A maioria dos produtores de cachaça tem pouco tempo de escolaridade formal: cerca de 71% têm somente até 4 anos de escola, sendo que desse grupo 42% tiveram apenas um ano de escola, e 24% têm entre 5 e 8 anos de escola. Portanto, 95% dos produtores de cachaça de Salinas possuem menos de 8 anos de escola. Os demais 5% estudaram mais de 8 anos, sendo que foram encontrados apenas dois produtores de nível superior, embora apenas um com o curso completo. Considerando-se que mais de 80% dos produtores têm idade acima de 50 anos, não é difícil entender que essa baixa escolaridade formal dos

produtores de Salinas não é um caso isolado no aspecto educacional do país, nas décadas de 1940, 50 e 60, principalmente se for conjugado esse aspecto ao da relação rural/urbano do país naquele período, em que a população era predominantemente rural. No caso de Salinas, apesar do seu destaque microregional na área educacional, é importante explicar que a grande maioria dos produtores de cachaça, durante a pesquisa de campo, foram indagados sobre a escolaridade, e responderam que quando em idade escolar, por residirem na zona rural e por terem que ajudar os pais na lida do campo, tiveram que abandonar a escola, daí então esse resultado apresentado.

Acompanhando a realidade brasileira quanto à valorização de proles numerosas, presente até a década de 1960, Salinas tem nos produtores de cachaça um exemplo daquele comportamento familiar. Cerca de 65% dos produtores entrevistados têm até 5 filhos. Nesse grupo, a frequência maior é de famílias com 3 filhos. Os demais 35% dos produtores têm entre 6 e 10 filhos.

Com relação ao tempo na atividade de produção de cachaça, pela Tabela 31 tem-se que cerca de 43% dos produtores estão na atividade há mais de 15 anos, enquanto 57% têm menos de 15 anos nessa atividade. Dos que estão há mais tempo, cerca de 29% têm mais de 25 anos produzindo pinga. Esse grupo contempla um seletto e reduzido número de produtores que exibem grande experiência e arte em produzir cachaça, como, por exemplo, os produtores da Havana, Indaiazinha, Canarinha, Lua Cheia, Seleta e Asa Branca. Experiência acumulada ao longo de, aproximadamente, meio século de envolvimento direto com a produção, cuja qualidade é reconhecida e, seguramente, tem sido condutora do processo de divulgação de Salinas, Brasil afora, como sinônimo de “terra de boa cachaça”.

TABELA 31 - Percentual de produtores e o tempo na atividade de produção de cachaça pelos produtores de Salinas.

Menos de 5 anos	Entre 5 e 15 anos	Entre 15 e 25 anos	Acima de 25 anos
14,29%	42,85%	14,29%	28,57%

Fonte: Pesquisa de campo, 1999.

Quanto à relação com a terra, os estabelecimentos rurais dos produtores de cachaça do município são próprios⁴⁵ e, na maioria, adquiridos por compra e/ou por herança, sendo que neste último caso a ocorrência se deu em menor número.

Quanto ao tamanho dos estabelecimentos rurais dos produtores de cachaça de Salinas, cerca de 47% têm menos de 100 ha, sendo 18% menores que 50 ha, com área média de 17,5 ha, e 29% entre 50 e 100 ha com área média de 74,2 ha. Os estabelecimentos situados entre 100 e 500 ha correspondem, aproximadamente, a 29% do total e ocupam uma área média de 223,6 ha. Os compreendidos entre 500 e 1.000 ha e os acima de 1.000 ha correspondem,

⁴⁵ Com exceção de um produtor cujo alambique está montado na propriedade do seu alambiqueiro, com quem tem um contrato de produção que envolve, além do alambiqueiro, os fornecedores de cana. O contrato é da seguinte forma: o agricultor, fornecedor de cana, faz a entrega da cana cortada ao pé do engenho e recebe em troca 60% da produção de cachaça; o alambiqueiro fabrica a cachaça com o direito de receber 36% da produção; o proprietário do alambique, que é o dono da marca produzida, fica com os 4% da produção. Tanto o dono da cana como o alambiqueiro têm o compromisso de vender as partes da produção a que têm direito ao dono do alambique. Segundo este produtor as vantagens desse sistema para ele são muitas. Uma delas é a ausência de preocupação com direitos trabalhistas uma vez que não possui nenhum empregado. Além disso, ele também não se preocupa com a aquisição de insumos para a lavoura, etc. No que diz respeito à produção, propriamente dita, sua responsabilidade é com a manutenção do alambique no que se refere à reposição de peças e equipamentos. A cana utilizada nesse sistema é produzida por pequenos agricultores que mantêm esse tipo de contrato com o citado produtor em caráter de informalidade, na base da confiança mútua. O produtor recebe a cachaça pronta para o engarrafamento.

respectivamente, a 12% do total de estabelecimentos do setor de cachaça e ocupam, respectivamente, uma área média de 655,0 e 2.350 ha, conforme a Tabela 32.

Constata-se, portanto, uma tendência de concentração de terra no município do mesmo modo como ocorre na região. Além disso, os dados dessa tabela também destacam a importância maior da pecuária frente à agricultura, entre os produtores de cachaça, principalmente nos estratos maiores onde a relação entre a área média ocupada com lavoura e a área média de pastagem decresce com o aumento do tamanho dos estabelecimentos, segundo os estratos definidos neste trabalho.

TABELA 32 - Distribuição do uso da terra nos estabelecimentos dos produtores de cachaça de Salinas (Área média em hectare).

Tamanho do estabelecimento	Distribuição dos estabelecimentos (%)	Área média Dos estabelecimentos (ha)	Utilização da terra (Área média)					
			Área de lavoura (ha)	Área de Capineira (ha)	Área de Pastagem (ha)	Área de Cana (ha)	Área de Reserva (ha)	Área de Capoeira (ha)
Menos que 50 ha	18	17,5	2,5	2,5	3,0	4,0	0,0	8,0
Entre 50 e 100 ha	29	74,2	3,2	1,4	17,0	3,6	9,0	39,8
Entre 100 e 500 ha	29	223,6	7,4	2,4	42,8	5,6	43,6	122,4
De 500 a 1.000 ha	12	655,0	10,0	2,5	61,5	8,0	122,5	450,0
Acima de 1.000 ha	12	2.350,0	20,0	20,0	150,0	37,5	430,0	1.692,5
Total	100							

Fonte: Pesquisa de campo, 1999.

Cerca de 88% dos produtores desenvolvem outras atividades econômicas além da produção de cachaça, tais como: agricultura, pecuária, comércio e prestação de serviços. Desse percentual, apenas 6% não estão envolvidos com a pecuária, enquanto os demais 82% atuam tanto na pecuária como nas demais atividades citadas. Apenas 12% do total de produtores têm a

produção de cachaça como a principal atividade econômica. Ou seja, embora sejam proprietários de terras, plantam apenas cana para a produção de cachaça e alguma cultura como feijão e milho para o consumo da família. São produtores que já tiveram criação de gado, mas resolveram acabar para se dedicarem exclusivamente à produção de cachaça.

Na relativização das atividades econômicas, desenvolvidas pelos produtores de cachaça de Salinas, com a respectiva renda familiar, encontrou-se que, para o conjunto dos produtores, a produção de cachaça contribui, em média, com cerca de 47,4% da renda total da família. Entretanto, há casos em que o produtor só desenvolve esta atividade, o que significa afirmar que ela representa a totalidade da sua renda. Por outro lado, existem casos de produtores que desenvolvem outras atividades econômicas, de maior peso na renda familiar, ficando a produção de cachaça em último lugar no seu cômputo.

Analisando-se a composição, em termos percentuais, da renda dos produtores, tem-se que no grupo composto pelos mini-produtores, a maior participação no cômputo da renda advém da pecuária, seguida pela produção de cachaça. A lavoura, como atividade econômica, tem a menor participação, neste e nos demais grupos de produtores de cachaça. Trata-se de pequenas áreas cultivadas, principalmente com milho, feijão e mandioca, cuja produção é voltada, na maioria dos casos, para o consumo da família, sendo o excedente vendido no comércio local. Geralmente, estas lavouras são conduzidas em parceria junto a outros agricultores familiares ou trabalhadores rurais da região. Em geral, são os próprios trabalhadores envolvidos na produção de cachaça.⁴⁶ O produtor de cachaça, como o dono da terra, entrega a área preparada, plantada e adubada, cabendo ao meeiro a condução da lavoura e colheita. Ao final, faz-se a

⁴⁶ Possibilidade decorrente do fato de, as atividades produtivas no setor de cachaça ocorrerem em época distinta da requerida para as atividades da agricultura.

divisão da produção nos percentuais combinados. Em geral é meio a meio ou, como se diz na região, é “na meia”.

A produção de cachaça é a mais expressiva no cômputo da renda dos pequenos, médios e grandes produtores. Ou seja, participa com 70,0%, 63,6% e 45% da renda total, respectivamente. A pecuária participa em segundo lugar na renda dos pequenos e médios produtores, sendo respectivamente de 12,5% e 24,0% da renda total. Para os grandes produtores, a segunda atividade, em termos percentuais, componente da renda é o comércio sendo de 25,0% a participação. Esse grupo reúne comerciantes do setor madeireiro, de bares e lanchonetes, além do comércio de pinga. A pecuária, para eles, aparece em terceiro lugar no cômputo da renda total, conforme a Tabela 33. Uma das explicações para este fato é a retração da pecuária motivada pelos custos elevados na recuperação de pastagens que em grande parte apresentam sinais de degradação. Outra justificativa advém do fato de ser a pecuária uma atividade de menor liquidez que o comércio e a cachaça.

TABELA 33 - Relativização, em termos percentuais, da renda dos produtores de cachaça de Salinas segundo as atividades agrícolas e não-agrícolas.

Atividades agrícolas e não-agrícolas que participam da renda (em%)								
Tipo de produtor	Produção de cachaça	Pecuária	Lavoura	Comércio	Serviços	Aposenta- Doria	Outras*	Total
Mini	23,7	35,8	4,2	7,0	5,2	11,9	12,2	100,0
Pequeno	70,0	12,5	2,5	10,0	-	5,0	-	100,0
Médio	63,6	24,0	2,4	-	-	2,0	8,0	100,0
Grande	45,0	23,0	1,5	25,0	3,8	0,5	1,2	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 1999.

*As outras atividades envolvem trabalho assalariado, olaria (fabricação de tijolo comum), e serviços de marcenaria (fabricação e conserto de móveis e de dornas para armazenamento de cachaça).

Quanto à utilização de irrigação, o estudo revelou que cerca de 71% dos produtores de cachaça de Salinas a utilizam, seja na cultura da cana, para irrigar

outras culturas ou áreas de capineira. Portanto, 29% dos produtores não utilizam esta tecnologia, praticando cultivo em condições de sequeiro. Mesmo os que utilizam irrigação não a empregam em toda área plantada com cana, há uma mescla entre cultivo irrigado e de sequeiro. Como principais fatores limitantes tem-se os de ordem técnica e financeira. O impeditivo técnico deve-se à não disponibilidade de água para atender esses produtores. No aspecto financeiro, os produtores alegam dificuldades e necessidade de apoio. Dadas as condições ambientais, há uma produtividade bem reduzida, conforme a Tabela 34, que mostra a relação entre a quantidade produzida e a área plantada com as principais culturas exploradas no município, nos anos 1985 e 1995/96 de acordo com o Censo Agropecuário.

TABELA 34 - Produção, área plantada e produtividade de Cana-de-açúcar, Feijão, Mandioca e Milho cultivados em Salinas nos anos 1985 e 1995/96.

Produto	Área plantada (ha)	1985		Área plantada (ha)	1996	
		Quantidade colhida (t)	Produtividade (t/ha)		Quantidade colhida(t)	Produtividade (t/ha)
Cana-de-açúcar	539	6.773	12,57	790	15.611	19,76
Feijão	5.637	1.221	0,22	2.754	796	0,29
Mandioca	1.025	3.410	3,33	801	1.668	2,08
Milho	6.794	5.088	0,75	3.827	3.028	0,79

Fonte: FIBGE – Censo Agropecuário de 1985 e 1995/96.

Dos produtores que praticam irrigação, cerca de 75% empregam o método de aspersão. Os demais utilizam os métodos de infiltração por sulco, microaspersão e gotejamento. Estes últimos são empregados na fruticultura que alguns produtores de cachaça desenvolvem.

O setor produtivo de cachaça de Salinas tem importante destaque na ocupação de mão-de-obra. Esta importância é maior ainda quando se leva em conta que a atividade de alambicagem se dá num período do ano em que os

trabalhadores rurais encontram-se desocupados pelo fato de praticamente não existirem atividades nas lavouras, próprias ou de terceiros, dado o caráter de cultivo em sequeiro predominante no município. Normalmente o período de alambicagem vai de junho a novembro. Portanto, são seis meses durante o ano em que os alambiques desempenham importante papel social na ocupação de pessoal.

A atividade de alambicagem⁴⁷ ocupa número variável de pessoas, dependendo dos tipos de produtores: os minis ocupam, em média, 4 pessoas; os pequenos e os médios produtores, ocupam cerca de 8 pessoas; e os grandes ocupam, em média, 13 pessoas. No engarrafamento⁴⁸, da mesma forma que na alambicagem, a ocupação também é variável conforme os tipos de produtores: para minis e pequenos a ocupação média é de 4 pessoas e para médios e grandes esse número é igual a 8, conforme a Tabela 35. Dessa forma, o total geral de ocupação anual, estimado segundo esta tabela, é de aproximadamente 80, 132, 128 e 312 ocupações, respectivamente, para minis, pequenos, médios e grandes produtores, o que dá um total de 652 ocupações⁴⁹ diretas no setor, considerando-se apenas os produtores mercantis.

⁴⁷ Na alambicagem estão incluídas as seguintes atividades: corte e transporte da cana para o alambique; moagem; destilação; alimentação da fonte de calor com lenha ou bagaço de cana e retirada do bagaço do local da moagem.

⁴⁸ Nesta atividade incluem-se as seguintes operações: transporte da cachaça recém-destilada, do alambique para o depósito – geralmente é neste local que ocorre o engarrafamento propriamente dito; armazenamento da cachaça recém-destilada; lavagem de garrafas; envasamento da cachaça; rotulagem; acondicionamento e empilhamento da cachaça envasada.

⁴⁹ Se for considerado um período de 12 meses tem-se este número multiplicado por dois o que totaliza 1304 ocupações estimadas por ano para o setor produtivo de cachaça. Exclui-se deste cálculo, e que, portanto, certamente fica subestimado, os produtores não mercantis de cachaça que são em maior número.

TABELA 35 - Número de ocupações diretas geradas na produção de cachaça em Salinas, 1999.

Tipo de produtor	Número de produtores	Número de ocupação/ano*				Total Geral
		Alambicagem		Engarrafamento		
		Média	Total	Média	Total	
Mini	18**	4	72	4	8	80
Pequeno	11	8	88	4	44	132
Médio	8	8	64	8	64	128
Grande	13	16	208	8	104	312
Total	50	-	432	-	220	652

Fonte: dados da pesquisa.

*Período de alambicagem que dura aproximadamente seis meses. ** Desse total, apenas dois produtores têm marca registrada e fazem engarrafamento.

Pela produção estimada em 1999, constante da tabela 29, para os tipos de produtores de cachaça e a ocupação estimada acima, tem-se para mini, pequeno, médio e grande produtor, respectivamente, para cada mil litros de cachaça produzida, a seguinte estimativa de ocupação direta gerada: 2,22; 1,27; 0,71; e 0,43, conforme a Tabela 36.

TABELA 36 - Estimativa do número de ocupação na alambicagem e engarrafamento para cada mil litros de cachaça produzida em Salinas.

Tipo de produtor	Número de ocupação/1.000 litros de cachaça
Mini	2,22
Pequeno	1,27
Médio	0,71
Grande	0,43
Total	0,63

Fonte: Tabelas 29 e 35.

Ao se analisar a tabela acima, percebe-se que o número de ocupação decresce com a escala da produção. Este fato aponta para a importância relativa, no que se refere à ocupação gerada, dos sistemas de produção com escalas menores, como os que comportam os mini e os pequenos produtores, frente aos que comportam os médios e grandes produtores. Estes, em termos absolutos, geram mais ocupação do que aqueles. No geral, estima-se que o setor de cachaça de Salinas gera 0,63 ocupação direta para cada mil litros produzidos desta bebida.

Para as atividades inerentes à lavoura da cana, quanto ao conjunto de operações requeridas no seu manejo, Petti et al (1998) estimam uma demanda de ocupação da ordem de 54,8 equivalentes-homens-ano por 100 hectares. Assim sendo, considerando-se a área de, aproximadamente, 800 hectares plantada com esta cultura no município, em 1996 - segundo o Censo Agropecuário da FIBGE 1995/96 -, estima-se que a lavoura de cana tenha ocupado em torno de 440 trabalhadores naquele ano.

Comparativamente ao setor de cachaça, a pecuária de Salinas, no que se refere ao número de ocupações, configura-se como de importância menor, uma vez que, historicamente, seu caráter extensivo tem sido marcado por pouca utilização de mão-de-obra. Entretanto, o incremento da atividade leiteira, no município, tem dado uma nova moldura para o quadro da ocupação na pecuária, vista como um todo. Com base nos índices estimados, por Petti et al (1998), para a demanda de força de trabalho na pecuária bovina em atividades envolvendo cria, recria, e engorda, frente a diferentes níveis tecnológicos, tem-se a seguinte estimativa de ocupação para a pecuária bovina de Salinas: considerando-se que o nível tecnológico adotado no município é, em geral, baixo e a relação proposta pelos autores citados de 530 cabeças para cada homem-ano, tem-se a estimativa de 83 ocupações para o rebanho total, aproximado, de 44.000 cabeças, no ano de 1999. Contudo, destaca-se que desse

rebanho, 3.500 cabeças, aproximadamente, são de vacas leiteiras cuja demanda por mão-de-obra supera em muito à demanda verificada na pecuária de corte; para este rebanho leiteiro, cujo nível tecnológico adotado é considerado baixo, estima-se uma demanda de 3 ocupações para cada 40 cabeças o que totaliza, aproximadamente, 263 ocupações na atividade leiteira. Desse modo, estima-se que a pecuária do município, no que se refere apenas ao manejo do gado, tenha gerado cerca de 346 ocupações em 1999. Convém esclarecer, portanto, que além disso, há um conjunto de atividades subsidiárias ao manejo do rebanho, tais como, construção e manutenção de cercas, roçadas, plantio e reforma de pastos, capineiras, entre outras, que envolvem um número expressivo de trabalhadores, de caráter temporário, ao contrário do caráter permanente da mão-de-obra envolvida no manejo do gado, seja na atividade corte seja na de leite.

Portanto, com base na produção estimada de 1.042.800 litros de cachaça, para o ano de 1999, e a relação de 0,63 ocupação direta para cada mil litros produzidos, que totalizou, aproximadamente 657 ocupações diretas, pode-se afirmar que o setor produtivo de cachaça do município de Salinas vem se destacando, do ponto de vista social e econômico, pela ocupação de mão-de-obra que cresce acompanhando a expansão da produção e pela renda gerada, tanto para os trabalhadores como também para a economia do município. A renda bruta gerada pela produção de cachaça é da ordem de R\$ 2.500,00 para cada mil litros produzidos, considerando-se o preço para a revenda igual a R\$ 2,50/litro – preço de novembro/99. Deste modo, a renda bruta gerada pela produção de cachaça para o município, em 1999, foi de aproximadamente R\$ 2.607.000,00.

Para efeito de comparação, no cômputo da renda bruta gerada pela pecuária, considerou-se, com base nos dados informados pelo escritório local do IMA, a taxa de natalidade da ordem de 56% e uma relação de aproximadamente 68% de fêmeas para 32% de machos. Para o rebanho de 43.858 cabeças em

1999, considerando-se estes índices zootécnicos, estima-se para este rebanho um total de 29.823 vacas. Com este número de vacas estima-se um total aproximado de 15.700 bezerros, já descontada a taxa de 6% de mortalidade, estimada pelo IMA para o município. Ao preço de aproximadamente R\$ 150,00 cada bezerro, totalizaria R\$ 2.355.000,00. A população de machos adultos do rebanho é estimada em 14.035 cabeças; considerando-se a venda de um terço deste total, ou seja, de, aproximadamente, 5.000 cabeças, com o peso médio de 13 arrobas – peso de comercialização na balança⁵⁰ -, ao preço de R\$ 30,00 por arroba – preço de dezembro/99 no município -, a renda bruta advinda da comercialização destes animais totalizaria R\$ 1.950.000,00. De acordo com os técnicos da Emater de Salinas estima-se que a produção de leite do município, tenha sido da ordem de 2,5 milhões de litros em 1999. Esta produção, ao preço de R\$ 0,30 que é o preço pago pela cooperativa aos produtores, totalizou uma renda bruta de R\$ 750.000,00. De posse destes dados estima-se que a renda bruta total da pecuária bovina de Salinas, para o ano de 1999, tenha somado R\$ 5.055.000,00.

Percebe-se, portanto, que a renda bruta total gerada pela pecuária no município é superior à renda bruta gerada pelo setor de cachaça. Este fato reforça o caráter da pecuária ser, uma atividade, historicamente, importante para a economia do município, conforme já mencionado neste estudo. Entretanto, deve-se atentar para o fato de estar havendo uma redução da pecuária de corte o que traduz-se em fortes indícios de que a receita citada acima, encontrada para este setor, não represente a normalidade para a atividade, em termos econômicos. Contudo, é perceptível que a produção de cachaça no município vem se destacando crescentemente na economia local produzindo expressivos ganhos econômicos e sociais na geração de renda e de ocupação. Pela Tabela 37 - tem-se a relação entre a renda e a ocupação gerada pela cachaça e pela pecuária

⁵⁰ Nesta modalidade de peso para comercialização de gado, pesa-se o gado vivo e desconta-se 50% para se ter o peso efetivo de carcaça.

de Salinas: para uma renda bruta estimada em R\$ 2.607.000,00 advindas da produção de cachaça a ocupação direta gerada foi estimada em 657 por ano, considerando-se o período de seis meses de duração da alambicagem; para a pecuária a renda bruta foi estimada em R\$ 5.055.000,00 para uma ocupação estimada de 346 pessoas. A análise desta tabela permite visualizar a grande importância econômica e social da cachaça no que se refere ao número de ocupação gerada e a renda bruta advinda da sua produção; a relação renda-bruta/ocupação-direta neste setor foi em torno de R\$ 3.968,00 por ocupação gerada ao passo que na pecuária esta relação foi de aproximadamente R\$ 14.610,00 de renda bruta por ocupação direta gerada. Isso permite inferir que a produção de cachaça envolve uma maior participação, em termos de números de pessoas, na riqueza que ela produz, ao passo que a pecuária, embora supere em quase o dobro a renda bruta do setor de cachaça, revela ser mais concentradora da riqueza que produz.

TABELA 37 - Estimativa da receita bruta e ocupação gerada nos setores produtivos da cachaça e da pecuária em Salinas no ano de 1999⁵¹.

Setor produtivo	Receita bruta (mil reais)	Ocupação direta gerada/ano	Receita bruta (R\$)/ocupação
Cachaça	2.607	657	3.968,00/ocupação/ano
Pecuária	5.055	346	14.609,83/ocupação/ano

Fonte: a pesquisa.

⁵¹ É importante ressaltar que os dados desta tabela são estimados; as peculiaridades da produção local de cachaça bem como da pecuária bovina no que tange à mão-de-obra, permitem inferir sobre a possível subestimação da ocupação em ambas atividades e que, certamente, há duplicidade de ocupação nas mesmas.

Do ponto de vista da ocupação de mão-de-obra, o setor produtivo de cachaça tem expressiva importância dentro do cenário regional, que é marcado por baixos salários e um enorme contingente de trabalhadores desassistidos pela previdência social, uma vez que a maioria trabalha sem registro em carteira de trabalho.

Percebe-se que persiste uma relação de confiança entre patrões e empregados rurais, que garante a coexistência da realidade apontada acima com a quase ausência de conflitos trabalhistas no setor produtivo de cachaça no município. A base dessa relação assenta-se no que sobrou das relações paternalistas, que foram muito evidentes no município e na região, onde predomina o trabalho assalariado de cunho temporário na forma de diaristas, embora nas unidades de produção dos mini-produtores, na sua grande maioria, o trabalho esteja assentado na família. Nessas unidades, o trabalho forma um todo, coeso, em que a participação e a atuação dos membros se dão num clima de intercomplementariedade entre as funções, cuja coordenação, quase sempre, é do homem. Acrescenta-se a isso o fato de haver um certo desestímulo por parte dos trabalhadores em buscarem a Justiça do Trabalho quando de algum conflito que, neste caso, tem na Junta de Conciliação de Almenara o local mais próximo para resolvê-lo, o que traz dificuldades para os assalariados envolvidos em buscá-la.⁵²

A segmentação das tarefas nesse grupo de produtores segue um arranjo no tempo e no espaço, de modo que parece não haver falta de trabalho nas unidades de produção. Antes do período que dá início ao processo de fabricação da cachaça, o cotidiano dessas famílias tem na agenda as atividades com a lavoura de mantimento na escala da sobrevivência, além da pequena criação de

⁵² Essas dificuldades são em grande parte de ordem financeira. Como geralmente essas questões envolvem várias audiências perante o Juiz, os trabalhadores envolvidos se vêem impossibilitados de se deslocarem até Almenara por não possuírem recursos financeiros suficientes.

bovinos, caprinos, aves e suínos. A lavoura de cana é parte fundamental desse sistema. Sua importância econômica e social é inegável: como alimento energético, ela supre não só os membros da família como também os animais, em especial o gado bovino, ficando o seu excedente voltado para a fabricação de cachaça, componente importante no cômputo da renda familiar.⁵³

Produzir e prosperar na adversidade, eis o grande mérito da maioria dos produtores de cachaça de Salinas. As adversidades vão desde as de ordem climática até as de cunho econômico e financeiro. São muitos os sinais que demarcam a lógica própria do setor produtivo de cachaça do município de Salinas, bem como de toda a região. Essa lógica desconsidera a preocupação com produtividade e controle econômico baseado em custo de produção. Os produtores empregam os fatores de produção de que dispõem, seguindo a experiência acumulada em que o conhecimento é transmitido de pai para filho e que não se deixam influenciar pelos conhecimentos conquistados pela moderna ciência agrônômica.⁵⁴

⁵³ Esta realidade, que é a da maioria dos mini-produtores de cachaça do município de Salinas, se insere no que Ribeiro (1995) afirma quando de sua análise sobre as formas de produção encontradas numa comunidade de sitiantes na zona da Mata mineira: *“Cada força de trabalho fica aumentada neste sistema (...), primeiro, porque ela é usada de forma combinada, depois, porque é usada de forma total, o tempo todo, ocupando todos os poros da jornada, cada momento do dia, da estação e do ano. Elas são exigidas ao máximo, por isto rendem muito; produzem onde ninguém acredita ser possível produzir, e prosperam na adversidade”*.

⁵⁴ Para Schultz (1965), a utilização dos fatores é organizada com base na experiência acumulada, de modo a imprimir-lhes a maior produtividade possível. Assim sendo, ao contrário do que a crítica parece crer, os fatores tidos como tradicionais são alocados e trabalhados da maneira mais racional possível. Isso não significa que se deva ignorar as técnicas modernas de produção. Entretanto, a sabedoria do produtor tradicional requisita cautela na adoção dessas técnicas pois, de acordo com Schultz (1965), no processo de modernização, o avanço dos conhecimentos técnicos na agricultura é o mais importante impacto de mudança no equilíbrio das comunidades agrícolas pobres. *“A exclusão [nessas comunidades] deve-se ao fato de sofrerem transformações bruscas, as quais não tiveram tempo de se adaptarem”*, afirma o autor.

O controle da produção, bem como dos fatores empregados, obedece ao critério próprio de cada produtor, em que se tem alguns com maior formalidade e outros menos formais. É, pois, patente o fato, comum a todos, sobre o total conhecimento da atividade no que se refere a receitas e despesas. Tanto que, quando indagados sobre qual a necessidade de apoio para incrementar ou melhorar a produção, entre apoio gerencial, financeiro, tecnológico - agrícola e industrial - e nenhum apoio, as respostas obtidas dos produtores, em forma de frequência, expressa em porcentagem, foram as seguintes: a resposta de maior frequência foi a que aponta a necessidade de apoio financeiro com 37%, seguida das que revelam a necessidade de apoio em tecnologia agrícola e industrial com 20% cada. Em quarta posição, com 14,5%, veio a resposta indicativa de haver necessidade de apoio gerencial. A resposta que indica não haver necessidade de nenhum tipo de apoio foi a de menor frequência percentual, 8,5%.

Com relação ao processo de gestão, este estudo detectou um ponto que, à primeira vista, parece comprometer a eficiência do sistema produtivo de cachaça. Trata-se da equalização, regulagem e manutenção de equipamentos e maquinários empregados na alambicagem, como, por exemplo, na moagem da cana. Nesse processo emprega-se, em geral, apenas um terno de moenda, até mesmo entre os grandes produtores locais, o que, pelo que se sabe, diminui a eficiência na extração do caldo. Alguns estudos demonstram que usando pelo menos dois ternos de moenda, bem regulados, a eficiência na extração do caldo girará em torno de 90%. Embora a observação tenha sido feita apenas visualmente e através do tato, no exame do bagaço da cana logo após a moagem, acredita-se que, nos alambique visitados, a extração não ultrapasse os 65%. Há casos de extração em torno dos 50% e que os produtores se justificam dizendo que “*é para ajudar na alimentação do gado*”, referindo-se ao emprego do bagaço na alimentação do gado. Tem-se aqui um exemplo de combinação de

atividades, produção de cachaça e pecuária, com objetivos de busca da eficiência em ambas atividades ou da unidade de produção como um todo.⁵⁵

Diante do exposto, a lógica que permeia os processos produtivos, sobretudo entre produtores familiares - denominação apropriada para o conjunto dos produtores de cachaça do município de Salinas -, encontra apoio no que autores, como Scattini (1987), defendem: o princípio básico de que, se um número expressivo de produtores de uma região realiza determinada prática, eles têm uma boa razão para fazê-lo.

Com relação à utilização de crédito bancário, cerca de 24% dos produtores entrevistados nunca utilizaram nenhuma espécie de crédito junto a bancos. Dos 76% que já fizeram empréstimo bancário, pelo menos uma vez, cerca de 92% o fizeram junto ao Banco do Nordeste e apenas 8%, junto ao Banco do Brasil.

Dentre os produtores de cachaça que fizeram algum empréstimo financeiro junto a bancos, 82% do financiamento levantado foi destinado à pecuária bovina e a melhorias na propriedade, enquanto que 11% tiveram como destino a produção de cachaça e rapadura, com predomínio para a cachaça. Verificou-se, entre os produtores pesquisados, um menor interesse em utilizar créditos bancários para a pecuária, ao passo que, para o setor de cachaça, há uma tendência de crescimento na utilização desse tipo de crédito, sobretudo a partir de 1995. Isto está, de certa forma, relacionado à estabilização da economia e à valorização do câmbio. Houve, por parte de alguns produtores, a utilização de crédito bancário para a construção de pequenas barragens, equipagem e aparelhamento de madeireira e gráfica além do custeio de algumas lavouras de tomate e coco.

O associativismo no município é pouco expressivo, embora estejam acontecendo algumas iniciativas no sentido de reforçar o espírito coletivo em

⁵⁵ segundo o analisado por Shultz, já citado.

torno da defesa de interesses comuns à categoria. Alguns produtores pertencem aos quadros da Associação Salinense dos Produtores de Aguardente de Qualidade – ASPAQ, além de serem membros da Cooperativa dos Produtores de Cachaça, da Cooperativa dos Produtores Rurais e do Sindicato dos Produtores Rurais. Estas cooperativas são iniciativas recentes e reúnem uma expectativa de aumento no envolvimento dos membros em torno, principalmente, de questões que envolvem a defesa da marca “Cachaça de Salinas”, contra, principalmente, os fraudadores. Existem também, no município, em fase de consolidação, três associações produtivas de cachaça, sendo que apenas duas iniciaram a produção em caráter experimental.

5.4 Comercialização da cachaça de Salinas

Com relação à comercialização, o estudo revelou que cerca de 52% da cachaça produzida é comercializada em Salinas, 7% na região do município, 28% em outras regiões do estado, principalmente Belo Horizonte, e 13% em outros estados como São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília-DF.

Do total comercializado no município, cerca de 48,5% advém dos produtores cuja produção é inferior a 4.000 litros/ano e que não são registrados; 16,5%, dos produtores situados entre 4.000 e 15.000 litros/ano, registrados; 22,5% advém dos produtores situados acima de 15.000 até 60.000 litros/ano, também registrados. Os produtores cuja produção situa-se entre 60.000 e 100.000 litros/ano comercializam apenas 1% da produção no município. A maior parte da sua produção é destinada aos mercados de outras regiões do estado e também para outros estados. Para aqueles de produção acima de 100.000 litros/ano, o comércio com o município envolve apenas 0,5% da produção.

Os principais compradores da cachaça sem registro são engarrafadores e pequenos comerciantes (botecos). Os engarrafadores, quase sempre, também são produtores, complementam sua produção com cachaça comprada. Este procedimento não é comum a todos os produtores. Constitui-se, inclusive, por parte dos que assim não agem, um alvo de severas críticas, uma vez que, em assim procedendo, corre-se o risco de redução da qualidade do produto, o que comprometeria a reputação da marca, cuja maior força vem da origem, no caso o município de Salinas. Isso não significa dizer que todos os produtores que não têm registro não sejam cuidadosos com a qualidade. Pelo lado contrário pode-se dizer dos produtores registrados, ou seja, não é apenas o registro da empresa que atesta ser a cachaça nela produzida de boa qualidade. Existem produtores que não são registrados, mas incorporam a preocupação com a qualidade. Até porque os produtores/engarrafadores idôneos que compram cachaça condicionam a compra a um padrão mínimo de qualidade especificado, principalmente em termos de acidez e teor de cobre, de acordo com a legislação em vigor.

Os pequenos comerciantes ou donos de boteco são parte importante no comércio local de cachaça. Eles vendem no varejo, na dose, para uma clientela que não está muito preocupada com qualidade. Daí decorre o fato de cerca de mais de 90% da cachaça comercializada nesse tipo de comércio ser de barril ou a granel e menos de 10% ser da engarrafada. A lógica desse processo está no perfil do consumidor. São, na quase totalidade, pessoas de baixo poder aquisitivo, não estando nada dispostos a pagar mais de R\$ 0,25 por uma dose de pinga. Alguns donos de boteco fazem a diferenciação no preço, cobram R\$ 0,50 pela dose da pinga de garrafa e R\$ 0,25 pela dose de barril. Um litro de pinga mede 18 doses e uma garrafa, 12. O preço de compra situa-se entre R\$ 0,70 e R\$ 1,00 o litro da de barril e de R\$ 2,00 a 3,00 a garrafa, da envasada. A margem de lucro é muito maior na cachaça de barril, chegando a atingir mais de

300%, enquanto na cachaça de garrafa, a margem gira em torno de 100%, o que já é um excelente negócio nesse aspecto analisado.

Esse tipo de negócio é muito freqüente nas pequenas cidades brasileiras. Em Salinas, como nas demais cidades do Norte de Minas, esses botecos se localizam principalmente na periferia urbana ou nas proximidades do local onde ocorre a “feira”, ou até mesmo fazendo parte desta, uma vez que nesse ambiente comercial tem-se de tudo um pouco. O Mercado Municipal de Salinas, ponto de convergência de grande parte da população nas manhãs de sábado, tem como forte em sua paisagem uma mescla entre ambiente fechado e ambiente aberto que dão corpo à famosa feira, onde “tudo” é encontrado. Esta, é demarcada por centenas de barracas que dão formas a passagens estreitas, por onde circula um único interesse, o de comprar algo de bom e a preço bem baixo.⁵⁶

A pinga se faz presente nesse ambiente, seja na animação de conversas, seja no consumo que, geralmente, ocorre durante e depois da feira, principalmente por aqueles que vieram fazer negócio, vender alguma coisa do seu mundo produtivo. Este engloba desde feijão, goma, farinha, milho, queijo, requeijão, frutas, raízes e folhas para remédio, até pequenos animais como galinha, porco, cabrito, etc.

O comércio organizado na forma de supermercados e mercearias só trabalha com cachaça engarrafada e registrada. Nos 5 maiores supermercados, conforme a Tabela 38, foram vendidas, em média, por supermercado, em 1998, cerca de 190 caixas com 12 garrafas cada e, em 1999, essa venda totalizou aproximadamente 220 caixas. Houve, portanto, uma expansão de cerca de 14%,

⁵⁶ A feira de Salinas é, portanto, esse ambiente prazeroso mas também motivador de inúmeras reflexões nas várias ciências da vida humana. Com uma organização própria e peculiar do povo da região, que remete o observador mais atento à lembrança do povo de um pedaço do Nordeste brasileiro, a Bahia, ela tem, em cada espaço, com seu dono e seu negócio, um pedaço da cultura local. O modo de vestir, de falar e a culinária, são denúncias fortes da descendência baiana da grande maioria da população local.

considerada tímida por alguns dos proprietários destes supermercados. Suas expectativas de vendas para o ano de 1999 eram bem superiores a esta taxa.

TABELA 38 - Quantidade de cachaça comprada pelos 5 maiores supermercados de Salinas, nos anos de 1998 e 1999.

Supermercados	Quantidade comprada (caixas com 12 garrafas)	
	1998	1999
A	200	220
B	250	300
C	170	200
D	150	180
E	180	200
TOTAL	950	1100
Média	190	220

Fonte: Pesquisa de campo, 1999.

As quatro cachaçarias de Salinas, um segmento recente do comércio de cachaça, apresentou, nos anos de 1998 e 99, o desempenho expresso na Tabela 39. Em 1998 a venda total foi de 3.400 caixas, com uma média de 850 caixas por estabelecimento. Em 1999 houve um expressivo aumento nas vendas, cujo total atingiu 4.470 caixas e uma média de 1.117,5 caixas por estabelecimento.

TABELA 39 - Quantidade de cachaça vendida pelas 4 cachaçarias de Salinas (em caixas com 12 garrafas), nos anos de 1998 e 1999.

Cachaçarias	Quantidade vendida (caixas com 12 garrafas)	
	1998	1999
F	900	1.400
G	700	850
H	1.200	1.500
I	600	720
TOTAL	3.400	4.470
Média	850	1.117,5

Fonte: Pesquisa de campo, 1999.

Um outro segmento comercial que também participa na venda de cachaça é o hoteleiro. Não raro acontece de um cliente comprar algumas garrafas de pinga para levar de lembrança ou para presentear alguém. Aliás, este é um dos principais motivos da compra da cachaça de Salinas, muito utilizado pela população local, quando em viagens ou quando recebe visitas.

5.5 “Havana”: A marca símbolo da cachaça de Salinas

Pesquisar sobre a cachaça de Salinas nos últimos cinquenta anos forçosamente incluirá a pesquisa da marca Havana. Discorrer sobre essa marca, cuja trajetória é assentada na simplicidade e no capricho quase obsessivo de seu proprietário em manter, ao longo de várias décadas, um elevado padrão de qualidade, invariavelmente requer que se teçam alguns comentários sobre quem a idealizou, cuidou, zelou e a construiu.⁵⁷

Este produtor, Anísio Santiago, nasceu em Salinas em 1912.⁵⁸ Antes de produzir cachaça, foi carpinteiro e tropeiro, tendo trabalhado por alguns anos nesta atividade para um irmão, que comprou um caminhão (1947)⁵⁹ e o entregou para ser seu motorista. Após algum tempo trabalhando como motorista, resolveu ser sócio no caminhão, comprando-lhe a metade, e em seguida, a outra metade do caminhão.

Como único dono do caminhão, Anísio Santiago continuou na lida de comerciante de produtos da terra, como toucinho, cachaça e outros, levando-os

⁵⁷ Para tanto, as informações nesse estudo foram obtidas através de entrevistas de alguns parentes como, filho e sobrinhos, além de funcionários, ex-funcionários, amigos, e pessoas do seu convívio particular, residentes em Salinas. Estas informações foram somadas às obtidas através de leituras de reportagens em jornais, revistas e vídeos. O senhor Anísio Santiago não concede entrevistas.

⁵⁸ De acordo com um de seus filhos, o Sr. Nilton Santiago que também é produtor de cachaça e técnico da EMATER, em entrevista para este trabalho.

⁵⁹ Este caminhão é mantido até hoje pelo Anísio Santiago, que reserva o maior cuidado e capricho na sua manutenção e conservação.

de Salinas para os municípios vizinhos, principalmente para Montes Claros, até que resolveu comprar uma fazenda pertencente a um parente. A esta fazenda, posteriormente, incorporou outras áreas vizinhas, adquiridas por compra, que atualmente totalizam 250 hectares.⁶⁰

Aos 88 anos de idade, este produtor reúne inúmeras especulações sobre, principalmente, a sua cachaça. Inúmeras pesquisas são feitas sobre o porquê da fama que esta marca possui. Estas investigações, sempre de cunho jornalístico, quebram a tranquilidade deste produtor, mas têm sido muito importantes na divulgação e na promoção “não intencional” desta cachaça.

Nos primórdios da sua produção, a “Havana” era comercializada a granel, em barril, tanto em Salinas como nos municípios vizinhos, tais como Porteirinha, Janaúba, Riacho dos Machados e Montes Claros. Após seu registro que, segundo um entrevistado, aconteceu no final da década de 1950, passou a ser comercializada em garrafas.⁶¹ Muitos caminhoneiros comerciantes que atuavam na região naquela época, compravam, além de frutas, café, toucinho e outros produtos da terra, também cachaça, para revenderem em Montes Claros.

Diante do constante aumento da procura pela marca “Havana”, Anísio Santiago procurou diferenciá-la também através do preço, uma vez que não aumentou a produção e nem faz questão de aumentá-la. Esta atitude deve-se ao fato de ele considerar-se uma pessoa sem “*usura para dinheiro*”, como afirma o seu filho, com a concordância de todos os demais entrevistados: “*ele não é e nunca foi usurário com dinheiro*”. O fato é que diante de uma oferta reduzida do produto e uma divulgação por meio da propaganda de “boca em boca”, a procura por esta cachaça foi-se intensificando, apesar dos constantes aumentos no seu preço, o que tem tornado uma raridade encontrá-la exposta à venda, conforme afirma um entrevistado:

⁶⁰ Segundo um parente de Anísio Santiago disse em entrevista para este estudo, o nome desta fazenda “Havana” é que inspirou o registro da cachaça com o nome de “Havana”.

“A cada aumento de preço, parece que fazia era aumentar mais ainda a procura. É um absurdo uma garrafa de Havana ser vendida por até R\$ 150,00, como se tem notícia de que isso ocorre e ainda se correr o risco de levar uma falsificada, porque desde que ela ganhou fama vem sendo falsificada e ninguém dá jeito. Foram vários casos investigados e desmascarados. Ele (Anísio Santiago) diz que garante a Havana até a porteira da fazenda dele. Da porteira em diante ele não tem como garantir. Num país que se falsifica até remédio para câncer, o que se esperar quanto à cachaça?” (Nilton Santiago em entrevista para esta pesquisa).

A cana utilizada na fabricação da Havana é basicamente a cana “Java”, plantada em pequenos talhões, alguns remontando ao início da atividade na fazenda, ou seja, possuem mais de 50 anos sem terem sido renovados. Neste caso, o manejo tem sido feito sob rigorosos critérios de cuidados, desde a condução da lavoura, isenta de ervas daninhas, até o corte e o transporte da cana cortada para o engenho.⁶² Tudo é feito de acordo com as determinações de Anísio Santiago. Seus funcionários já absorveram o estilo de trabalho.

A cana cortada é moída no mesmo dia e, como nas demais etapas, na moagem é observado o rigoroso cuidado com a higiene – procedimento comum a outros produtores de cachaça de Salinas. Nesse sentido, assim resume Noé Santiago, sobrinho de Anísio Santiago e também produtor de cachaça, em

⁶¹ Naquela época, as caixas eram de madeira e tinham capacidade para 24 garrafas.

⁶² O corte da cana é feito manualmente, bem rente ao solo, e logo em seguida é transportada em carro de boi para o engenho. Nesta operação é comum entre os produtores de Salinas evitarem o tráfego do carro de boi ou de trator dentro do canavial, para evitar a compactação do solo.

entrevista para este estudo:⁶³ *“O segredo de se produzir uma boa cachaça começa pelo produtor não ter avareza; em segundo lugar é o capricho com a higiene; em terceiro vem a terra e a cana”*.

Em sua trajetória, a marca Havana usou como estratégia, como fator promocional, a participação em concursos de qualidade. De todos que participou, sempre conseguiu a primeira posição. Neste ponto convém ressaltar que um fator importante de promoção da cachaça produzida em Minas Gerais é a realização de concursos de qualidade⁶⁴ em que participam diversas marcas de cachaça de todo o país. As marcas de Minas Gerais têm se destacado mais que as de outros estados, com grande destaque para algumas de Salinas.

A fama crescente da “Havana” tem provocado um certo recolhimento de seu produtor. Anísio Santiago tem sido muito assediado pela imprensa, de um modo geral, e até por pessoas que se dizem interessadas em negociar a compra da patente da marca “Havana”, ao que ele responde que não precisa de dinheiro e que não a vende, por mais alta que seja a quantia oferecida.

⁶³ Pelo que se conseguiu levantar de informações, grande parte da família Santiago tem um envolvimento com a produção de cachaça. Dentre os familiares de Anísio Santiago que iniciaram a produzir cachaça juntamente com ele, Noé Santiago foi um deles que, em entrevista, afirmou que começou a se envolver com cachaça trabalhando juntamente com o seu pai e seus dezesseis irmãos para Anísio Santiago, há mais de 50 anos. Disse ele que nos primeiros 4 anos de produção da Havana trabalharam como meeiros. Após este período e com a divisão da produção continuaram trabalhando para Anísio Santiago juntamente com os filhos deste. Faziam de tudo na fazenda, segundo disse Nilton Santiago. Alguns dos sobrinhos de Anísio Santiago são também produtores de cachaça como Noé Santiago, que é produtor da cachaça “Canarinha” que também se destaca pela qualidade que possui. Existem outros sobrinhos que trabalham como alambiqueiros para outros produtores de cachaça de Salinas e região.

⁶⁴ Esses concursos são realizados com base na análise sensorial, que envolve uma equipe de provadores especializados, monitorados por profissionais da área de análise sensorial de alimentos e bebidas. Os provadores atribuem uma pontuação às marcas provadas, que são identificadas apenas por códigos, que não indicam nome e nem origem. Ao final da prova é feito um ranking entre as marcas participantes, com base no total de pontos atribuídos.

Apesar do recolhimento social de Anísio Santiago, sabe-se que se trata de uma pessoa de hábitos simples e que, por opção de vida, prefere viver na sua fazenda, administrando os seus caprichos com a sua cachaça. Mas isso não significa ser ele de fácil acesso. Muito pelo contrário. Averso a repórteres e a jornalistas, não gosta de dar entrevistas e muito menos de se deixar fotografar.⁶⁵

Do ponto de vista tecnológico, segundo Nilton Santiago, Anísio Santiago tem incorporado inovações tecnológicas na sua fábrica de cachaça. Um exemplo disso é o seu engenho, que já não é mais o de madeira, cujas moendas são dispostas na vertical, movido por tração animal, com o qual ele iniciou a atividade. Seu engenho atual é dos modernos e é movido a eletricidade. Inclusive, diga-se de passagem, que ao sinal de um problema que comprometa o rendimento e a qualidade de sua cachaça, é pretexto para que ele o substitua por outro novo.⁶⁶ O mesmo cuidado ele toma com o alambique que, por ser de cobre, à medida que vai ficando velho, mais difícil vai sendo a remoção do azinhavre que vai se acumulando na sua parte interna, e que pode comprometer a qualidade da cachaça quanto ao teor de cobre, que poderá exceder ao teor permitido pela legislação brasileira, que fixa o limite máximo de 5,0 mg por litro de cachaça.

Sua produção anual de cachaça fica em torno de 8.000 litros. Seu alambique é de capelo e tem a capacidade de 300 litros de vinho, porém só trabalha com 2/3 de sua capacidade, ou seja, 200 litros de vinho por alambicada,

⁶⁵ Tem ocorrido de alguns jornalistas referirem-se a ele com expressões menos nobre como por exemplo, “o velho é intragável”; “o velho é ranzinza”. Talvez isso se deva ao fato de ele não os terem recebido para alguma entrevista ou então não tenha respondido determinadas perguntas, por acaso feitas em alguma entrevista. Na verdade, este tratamento dado a Anísio Santiago é desmerecido e desrespeitoso à sua pessoa.

⁶⁶ Seu engenho atual foi comprado recentemente na cidade de Vitória da Conquista – BA, tendo custado em torno de R\$ 12.000,00. Assim afirmou Nilton Santiago.

produzindo de 25 a 35 litros de cachaça. Por dia são três alambicadas o que totaliza uma produção diária de 80 a 100 litros.⁶⁷

Um detalhe interessante e que se expressa num dos caprichos de Anísio Santiago é o fato de ele fazer todos os pagamentos das despesas da fazenda com cachaça.⁶⁸ O preço estabelecido por ele é de R\$ 35,00 por uma garrafa. Como exemplo disso, tem-se o pagamento da mão-de-obra: os funcionários, que recebem seus vencimentos por semana, recebem 2 garrafas de cachaça por semana de trabalho. Ao preço da fazenda e considerando-se 4 semanas por mês, estes funcionários estariam ganhando R\$ 280,00 por mês. Acontece que os funcionários vendem a cachaça, recebida em pagamento do salário, na cidade, por R\$ 50,00 ou 55,00 a garrafa.⁶⁹ Portanto, há um incremento expressivo no salário, que pode variar de R\$ 400,00 a 440,00 por mês. Em se tratando de serviço rural braçal, este configura-se, certamente, no maior salário pago no município, na microregião e em todo o Norte de Minas.

A fazenda Havana conta com 6 empregados, que já trabalham para Anísio Santiago há mais de 20 anos. Entretanto, vale ressaltar que para trabalhar com ele a pessoa tem que ser polivalente.

Essas características têm contribuído na construção e manutenção dessa marca. Muitas das informações veiculadas nos meios de comunicação sobre ela correspondem em parte à verdade. Entretanto, existem algumas de cunho

⁶⁷ O período de produção dura de 4 a 5 meses/ano (começa em julho-agosto e vai até chover, geralmente novembro). Afirmou Nilton Santiago na entrevista.

⁶⁸ Os prestadores de serviço ou comerciantes de insumos para a fazenda Havana ficam muito contentes quando realizam algum negócio com Anísio Santiago. Isto deve-se ao fato de o pagamento feito com cachaça lhes possibilitar o aumento das vantagens na forma de maiores lucros.

⁶⁹ Os trabalhadores de Anísio Santiago geralmente já têm os fregueses certos para a compra da cachaça. São comerciantes de cachaça tais como, donos de supermercados, cachaçarias, alguns bares e restaurantes. Estes compradores revendem-na ao preço de R\$ 70,00 a 80,00 a garrafa. Portanto, considerando-se seu preço inicial de R\$ 35,00 na fazenda, localizada a 15 Km da cidade, tem-se uma valorização que pode exceder os

puramente sensacionalista e desconexas com a realidade, mas que, de certa forma, acabaram por divulgar, não só a marca Havana, mas a cachaça de Salinas e, por extensão, a cachaça do Norte de Minas, auferindo assim ganhos importantíssimos para o próprio estado.

Há evidentemente, em torno dessa questão, uma lógica própria que permeia a produção da cachaça Havana: a lógica do produtor familiar que não é obrigado a subordinar-se aos princípios do mercado. Naquilo que essa lógica fere tais princípios, deve ser respeitado, pois acima de tudo ela envolve o intransferível, intrínseco do ser humano: o sentimento de realização pessoal plena.

Assim sendo, este estudo constatou que este produtor experimentou muitas atividades do meio rural, com destaque para as atividades de carpinteiro, tropeiro, motorista de caminhão, comerciante ambulante e produtor de cachaça. Como produtor de cachaça, Nilton afirma que seu pai tem a consciência do tamanho da marca que construiu e o que ela representa em termos de valor monetário e que, diante de indagações sobre o porquê de não expandir sua produção, responde que *“já é um homem rico, financeiramente realizado, nada lhe faltando, portanto, em termos materiais, e que sua preocupação é continuar produzindo sua cachaça, mantendo sempre o mesmo padrão de qualidade”*.

100%. O melhor investimento, em termos de rendimento e liquidez, pois Havana não encalha na prateleira.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz dos autores com que se dialoga neste estudo, somado às observações de campo e à experiência adquirida na vida profissional e de pesquisador que o curso de mestrado possibilitou, faz-se, neste último tópico do trabalho, algumas considerações que, longe da pretensão de serem finais sobre o tema abordado, pretendem reforçar alguns pontos da discussão e apontar outras possibilidades de pesquisa no campo estudado, dado que o conhecimento é dinâmico e fazer ciência é interpretar a realidade, cujo fator diferenciador mais importante é o tempo. Ou seja, o que foi contraditório no passado poderá ser a certeza do presente e o improvável do futuro, considerando-se o mesmo referencial espacial, em se tratando das relações humanas e, principalmente, do homem com o meio ambiente.

Do exposto, pode-se concluir que apesar de desenvolvimentista, a característica concentracionista das políticas públicas adotadas no Norte de Minas tem se traduzido numa preocupação junto aos pesquisadores quanto ao futuro econômico e social desta região. Primeiramente porque tem se verificado um progressivo enfraquecimento dos órgãos e das políticas voltadas para o desenvolvimento regional. Em segundo lugar, a “*Terceira Revolução Industrial*” por que o mundo globalizado está passando é por demais ameaçadora à sustentabilidade econômica e financeira de nações e áreas subdesenvolvidas, em que o Norte de Minas se inclui, uma vez que tal revolução privilegia ciência e tecnologia, bem como formas inovadoras de organização e gestão da produção em detrimento de vantagens comparativas tradicionais como recursos naturais e mão-de-obra barata – que são fatores que abundam nesta região.

Dessa forma, visualiza-se um futuro próximo bastante sombrio para o Norte de Minas, sendo em maior grau para suas microregiões que concentram o

maior número de municípios com baixos indicadores de desenvolvimento, dado as circunstâncias econômicas e sociais em que se encontram. Sobretudo nesse panorama neoliberalizante que o país acha-se atado, cujo refrão é o do “*Estado mínimo*” que, descomprometidamente com o social, vem sendo utilizado como subterfúgio para as privatizações, como se fossem a “*salvação da lavoura*”. Em meio a este estado de coisas tem-se índices crescentes de pobreza, miséria e violência; a saúde pública tem o saldo de longas filas de espera para um tratamento, cirurgia ou até mesmo para uma simples consulta médica; a educação, apesar dos índices de aumento no número de matrículas, padece da falta de verbas para atendimento da infra-estrutura básica, da indispensável reciclagem dos professores bem como de seus defasados salários, etc.

Esse quadro aponta para a necessidade de ações que produzam um desenvolvimento mais equânime, sendo reduzidas as disparidades inter e intra-regionais, bem como as desigualdades sociais. Urge então que sejam desenvolvidas ações integradas, entre os governos federal, estadual e municipal, mais a sociedade civil organizada, no sentido de desenvolver uma capacitação tecnológica da mão-de-obra regional, bem como incrementar os investimentos em pesquisa e desenvolvimento; executar a construção e aparelhamento de hospitais com aumento do número de leitos; promover melhorias na educação, em todos os níveis; implantar infra-estruturas urbana e rural de modo a permitir melhores condições de vida e de produção nestes ambientes; além de se criar mecanismos que facilitem a implantação de microindústrias na região como forma de aumentar a ocupação e o nível de emprego tanto no campo como na cidade. Esse conjunto de ações, se implementadas, seguramente contribuirão para o desenvolvimento econômico e social da região Norte de Minas no seu todo.

Contrapondo estas disparidades intra-regionais, avança a passos largos a tendência de desenvolvimento de atividades não agrícolas no meio rural no país

como forma de incremento da renda das famílias. Em meio ao conjunto de atividades não agrícolas em curso no meio rural brasileiro, o desenvolvimento das pequenas agroindústrias rurais apresenta potencialidades, fatores limitantes e desafios relevantes. Em relação às potencialidades, tem-se a oportunidade de expandir a ocupação no campo, fortalecer as organizações de produtores rurais, e agregar valor à produção melhorando os produtos e incrementando sua colocação em nichos de mercados especializados. Como limitante destacam-se: a carência de assistência técnica nesse setor, a baixa escolaridade e capacitação dos produtores e/ou empregados, as dificuldades para o acesso ao crédito, a falta de higiene junto à heterogeneidade da matéria-prima, a fraca inserção no mercado dos produtos pouco diversificados. Além destes fatores limitantes, a agroindústria, de um modo geral, tem importantes desafios que são: a dispersão da oferta; capacitação de produtores e trabalhadores; conhecer melhor o mercado; e melhorar o padrão de qualidade dos produtos a fim de atender aos consumidores que estão mais exigentes e dispendo de uma maior diversificação de marcas. Entretanto, cabe ressaltar que existem casos isolados em que os fatores limitantes apontados acima são menos expressivos, como no caso de alguns dos produtores de cachaça de Salinas.

A cachaça produzida em Salinas mantém-se fiel às tradições, desde o cultivo da cana, destilação e envelhecimento - processo de fabricação inteiramente artesanal. A natureza como coadjuvante neste processo reúne no solo, no clima, na radiação solar, dentre outros fatores naturais, as condições ideais para a produção desta bebida. Logicamente que estas condições, por si só, não bastariam para se produzir uma boa pinga em Salinas, daí porque o elemento humano configura-se como de grande importância, uma vez que dele demandam o conhecimento, a técnica e o saber acumulado por gerações a fio. Esses atributos que permeiam o conjunto dos produtores de Salinas na arte de fazer pinga têm na marca mais famosa - de reconhecimento unânime nacionalmente, a

Havana - sua máxima expressão. Essa preocupação constante com a qualidade da cachaça que produz e a característica própria desse produtor, quanto à sua concepção sobre os maiores valores da vida, certamente são preponderantes na explicação da fama desta marca. Contudo, percebe-se que há uma expectativa crescente quanto ao futuro desta marca. Em meio a esta expectativa surgem algumas especulações. Algumas delas dão como certo o fim da marca quando o seu proprietário atual não puder mais fabricá-la, dada sua idade. O que poderá ser catastrófico para o setor de cachaça de Salinas pelo que ela representa. Outras especulações apontam para outra direção, a da sua continuidade. Neste caso, entendem algumas pessoas que ela deverá continuar sim, mas, sob um novo dinamismo - o que inclui um incremento na produção, baseado no que preconiza um gerenciamento empresarial, que promova expansão da produção mantendo a mesma qualidade a fim de atender à crescente demanda do mercado.

Diante deste quadro de incertezas, este estudo detectou uma certa apreensão, por parte da grande maioria dos produtores entrevistados, quanto ao futuro da cachaça de Salinas. No entanto, acredita-se que haja uma mobilização dos produtores no sentido de que este setor não perca a trilha do crescimento, qualitativo e quantitativo, da produção, tão importante para o desenvolvimento local.

No processo de construção de uma marca de um produto, principalmente agroalimentar, o consumidor é o elemento chave. Neste processo, as estratégias adotadas na gestão do empreendimento são, via de regra, direcionadas ao consumidor, buscando atingir sua satisfação máxima ao consumir determinado produto. No entanto, o desenvolvimento da credibilidade em torno de uma marca é um processo lento e difícil, mas pode ser realizado e é vital para o seu sucesso no mercado. Comparativamente, entende-se como sendo este processo uma via de trânsito muito inclinada e de mão dupla. Ou seja, tem-se o sentido da subida como sendo o da construção da marca e o da descida, o de sua destruição.

Convém salientar o problema da falsificação. Muitas marcas de cachaça de Salinas já tiveram ou ainda têm algum problema quanto a falsificadores. Este fato tem despertado uma grande preocupação, comum a todos os produtores de marcas registradas do município. Esta preocupação tem se revestido de grande importância para a economia local, uma vez que, partindo do pressuposto de que as “marcas”, de uma maneira geral, funcionam como indicador de procedência e qualidade, quando elas são adulteradas provoca-se a perda da confiança dos consumidores; queda nas vendas; sua produção poderá ser reduzida ou até paralisada e a boa reputação de antes passará a ser negativa.

Ao contrário do que se poderia imaginar, a concorrência local entre os produtores e suas diversas marcas é um ponto positivo no processo de melhoria da qualidade da cachaça de Salinas. A exigência do mercado consumidor e da legislação brasileira vem, cada vez mais, impondo padrões elevados de qualidade para o setor cachaçeiro como um todo. Cachaça, hoje, deixou de ser bebida só do *bebum*, aquele consumidor freqüentador contumaz de *biroskas* e *botecos* e que normalmente são chamados de “*pinguços*” ou de “*pé-inchado*”. Ela - a de qualidade - é encontrada em bons restaurantes ou nas diversas cachaçarias existentes no país, o que demonstra ter havido mudança no perfil do consumidor, o que tem forçado a busca de melhoria da qualidade por parte dos produtores.

Entretanto, apesar de vários produtores de Salinas estarem tomando conhecimento desta realidade quanto ao novo perfil do consumidor, e estarem adequando sua produção a fim de atender os consumidores com suas exigências quanto à qualidade, há uma certa inquietação em torno de vários destes produtores quanto à cachaça clandestina⁷⁰, abundantemente produzida na região. Estes produtores têm a desconfiança da existência de alguém comprando indiscriminadamente cachaça a granel, produzida em outros municípios, sem

observar nenhum critério de qualidade, engarrafando e comercializando-a como sendo cachaça de Salinas. Este fato configura-se como uma enorme ameaça à credibilidade, ainda existente no mercado, quanto ao padrão de qualidade da cachaça de Salinas.

Neste ponto convém esclarecer que, conforme foi visto neste estudo, existem alguns produtores de cachaça em Salinas que, às vezes, efetuam a compra de cachaça clandestina, ou compram a cana de outros produtores, para complementarem a cota de produção de suas fábricas, estimada para a respectiva safra. No entanto, com a fiscalização mais intensa, esses compradores têm exigido mais qualidade da cachaça comprada, ou seja, só compram aquela que passar na análise laboratorial sobre a qualidade. Nesta, são analisados a acidez, o teor alcóolico e o teor de cobre. Além disso, toda marca de cachaça registrada conta com o aval, na inspeção da produção, de um químico responsável exigido por lei. Isto de certa forma já é uma condição de exigência de qualidade para o produto.

Diante dessa constatação e à luz do que já ocorreu em outras regiões produtoras de cachaça, citadas neste trabalho, e que já foram referências de qualidade, considera-se procedente a preocupação daqueles produtores que não concordam com esta prática, ou seja, com a mistura da cachaça de produção própria com outras produzidas por terceiros. Isto porque, a autenticidade de uma marca é também um dos imperativos para a sua consolidação no mercado. Esta questão passa também pelos ganhos financeiros que poderão ser obtidos em maior escala por parte do produtor, quando se tem uma marca registrada.

Esta dissertação incorpora a visão da importância que tem a produção de cachaça para o contexto econômico e social de Salinas. Ela traduz-se num importante alerta para que os produtores de cachaça de Salinas tomem ciência de que é necessário profissionalismo em prol do consumidor – elo importante na

⁷⁰ Esta cachaça é assim denominada por não ser registrada no Ministério da Agricultura.

cadeia produtiva. Do consumidor depende o futuro de uma marca. A repercussão disso será, sem dúvida alguma, na prosperidade econômica do produtor e de sua família e, por extensão, ganhará também o município que, certamente, implementará um maior dinamismo no seu desenvolvimento econômico e social.

São visíveis as mudanças que foram implementadas no setor durante o período de 1990 a 1999, sobretudo na melhoria da qualidade da cachaça. Credita-se este fato à maior competição do mercado de bebidas alcoólicas, impactada por inúmeras marcas novas de cachaça que vêm disputando acirradamente a preferência dos consumidores. Há de se considerar que as cachaças de marca registrada, produzidas artesanalmente em Minas Gerais, compõem um nicho próprio que lhes assegura uma condição de pouca ou nenhuma concorrência com as demais bebidas destiladas nacionais. Isso não significa que não haja concorrência entre as marcas artesanais de cachaça. Há, sim, concorrência entre elas, mas no caso de Salinas, entre a maioria dos produtores de marca registrada, mesmo concorrentes entre si, verifica-se um sentimento de unidade em defesa, principalmente, da referência de origem, Salinas – sua fama de produzir a melhor cachaça do país.

Está intrínseco, também, nesse debate, o questionamento sobre até quando vai durar este mito que há em torno da cachaça de Salinas quanto ao seu elevado padrão de qualidade. Embora ainda não tenha sido desenvolvido no município nenhum estudo científico sobre a interação entre o solo e o clima da região no desenvolvimento da cana-de-açúcar para a produção de cachaça, algumas evidências empíricas apontam como sendo esta interação uma das razões deste sucesso. Tem-se no Norte de Minas vários municípios em condições semelhantes, como por exemplo o município de Januária, que antecedeu Salinas quanto à fama de produzir a melhor cachaça de Minas Gerais, conforme referência feita neste trabalho.

Depreende-se, portanto, dessa discussão, que além das condições climáticas e de solos favoráveis à produção de uma cachaça com atributos de qualidade, a sustentação da fama depende sempre de um maior profissionalismo dos produtores, tanto no plano individual como no coletivo. No coletivo, as ações devem ser implementadas em uníssona linguagem, em termos de responsabilidade e zelo no processo individual de fabricação; de modo a proteger a origem.

O que se constatou neste estudo, quanto à possibilidade de criação de novas oportunidades de ocupação para a população desocupada do setor agropecuário - que experimenta crescente retração na produção -, permite conclusivamente afirmar que, o setor produtivo de cachaça de Salinas, cuja produção encontra-se em ascensão, é uma grande oportunidade de aproveitamento desta mão-de-obra. Isto somado à rentabilidade deste setor, expressam outra possibilidade de desenvolvimento que ainda tem na pecuária o segmento de maior peso na economia local.

Reconhece-se que o trabalho, em consonância com seus objetivos, geral e específico, despertou múltiplas possibilidades de pesquisas em várias áreas do conhecimento: na área agrônômica pode-se, por exemplo, fazer um estudo comparativo entre a cana Java, predominantemente utilizada no município, com outras variedades existentes no mercado a fim de se determinar a adaptabilidade destas ao local, produtividade e qualidade da pinga delas produzidas; no campo das ciências sociais poderia se fazer algum estudo sobre a dinâmica das relações entre o homem e o meio ambiente no setor produtivo da cachaça; uma outra pesquisa, que também este trabalho sugere, é sobre as ações demandadas da interação entre as diversas organizações públicas e/ou privadas que atuam direta ou indiretamente na cadeia produtiva da cachaça; por último, registra-se como importante possibilidade de pesquisa um estudo sobre a trajetória de sucesso de produtores rurais, como o Sr. Anísio Santiago, que desenvolvem suas atividades

administrativas sem o mínimo de conhecimento acadêmico mas que, diante dos resultados positivos obtidos em seus empreendimentos, são considerados como verdadeiros mestres e, como tais, não resta dúvida que em muito poderão contribuir com o desenvolvimento local se deixarem seus legados de experiência traduzidos e registrados em forma de pesquisa científica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCAR, E. Metodologia. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS. Departamento de Administração e Economia. Manejo sustentado do cerrado para uso múltiplo: sub-projeto agroecologia e desenvolvimento. Lavras, 1996. p.43-49. (Mimeografado).
- ALMEIDA, R. de. História da cachaça <http://www.cachaça.com/hist.htm>. Capturado em 10 jun. 1999.
- ANDRADE, M.C. de. Áreas de domínio da pecuária extensiva e semi-extensiva na Bahia e norte de Minas. Recife: SUDENE, 1982. 372p.
- ARAÚJO, T.B. de. A promoção do desenvolvimento das forças produtivas no Nordeste: da visão do GTDN aos desafios do presente. Revista Econômica do Nordeste, v.28, n.4, p.451-467, out./dez. 1997.
- ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA ÁREA MINEIRA DO NORDESTE - AMANS. A região mineira do nordeste e o semi-árido. Montes Claros, 1993. (Mimeografado).
- BOSERUP, E. Evolução agrária e pressão demográfica. São Paulo: Hucitec/Polis, 1987. 141p.
- BRUM, A.J. O desenvolvimento econômico brasileiro. Petrópolis: Vozes, 1995. 317p.
- CAIDEN, G.; CARAVANTES, G. Reconsideração do conceito de desenvolvimento. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 16, n.1, p. 4 -16, jan./mar. 1982.
- CAMPELO, E.A.P. A certificação de origem e qualidade como fator de promoção e valorização da cachaça de Minas. Belo Horizonte: Centro de Pesquisas Educacionais e de Desenvolvimento de Recursos Humanos - UNA - CEPEDERH, 1998. 48p. (Monografia).
- CANZIANI, M.F.; REIS, R.P. e DOSSA, D. Gestão empresarial da bovinocultura de corte: desenvolvimento de um instrumento de controle gerencial. In: AGUIAR, D.R.D.; PINHO, J.B (eds.). O Agronegócio Brasileiro: desafios e perspectivas. Poços de Caldas: SOBER, 1998. v.1, p.

- 273 – 286. **Anais...** (Congresso Brasileiro de Economia e sociologia Rural, 36).
- CARDOSO, A. O novo rural brasileiro: abordagem a partir de uma economia regional do Triângulo Mineiro.** Uberlândia: UFU, 1998.136p (Dissertação – Mestrado em Desenvolvimento Econômico).
- CARDOSO, F.H.; FALETTO, E. Dependência e desenvolvimento na América Latina.** Rio de Janeiro, Zahar, 1975. 143p.
- CARDOSO, J.M.A. A região Norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais.** Recife: UFPE, 1996. 258p. (Dissertação – Mestrado em Economia).
- CARNEIRO, G.V.N.F.B. O lugar e a vida de pequenos produtores.** In: **SANTOS, G.R. dos. (org.). Trabalho, cultura e sociedade no norte/nordeste de Minas.** Montes Claros: Best, 1997. 201p.
- CASCUDO, L. C. da. Prelúdio da cachaça: etnografia, história e sociologia da aguardente no Brasil.** Rio de Janeiro, 1968. 291p. (Coleção Canavieira, 1).
- CIDES, S.J. Introdução ao marketing: princípios e aplicações para micros e pequenas empresas.** São Paulo: Atlas, 1997. 113p.
- DELGADO, G.C. Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985.** São Paulo: Ícone, 1985. 249p.
- DESLANDES, S.F. O projeto de pesquisa.** In: **MINAVO, M. C. de S. (org.). Pesquisa social: método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 1994. 80p.
- DIAS, S.B.C. Nova lei de bebidas. Cachaça de Minas,** Belo Horizonte, v.1, n.1, p.4-5, dez. 1997.
- DUQUE, J.G. O Nordeste e as lavouras xerófilas.** 2.ed. Fortaleza: BNB, 1973a.
- DÛQUE, J.G. Solo e água no polígono das secas.** 4.ed. Fortaleza: BNB/DNOCS, 1973b.
- ESMAN, M. The politics of development administration.** In: **MONTGOMERY, J.D. : SIFFIN, W. J. Approaches do development: politics, administration and change.** New York: McGraw-Hill, 1966. p.71.

- ESTADO DE MINAS GERAIS. Relatório apresentado ao secretário do interior e interventor federal do estado de Minas Gerais, pelo prefeito municipal de Salinas. Salinas, 1933. 12p. (Mimeografado).**
- FERNANDES FILHO, J.F.; CAMPOS, F.R. ; OLIVEIRA, I.M. de. A indústria rural e a crise da agricultura mineira: o caso das Mesorregiões Norte de Minas e Jequitinhonha. Uberlândia: 1999. 21p (Mimeografado).**
- FERREIRA, J.P. Enciclopédia dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro, 1959. p.109-113.**
- FIGUEROA, M. O Problema agrário no nordeste do Brasil. São Paulo: Hucitec/SUDENE, 1977.**
- FLORES, M. Desenvolvimento local: um caminho para o novo mundo rural. In: AGUIAR, D.R.D.; PINHO, J.B (eds.). O Agronegócio Brasileiro: desafios e perspectivas. Poços de Caldas: SOBER, 1998. v.1, p. 187-194. Anais... (Congresso Brasileiro de Economia e sociologia Rural, 36).**
- FREYRE, G. Nordeste, aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. 4.ed. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1967. 220p.**
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário de 1985. Rio de Janeiro, 1991.**
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário de 1995/96. Rio de Janeiro, 1998.**
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. Censo Demográfico de 1991. Rio de Janeiro, 1995.**
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. Contagem da população de Salinas, 1996. (Escritório de Salinas). (Mimeografado.)**
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Produto Interno Bruto de Minas Gerais - municípios e regiões - 1985-1995. Belo Horizonte, 1996.**
- GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio/jun. 1995.**

- GONZÁLEZ, C.** Cachaça pode ter matado 11 na Bahia. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 4 nov.1997, p.3-7.
- INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA.** Dados sobre a pecuária de Salinas, 1999. (Escritório de Salinas). (Mimeografado.)
- KOTLER, F.** *Administração de marketing: análise, planejamento, implementação e controle.* 4.ed. Tradução de Ailton Bonfim Brandão. São Paulo: Atlas, 1996. 676p.
- KOTLER, P. ; ARMSTRONG, G.** *Princípios de marketing.* 5.ed. São Paulo: Prentice-Hall do Brasil, 1993. 477p.
- LIMA, U. de A.** *Aguardente: fabricação em pequenas destilarias.* FEALQ, 1999. 187p.
- LISBOA, A.** *Octaciliada: uma odisséia do Norte de Minas.* Belo Horizonte: Canaã, 1992. Parte 4.
- MARTINS, J.R. ; FURUITTI, E.M.** Oportunidades do mercado brasileiro. *Marketeer*, Lisboa, v, 3, n.21, p. 74-77, mar. 1998.
- MATA-MACHADO, B.N. da.** *História do sertão noroeste de Minas Gerais.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991. 168p.
- MATTAR, F.N.** *Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento.* São Paulo: Atlas, 1997. v. 1, 336p.
- MCKENNA, R.** *Marketing de relacionamento.* Rio de Janeiro: Campus; São Paulo: Publifolha, 1999. 254p.
- MELLO, J.M.C. de.** *O capitalismo tardio.* São Paulo: Brasiliense, 1982. 183p.
- MELO, M.L. de.** Espaços geográficos e política espacial: o caso do Nordeste. *Boletim Econômico*, Recife, v.5, n.2, p.7-139, jul. 1969/dez. 1971.
- MÉXICO:** cachaça com metanol mata 36 pessoas. *Hoje em Dia*, Belo Horizonte, 17 -18 jun. 1994, p.11.
- MINAYO, M.C. de S.** *Pesquisa social: teoria, método e criatividade.* Petrópolis: Vozes, 1994. 80p.

- MIRANDA, M.P.; DANTAS, V.P.; DEL CORRAL, M.F.S. Diez. Grau alcóolico e níveis de metanol em aguardentes do comércio (no estado da Bahia). *Boletim SBCTA*, v. 26, p.104-107, jul./dez. 1992.
- MOREIRA SOBRINHO, F. (coord.) Arrolamento das fontes primárias do município de Salinas (MG). Separata dos Anais do **SIMPÓSIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA**, 7, Belo Horizonte, ANPUH, 1973. p.1615 – 1637.
- OLIVEIRA, E.R. de; RIBEIRO, E.M. ; AUGUSTO, H. dos A. Terra e desenvolvimento da agropecuária do Norte de Minas Gerais, 1985/1996. In: **CONGRESSO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES**, 4, Viçosa - UFV, 1999. Anais... Viçosa: UFV/Videolar, 1999. 1 CD-ROM.
- OLIVEIRA, F. de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. Rio Janeiro: Vozes, 1988. 87p.
- OLIVEIRA, F. de. *Elegia para uma Re(li)gião. SUDENE. Nordeste: planejamento e conflito de classes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 132p.
- PETTI, R. H.V.; GRAZIANO DA SILVA, J.; BORIN, M.R.; BIRAL, M.A.M.; e BASALDI, O.V. Estimativa da demanda de força de trabalho na agropecuária brasileira. In: AGUIAR, D.R.D.; PINHO, J.B (eds.). **O Agronegócio Brasileiro: desafios e perspectivas**. Poços de Caldas: SOBER, 1998. v.2. p. 719-730. Anais... (Congresso Brasileiro de Economia e sociologia Rural, 36).
- PINTO, A.T. *O Banco do Nordeste e a modernização regional*. Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, 1977. (Dissertação- Mestrado em Ciência Política). 157p.
- PRADO JR., C. *História econômica do Brasil*. 14.ed. São Paulo: Brasiliense, 1971. 354p.
- REIS, G.A. dos. Algumas considerações sobre o processo de desenvolvimento recente da região mineira do Nordeste. In: SANTOS, G.R. dos. (org.). **Trabalho, Cultura e Sociedade no Norte/Nordeste de Minas**. Montes Claros: Best, 1997. 201p.

- RIBEIRO, E.M.; DANIEL, L. de O. Agricultura familiar e mercado de trabalho rural no Sul de Minas Gerais. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS HUMANA, LETRAS E ARTES, 4, Viçosa, 1999. Anais... Viçosa: UFV/Videolar, 1999. 1 CD-ROM.**
- RIBEIRO, E.M. Sistemas do pica pau, sociedade camponesa e organização da produção na Zona da Mata mineira. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 2, Londrina-PR, 1995. Anais... Londrina-PR: IAPAR, SBS, 1995. p.237-245.**
- RIBEIRO, E.M. Vaqueiros, fazendas e pecuária extensiva no Nordeste de Minas Gerais na primeira metade do século XX. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 8, Diamantina-MG, 1998. Anais... Diamantina-MG: CEDEPLAR/UFMG, 1998. p115-145.**
- RIBEIRO, J.C.G.M. Cana é a solução. Cachaça de Minas, Belo Horizonte, v.1, n.1, p.23, dez. 1997.**
- RIBEIRO, R.F. Campesinato: resistência e mudança – o caso dos atingidos por barragens do vale do Jequitinhonha. Belo Horizonte: UFMG, 1993. 284p. (Dissertação - Mestrado em Sociologia).**
- SACHS, I. Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento. São Paulo: Vértice, 1986. 224p.**
- SALES, A.C. Dimensionamento e operação de uma unidade produtora de aguardente. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS. Produção artesanal de aguardente. Lavras: FAEPE, 1998. p. 31-75.**
- SARACENO, E. Recent trends in rural development and their conceptualisation. Journal of Rural Studies. v.10. n.4, p.321-330, 1994.**
- SCATTINI, L. Estudio de los sistemas productivos del pequeño productor en un área de la zona de influencia de la Agencia de Extensión de L. N. Alem. 2.ed. [s.l: s.n.], 1987. 35p.**
- SCHULTZ, T. W. A eficiência distributiva da agricultura tradicional. In: SCHULTZ, T. W. A transformação da agricultura tradicional. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.**
- SCHWAN, R.F.; CASTRO, H.A. de. Fermentação. In: SCHWAN, R.F.; CASTRO, H.A. de. Produção artesanal de aguardente. Lavras: UFLA/FAEPE, 1998. p. 77-90**

- SECRETARIA DE AGRICULTURA DE SALINAS. Abate anual no município de Salinas. Salinas, 2000. (Mimeografado)**
- SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL - SEPLAN. Projeto Nordeste - Programa de apoio ao pequeno produtor rural – Região Mineira do Nordeste. Belo Horizonte, 1984. (Mimeografado.).**
- SILVA, J. G. da O novo rural brasileiro. In: SILVA, J. G Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do cerrado. [s.l.: s.n.], 1997. p. 75-100.**
- SILVA, J. G. da. Políticas não agrícolas para o novo rural brasileiro. In: AGUIAR, D.R.D.; PINHO, J.B (eds.). O Agronegócio Brasileiro: desafios e perspectivas. Poços de Caldas: SOBER, 1998. v.1, p. 117-142. Anais... (Congresso Brasileiro de Economia e sociologia Rural, 36).**
- SINDICATO DOS PRODUTORES RURAIS DE SALINAS. Animais comercializados fora do município. Salinas, 2000. (Mimeografado)**
- SINGER, P. Dinâmica populacional e desenvolvimento. 4.ed. São Paulo: Hucitec, 1988. 245p.**
- SOLÁ, C.M.E. A história do Norte de Minas e as Ruínas de Mocambinho – MG. Belo Horizonte: IEPHA, 1991. (Mimeografado.).**
- SOUZA, H.R. de. Agricultura e política agrícola no Nordeste: do GTDN à liberalização comercial. Revista Econômica do Nordeste, v.28, n.4, p. 499-517,out../dez. 1997.**
- STRALEN, C.J.Van. A capitalização do campo e as políticas de saúde: o caso do norte de Minas. Belo Horizonte: Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa / Centro Regional de Saúde de Montes Claros, 1980. (Mimeografado.).**
- VERGARA, S.C. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. São Paulo: Atlas, 1998. 90p.**
- VIANA, M.O. de LIMA. A unidade de produção agropecuária: Nordeste do Brasil – estatísticas sobre a estrutura organizacional. Fortaleza: BNB. ETENE, 1990. v.6.**
- YOKOYA, F. Fabricação da aguardente de cana. Campinas: Fundação Tropical de Pesquisas e Tecnologia “André Tosello”, 1995. 87p.**

ANEXOS

	página
ANEXO A - Lei N° 9.690, de 15 de julho de 1998.....	165
ANEXO B - Questionário aplicado aos produtores de cachaça de Salinas.....	167
ANEXO C - Relação dos entrevistados.....	176

ANEXO A

LEI N° 9.690, DE 15 DE JULHO DE 1998

ANEXO A - LEI Nº 9.690, DE 15 DE JULHO DE 1998

Dispõe sobre a inclusão do Vale do Jequitinhonha do Estado de Minas Gerais e de Municípios da região Norte do Estado do Espírito Santo na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Para os efeitos da Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, é o Poder Executivo autorizado a incluir na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, aos Municípios de Almenara, Araçuaí, Bandeira, Berilo, Cachoeiro do Pajeú, Capelinha, Carai, Carbonita, Chapada do Norte, Comercinho, Coronel Murta, Couto Magalhães de Minas, Datas, Diamantina, Divisópolis, Felício dos Santos, Felisburgo, Francisco Badaró, Itamarandiba, Itaobim, Itinga, Jacinto, Jequitinhonha, Joima, Jordânia, Malacacheta, Mata Verde, Medina, Minas Novas, Montezuma, Novo Cruzeiro, Padre Paraíso, Palmópolis, Pedra Azul, Rio do Prado, Rio Vermelho, Rubim, Salto da Divisa, Santa Maria do Salto, Santo Antônio Jacinto, Senador Modestino Gonçalves, São Gonçalo do Rio Preto, Serro, Turmalina, Virgem da Lapa, da região do Vale do Jequitinhonha, no Estado de Minas Gerais, e os Municípios de Baixo Guandú, Colatina, Linhares, Marilândia, Rio Bananal, São Domingos do Norte, Pancas, Sooretama, Alto Rio Novo, Águia Branca, São Gabriel da Palha, Vila Valério, Jaguaré, Mantenópolis, Barra de São Francisco, Vila Pavão, Água Doce do Norte, Nova Venécia, São Mateus, Conceição da Barra, Boa Esperança, Pinheiros, Ecoporanga, Ponto Belo, Montanha, Mucurici e Pedro Canário, da região Norte do Estado do Espírito Santo.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de sessenta dias.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de julho de 1998, 177º da Independência e 110º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

ANEXO B

**QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PRODUTORES DE CACHAÇA DE
SALINAS**

ANEXO B: QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PRODUTORES DE CACHAÇA DE SALINAS

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTOR DE CACHAÇA:

1.1 - Nome: _____

1.2 - Idade: _____

1.3 - Local de nascimento: Cidade: _____ Estado: _____

1.4 - Escolaridade:

Quanto anos de escola? _____ anos.

1.5 - Há quanto tempo reside no município de Salinas? _____ anos.

1.6 - Qual a sua profissão? _____

1.6.1 - Quais atividades exerce?

a) () Agrícola. Há quanto tempo? _____ anos

b) () Pecuária. Há quanto tempo? _____ anos

c) () Fora da agropecuária. Qual? ____ Há quanto tempo? ____ anos.

1.7 - Quantos membros tem a família (família: pai, mãe, filhos) _____

Nome	Idade	Parentesco	Dependente (sim/não)	Ocupação	Escolaridade	Residência - urbana/rural

1.7.1 - Quais membros da família contribuem para a renda familiar? _____

1.7.2 - Atividades (agrícolas e não-agrícolas) mais importantes para a renda da família (estimativa em %):

1.8 - Condição:

a) () Proprietário do Alambique

b) () Arrendatário do Alambique

c) () Meeiro do Alambique

d) () Alambique cedido

e) () Outros

1.9 – Há quanto tempo produz Cachaça? _____ Anos.

1.10 - O que o motivou entrar no negócio da Cachaça?

a) Dar continuidade à atividade que vem sendo desenvolvida pela família

() Pais; () Avós.

b) Alternativa de obtenção de renda

c) Outro motivo

1.11 – Quem da família começou a produzir cachaça? _____

Quando? Ano: _____

2. USO DA TERRA

a) () Proprietário

b) () Meeiro

c) () Arrendatário

d) () Terra cedida

e) () Outros

2.2 – Área total do estabelecimento: _____ ha

2.3 – O que o senhor produz? (produto e área). _____

2.4 – Utiliza irrigação? () Sim. Área: _____ ha.

Cultura(s): _____ Método: _____ () Não

2.5 – Há quanto tempo vem explorando este terreno? _____ anos

2.6 – Ele foi: () Comprado () herdado () Comprado (_____ ha) e herdado

(_____ ha) () Arrendado () Cedido () Assentamento

2.7 – Se a terra é arrendada, quando iniciou o arrendamento? _____ quando termina?

3. ASSOCIATIVISMO/COOPERATIVISMO

3.1 - Participa de alguma associação de classe? (Ampaq, Aspaq, Assoc. Comercial, Cooperativa, Etc.)() Sim. Qual? _____ ()

Não. Por que? _____

3.2 - Quais as vantagens ou desvantagens de participar ou não de uma associação destas? _____

3.3 - Que produtos comercializa com a(s) cooperativa (s)? _____

3.4- Que insumos/produtos adquire através da (s) cooperativa (s)? _____

3.5 - Dê sua opinião sobre a(s) cooperativa(s) da(s) qual(ais) faz parte. _____

3.6 - É filiado a algum Sindicato?

a) () Sim. Qual? _____

b) () Não. Por quê? _____

3.7 - Qual sua opinião sobre a atuação do Sindicato ao qual o senhor está filiado?

3.8 - Tem utilizado Crédito bancário para as atividades agropecuária?

a) () Sim. Qual banco? E qual Programa? E qual atividade? _____

b) () Não. Por quê? _____

4. FORÇA DE TRABALHO OCUPADA E O TEMPO DE OCUPAÇÃO:

Pessoa	Parentesco	Sexo	Idade	Forma de pagamento	Quantos dias trabalha no mês

4.1 - Distribuição da mão-de-obra:

Atividades do ano/mão-de-obra ocupada: Familiar (F); Permanente (P);
Temporária (T)

Produto	Jan	Fev	Mar	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Arroz												
Feijão												
Milho												
Gado												
Cana												
Alambique												

4.2 – Origem da Mão-De-Obra Temporária:

- a) Local/Região
- b) Outros Municípios
- c) Outros Estados

4.3 - Mão-de-obra de profissionais especializados contratados pela propriedade num ano:

4.4 – Os empregados recebem algum tipo de incentivo ou participação?

- a) Sim. Qual/Como? _____
- b) Não.

4.5 – Os empregados receberam algum tipo de treinamento?

- a) Sim. Qual? ___ Em que periodicidade? ___ Onde? _____
- a) Não.

4.6 – O senhor tem recebido assistência técnica na produção de cachaça?

5. ASPECTOS GERENCIAIS E MERCADOLÓGICOS

5.1 – Como o senhor planeja a produção do alambique?

- 1 - Quantidade Produzida: _____
- 2 - Contratação de Mão-de-obra: _____
- 3 - Despesas: _____
- 4 - Comercialização: _____

5.2 – O senhor calcula seus custos de produção? _____ Quais as dificuldades encontradas no cálculo do custo de produção da cachaça? _____

5.3 – Qual a sua opinião sobre as outras marcas de cachaça que concorrem com a sua?

5.4 – Como o senhor faz a divulgação da sua cachaça?

6. INFORMAÇÕES AGRONÔMICAS SOBRE A CANA-DE-AÇÚCAR PARA PRODUÇÃO DE CACHAÇA

6.1 – Área cultivada: _____ ha

6.2 – Época de plantio: _____ ha

6.3 – preparo do solo:

a) () tração animal

b) () tração mecânica

6.4 – O senhor faz correção do solo com calcáreo? _____

6.5 – O senhor faz adubação química? _____ Qual adubo? _____ E a quantidade/ha? _____ Em que época, no plantio, após o corte ou nenhuma? _____

6.6 – o senhor faz adubação orgânica? _____ Qual adubo? _____ E a quantidade/ha? _____ Em que época, no plantio, após o corte ou nenhuma? _____

6.7 – Qual (ais) variedade(s) o senhor cultiva? _____

6.8 – Qual a produção em toneladas por hectare? _____

6.9 – A cana utilizada é toda produzida na propriedade ou o senhor compra cana de fora? _____

a) Qual a quantidade comprada? _____

b) Por quê o senhor não expande a sua produção de cana para evitar a compra? _____

7. PROCESSOS INDUSTRIAIS E COMERCIAIS DA CACHAÇA

7.1 – Caracterização do produtor

7.1.1 – Sua cachaça possui registro em que órgãos? Desde quando? (data por órgão)

a) Quais as vantagens de Ter a cachaça registrada?

7.1.2 – Se ainda não possui registro, quais os motivos principais?

7.1.3 – O senhor ver alguma vantagem em não registrar sua cachaça?

7.1.4 – Qual a capacidade de produção de seu alambique, em litros/dia?

7.1.5 – Qual foi a produção de 1998?

7.1.6 – Quanto o senhor espera produzir em 1999?

7.1.7 - Rapadura – quantidade produzida em 1998: _____

- para consumo próprio: _____%

- para comercialização: _____%

7.1.8 – Melaço - quantidade produzida em 1998: _____

- para consumo próprio: _____%

- para comercialização: _____%

7.1.9 - Tipo de produção:

() própria

() em parceria _____%

() para terceiros _____%

7.1.10 – Qual o tipo de moenda utilizada? _____ Como é o seu acionamento? _____ Qual a sua capacidade de moagem em tonelada por hora? _____

7.1.11 – Quanto à destilação qual é o seu sistema de alambique? _____ E o destilador, qual a sua capacidade em litros? _____

7.1.12 – Quanto ao sistema de armazenamento, como o senhor armazena a sua cachaça? _____

7.1.13 – destino da produção:

- a) consumo próprio _____%
- b) comercialização _____%

7.1.14 – Como o senhor comercializa a sua cachaça?

- a) atacado _____%
- b) varejo _____%

7.1.15 – Compradores

- a) comerciantes _____%
- b) engarrafador _____%
- c) bares/restaurantes _____%
- d) supermercados _____%
- e) hotéis _____%
- f) outros: _____ (citar)

7.1.16 –Local da comercialização:

- a) no município _____%
- b) na região _____%
- c) outras regiões do estado _____%
- d) outros estados _____%
- e) exterior _____%

7.1.17 – Qual a época da venda?

- a) na safra
- b) na entressafra
- c) no ano todo
- d) outra

7.1.18 – o senhor pretende investir para incrementar/melhorar a sua produção de cachaça?

7.1.19 –Que tipo de apoio seria necessário?

- a) () gerencial

- b) () financeiro
- c) () tecnologia agrícola
- d) () tecnologia industrial

7.1.20 – O senhor faz algum tipo de controle da qualidade da sua cachaça?

_____ Por quê? _____

7.1.21 – Qual é a sua opinião sobre o mercado de cachaça? _____

7.1.22 – Quais os principais problemas enfrentados como produtor de cachaça? _____

7.1.19 – Quais as conseqüências deste(s) problema(s) para o seu negócio da cachaça?

ANEXO C

RELAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

ANEXO C: RELAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Adalcino França Júnior – Químico e Professor da EAF - Salinas
Ailton Souza Mendes - Comerciante
Almerindo Silveira – Produtor de cachaça
Antônio Eustáquio Rodrigues – Produtor de cachaça e comerciante
Antônio Ferreira Sarmento - Produtor de cachaça
Antônio Rafael Daconti – Fazendeiro e ex-professor da EAF - Salinas
Aristides Cardoso de Oliveira – Produtor de cachaça e comerciante
Aristides Tarcísio de Brito – Produtor de cachaça
Deusdete Matos Costa – Produtor de cachaça
Edson Eustáquio dos Santos - Comerciante
Fábio César Gonçalves - Comerciante
Jânio César Silva – Produtor de cachaça e comerciante
João Costa – Historiador local
João Fernandes Sobrinho – Produtor de cachaça
João Gualberto Dias Corrêa – Produtor de cachaça
Juventino José de Queiroz – Produtor de cachaça
Nilton Santiago – Extensionista da Emater e produtor de cachaça
Noé Santiago Soares – Produtor de cachaça
Oscar pereira de Oliveira – Produtor de cachaça
Sabino Pinto de Souza – Produtor de cachaça
Valdenor Santos Cruz – Produtor de cachaça

Letra da música “Moda da pinga” (Malvada Pinga)

Autor: Laureano; interpretação: Inezita Barroso

Cum a marvada pinga,
É que eu me atrapáio
Eu entro na venda e já dô meu táio
Pego no copo
E dali eu num saio
Ali mesmo eu bebo
Ali mesmo eu caio
Só prá carregá é que eu dou trabáio,
oi lá, ô pinga boa!

Venho da cidade, já venho cantando
Trago um garrafão, que venho chupando
Venho pros caminho, venho trupicando
Chifrando os barranco,
Venho cambêteando
E no lugar que eu caio, já fico roncando,
oi lá. Ô marvada pinga!

Marido me disse, ele me falô:
Largue de bebê peço por favô
Prosa de home nunca dei valô
Bebo cum sol quente
Prá esfriá o calô
E bebo de noite
Prá fazê suadô, oi lá....

Cada vez que eu caio, caio deferente
Meaço prá trais e caio é prá frente
Caio devagá, caio de repente
Vô de currupiu, vô deretamente
Mais sendo de pinga
Eu caio contente, oi lá!

Pego o garrafão e já balanceio
Prá mode vê se tá mesmo cheio
Não bebo de veiz porquê acho feio
No primero gole chego até no meio
No segundo trago é que eu desvazêio,
oi lá!

Eu bebo a pinga porque gosto dela
Eu bebo da branca
E bebo da amarela
Bebo no copo
Bebo na tigela
Bebo temperada
Com cravo e canela
Seja em quarquê tempo
Vai pinga na goela, oi lá.

Eu fui numa festa
Lá no rio Tietê
E lá fui chegando no amanhecê
Já me deram pinga prá mim bebê
Já me deram pinga prá mim bebê
Oi, tava sem fervê!

Eu bebi demais e fiquei mamada
Eu caí no chão e fiquei deitada
Aí eu fui prá casa de braço dado
Aí, de braço dado com dois sordado
Aí muito obrigado,
há, há,há... Ô marvada pinga!